

## Editorial

### UM GOVERNO SEM PERSPECTIVAS

Com a tomada de posse e o discurso do Primeiro-Ministro o Povo português ficou a conhecer oficialmente a composição pessoal do novo Governo de coligação PS/CDS e os propósitos políticos gerais confessados do dr. Mário Soares.

Até ao fim da semana deverão ser conhecidos os secretários de Estado e hoje, com a apresentação do novo governo em S. Bento conhecer-se-á igualmente o programa que se propõe levar por diante.

Só então, em termos globais, se poderá fazer um juízo mais fundamentado, ainda que não definitivo, acerca das soluções encontradas para a crise governativa.

Desde já é possível, contudo, avançar algumas conclusões preliminares.

A primeira é que certos nomes dos mais contestados do governo anterior não aparecem no novo elenco, o que, em si mesmo, pode ser um facto positivo. Em contrapartida nada permite concluir que esta positiva mudança de homens corresponda a uma necessária mudança de política. Só mais tarde se poderá aquilatar do significado real das mudanças em sectores de tanta importância estratégica como os da Agricultura e da Indústria, por exemplo.

Numa perspectiva correcta de resolução da crise é imprescindível mudar certos homens, mas é ainda mais importante mudar de política.

E neste sentido os sinais são francamente negativos visto que — segunda conclusão — para além dos representantes do CDS, caracterizados pelo seu reaccionarismo, permanecem no governo agora empossado executores altamente responsáveis da política anterior, abertamente virada contra as conquistas fundamentais de Abril.

Tais factores não abonam em favor de uma equipa governamental que deveria tão rápido quanto o exige a crítica situação do País, criar as condições básicas indispensáveis para uma autêntica recuperação económica e financeira, para uma necessária estabilização política e social, para a dinamização

(Continua na pág. 2)



O camarada Álvaro Cunhal participou na 1.ª Assembleia Concelhia da Covilhã

### REFORÇAR O PARTIDO

Prossegue a realização de Assembleias das organizações do PCP que têm demonstrado o reforço do Partido e constituído passos importantes para a melhoria do trabalho

Págs. 5/6/7

ERGUEM-SE PROTESTOS DE NORTE A SUL EM TODOS OS SECTORES DEMOCRATICOS CONTRA A ENTRADA DO CDS NO GOVERNO

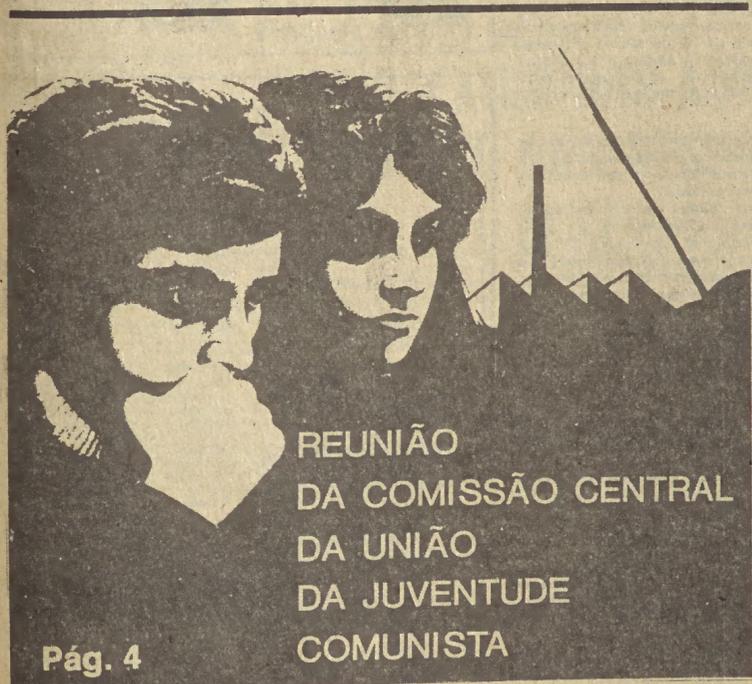
## A constituição do novo Governo não corresponde às necessidades da recuperação económica do País

Págs. 3/4



Os graves problemas das populações de Oeiras, Cascais, Sintra, Amadora e Loures foram discutidos no Encontro de Eleitos da FEPU realizado no passado domingo

### O TRABALHO NAS AUTARQUIAS AO SERVIÇO DAS POPULAÇÕES



REUNIÃO DA COMISSÃO CENTRAL DA UNIÃO DA JUVENTUDE COMUNISTA

Pág. 4



### O esquerdismo

Quarto artigo sobre a actuação dos grupelhos esquerdistas ao lado dos inimigos da revolução e das classes trabalhadoras.

Pág. 8



### MELHORAR A ACÇÃO DOS COMUNISTAS NAS TERRAS DA REFORMA AGRÁRIA

O Encontro de Quadros do PCP nas UCPs e Cooperativas agrícolas, reunido em Évora e a que assistiu o camarada Álvaro Cunhal, proporcionou um útil debate sobre os problemas da Reforma Agrária

Pág. 12



### ELEIÇÕES SINDICAIS

Em todo o País os trabalhadores defendem vitoriosamente a sua organização sindical. No Sindicato dos Escritórios de Lisboa a lista unitária aumentou o seu apoio em mais de 6000 votos revelando a deslocação dos trabalhadores do sector para posições de defesa consequente dos seus interesses

Pág. 9

## Editorial

Continuação da pág. 1

e mobilização das energias e do engenho do nosso povo num grande empenhamento nacional e patriótico para vencer a crise.

No entanto onde se pode avançar já com segurança numa apreciação preliminar do novo Governo é quanto às contradições e à fragilidade da sua base de apoio.

O governo que o dr. Mário Soares acaba de apresentar ao País não dispõe à partida nem do apoio nem da confiança de sectores muito vastos da democracia portuguesa, neles incluída uma parte substancial do próprio PS, e, de maneira concludente, das classes trabalhadoras.

Não é dar mostras de realismo político tentar circunscrever aos comunistas e à faixa de influência do PCP o largo movimento de censura contra a coligação à direita com o CDS e não ver a amplitude nacional e popular da grande movimentação cívica contra o estranho acasalamento do PS com o CDS no Governo.

Muitos milhares de portugueses das fábricas e dos campos, dos sindicatos e de outras grandes organizações de massas; operários, camponeses, intelectuais, estudantes de ambos os sexos, fazem chegar à Assembleia da República e aos órgãos de comunicação social a sua voz de protesto contra a coligação governamental com o CDS.

É evidente que o Primeiro-Ministro não fala a sério quando diz que o acordo entre o seu partido e o partido da extrema-direita legal "foi bem compreendido e bem aceite pela maioria do Povo português".

Dentro do próprio PS multiplicam-se as defecções e a resistência contra a coligação com o CDS. As dificuldades internas do PS não podem ser ocultadas.

Nos militantes, nas organizações regionais de base, no próprio grupo parlamentar do PS e na massa dos seus eleitores crescem os exemplos de recusa aberta de apoio a um casamento de conveniência governamental com o partido da extrema-direita legal que mais se tem distinguido nos ataques à democracia e à Constituição.

Estas defecções não são, como é óbvio, inventadas nem provocadas pelo PCP. São consequência directa de uma política de cedências à direita.

É durante a vigência do Governo PS sozinho a sua política de recuperação capitalista, agrária e imperialista em aliança de facto com o PPD e o CDS abre já profundas brechas na sua base, o fosso tornou-se ainda mais profundo logo que se tornou claro que a ruptura das negociações para um acordo político com o PCP fora deliberadamente provocado para facilitar e justificar o casamento com o CDS no governo agora empossado.

A aritmética parlamentar em que se apoia o Governo de coligação PS/CDS é relativamente instável e precária; as defecções de esquerda no PS e de direita no CDS restringem ainda mais a sua base social de apoio. Não se trata de uma frase de propaganda. Trata-se de uma realidade objectiva que se queira quer não.

Por outro lado é curioso ver como certos dirigentes socialistas dos mais responsáveis procuram adotar a pílula da sua viragem à direita metendo os comunistas em geral e o PCP em particular nas suas tentativas de a fazer passar como coisa natural aos olhos da opinião pública.

Salgado Zenha — que não é, entretanto, um caloso partidário da coligação PS/CDS — diz na TV que se os comunistas italianos, por exemplo, defendem para a Itália o "compromisso histórico", personificado, segundo se deduz, pelas propostas do PCI para a formação de um governo de coligação com a Democracia Cristã italiana, porque não há-de o PS fazer em Portugal o "compromisso histórico" com o CDS?

O casamento PS/CDS "não tem de original em termos europeus" — diz Mário Soares.

O editoralista do "Diário de Notícias", deputado e dirigente do PS, Mário Mesquita, procura por um lado justificar teoricamente a coligação com o CDS.

A experiência governativa do PS — diz ele — mostrou o irrealismo do programa do partido aprovado em 1974 "de influência teórica de Manuel Serra".

A unidade monolítica do PCP perturba também certos dirigentes do PS. Aludindo às evidentes divisões e defecções no seio do seu partido Mário Soares generaliza-as a todos ou outros, metendo no mesmo saco o PCP.

Os obreiros socialistas da coligação PS/CDS entre eles, naturalmente, o dirigente direitista Jaime Gama, que não perde pílula para atacar o PCP, entregam-se com todo o afã a uma orquestração tendente a apagar o significado real da sua aliança a nível do Governo com um partido reaccionário.

Que mostra tudo isto senão que o casamento de conveniência com o CDS não foi nem "bem compreendido" nem "bem aceite pelo Povo português"?

O PCP nunca foi nem será um partido de tipo contestatário. A participação dos comunistas na edificação do Estado democrático nunca se confinou à crítica sistemática e teve sempre por objectivo a busca e o apontar de soluções para os difíceis problemas que defrontamos e para o País que somos e desejamos construir.

Quando o Senhor Presidente da República numa referência à oposição — para onde a deliberada ruptura do PS nos atirou — apela à consolidação das instituições democráticas e ao exercício da "sua função de crítica e de criação de alternativas", nenhum outro partido mais que o PCP se tem vinculado a essa linha de acção.

A Conferência Económica Nacional do PCP para uma saída democrática para a crise, a dinamização da campanha das sementeiras na zona da Reforma Agrária, as propostas políticas do nosso Comité Central em Julho do ano transacto, a preparação activa do encontro nacional dos quadros do Partido para a dinamização do sector nacionalizado, a acção responsável dos comunistas na direcção da luta de massas e o seu combate intransigente ao aventureirismo e ao radicalismo pequeno-burguês de feição esquerdista, ilustram a estreita vinculação do PCP à solução dos problemas económicos e financeiros e à defesa e consolidação da ordem e da legalidade democrática.

Nenhum outro partido apontou mais que o PCP alternativas democráticas e realistas para a situação da crise principalmente resultante da política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista do governo do PS.

Nenhum outro partido tem trabalhado com mais afinco para a unidade e o entendimento de todos as forças patrióticas e democráticas na grandiosa tarefa de edificar um Portugal feliz, livre e independente.

Partido dos trabalhadores, coincidimos em muitos pontos essenciais com outras forças na busca de soluções acertadas para os agudos problemas nacionais. O esforço colectivo para o aumento de produção nacional; a redução rápida dos défices da Balança de Pagamentos e da Balança Comercial; a promoção das exportações; a substituição das importações por produtos nacionais; a criação acelerada de novos postos de trabalho e a redução do desemprego; a mobilização de todos os recursos nacionais — todas são exigências a que os comunistas têm procurado responder de maneira responsável e activa.

É importante que isto seja dito ao País aqui e agora que um governo de coligação à direita com o CDS vai ser submetido à Assembleia da República. Na nova situação como em qualquer outra os comunistas serão firmes e coerentes na defesa dos interesses do povo trabalhador, das conquistas da Revolução, do regime democrático, da independência nacional.



# Os Comunistas na Assembleia da República

## Nas barragens da Agueira e da Raiva

# Mais de mil trabalhadores lutam pelos seus direitos

Sem prejuízo duma futura análise com mais profundidade do resultado das desintervenções do Estado e da situação das empresas que foram devolvidas ao patronato, queremos hoje aqui deixar este alerta e o desmascaramento duma administração que, primeiro pela repressão, depois pela violação dos direitos adquiridos e, por último pela fome, procura afectar mais de mil trabalhadores das barragens da Agueira e da Raiva, à sombra de uma impunidade que não pode ser admitida no Portugal democrático de hoje.

Foi com estas palavras que o deputado comunista Jerónimo de Sousa finalizou uma intervenção em que se debruçou sobre os graves problemas que afectam os trabalhadores da empresa Construções Técnicas, problemas que abordou na sua intervenção. Focando o regresso à empresa da administração em Abril de 1977, Jerónimo de Sousa salientou:

Reiniciando os vícios do passado, animada pela retaliação, a administração enveredou pela repressão, pelo cerceamento das liberdades, recusou sistematicamente o diálogo proposto pela Comissão Coordenadora das Comissões de Trabalhadores, culminando a sua acção com a violação da Acta Única acordada entre os trabalhadores e a empresa em Março de 1975 e que foi assinada pelos representantes dos trabalhadores, pelo patronato e por um delegado do Ministério do Trabalho.

Foi precisamente a violação dos direitos e regalias contidos nessa Acta Única — prosseguiu o deputado do PCP — que conduziu a que os trabalhadores das frentes de trabalho da Agueira, Raiva e Setúbal decretassem legalmente a greve, esgotadas que foram todas as outras formas de entendimento face à intransigência e à prepotência da administração.

O deputado Jerónimo de Sousa denunciou ainda que jogando nas deficiências do funcionamento dos tribunais, aproveitando a acumulação de milhares e milhares de processos em litígio motivada pelas acções repressivas do patronato sobre os trabalhadores, servindo-se da

indiferença e da incapacidade que existe da parte dos departamentos governamentais, a administração das Construções Técnicas atropela os seus compromissos, desrespeita as leis vigentes, sente-se enfim dona e senhora para fazer aquilo que muito bem entende como se não estivesse num país onde existe um regime democrático e cuja Constituição salvaguarda as liberdades e os direitos dos trabalhadores.

Mais adiante, Jerónimo de Sousa referiu que a administração resolveu cortar os subsídios de alimentação a mais de mil trabalhadores das barragens da Agueira e da Raiva, tornando impossível o fornecimento de refeições devido às condições do próprio local de trabalho, o que na prática significa tentar vencer os trabalhadores pela fome.

Depois de ter salientado que o patronato procede assim procurando levar os trabalhadores ao desespero e à radicalização das suas formas de luta, a fim de se provocar uma intervenção repressiva, manobra à qual os trabalhadores têm respondido serena mas firmemente — salvaguardando nomeadamente a manutenção das instalações e do equipamento — Jerónimo de Sousa disse a finalizar:

Quem beneficia com o impasse e o agravamento dos conflitos existentes nas Construções Técnicas?

Que se pretende quando se violentam frontalmente direitos adquiridos pelos trabalhadores, com desprezo pelos acordos assinados?

A quem se devem exigir responsabilidades depois dos trabalhadores verem fechadas todas as portas dos organismos do Estado a que foram bater?

A empresa Construções Técnicas, com os seus cerca de 3000 postos de trabalho, e pelo interesse nacional de que se reveste é demasiado importante para que o Governo permita que uma administração procure, com o argumento da repressão e da desestabilização, conduzir a empresa para situações de degeneração e agravamento económico e financeiro.

## Aumentar a produção por hectare!

# Patriótico objectivo da campanha agrícola

O início, dentro de poucas semanas, da campanha agrícola da Primavera foi o tema central da intervenção do deputado comunista Manuel do Rosário Moita, que teve a particularidade de ter sido proferida perante o ex-responsável do MAP, António Barreto, — agora regressado ao lugar de deputado — que, às acusações concretas que, na sua intervenção, Manuel Moita lhe dirigiu, nada disse.

Afirmou, nomeadamente, Manuel Moita: Contra os ataques de toda a ordem, criados pela anterior equipa do MAP, desde os espancamentos em mulheres grávidas, em velhos e jovens aos internamentos em hospitais, os trabalhadores das UCPs e cooperativas, numa vigorosa demonstração da sua decisão inabalável de defender a Reforma Agrária e construir o bem-estar do Povo Português, concretizaram as maiores sementeiras de Inverno, lançando à terra as sementes que, se o clima não nos atralçoar, poderão dar uma das maiores colheitas de sempre. O êxito alcançado pelos trabalhadores nas sementeiras em tão adversas condições foi tão grande que o senhor Barreto teve de o reconhecer publicamente quando se deslocou a Beja.

A dado passo, Manuel Moita acrescentou: O armazenamento dos cereais também está nas nossas preocupações. Que providências tomou ou vai tomar o Instituto dos Cereais para nos garantir o armazenamento das cevadas dísticas e aveias, se em 1976 houve grandes dificuldades e este ano existe maior área semeada? Como se vai escoar a tempo e horas o trigo se não estiver todo um plano organizado? Que providências se vão tomar para que este ano não vá acontecer como nos anteriores, perdendo-se centenas de horas de trabalho em infundáveis bichas às portas dos silos, acontecendo mesmo as debulhadoras serem obrigadas a parar? Que garantias se vão dar às UCPs e cooperativas na

aquisição de ceifeiras-debulhadoras e roletes para se poder assegurar a recolha dos cereais rápida e eficazmente?

Enquanto o País estava naturalmente atento à evolução política — prosseguiu o deputado do PCP — os trabalhadores das UCPs e cooperativas debateram as linhas fundamentais da produção agrícola da Primavera que brevemente se iniciará. Agora é necessário que o Estado corresponda pela sua parte, mobilizando os meios de que dispõe para lhes dar o apoio indispensável. A principal linha de orientação dos trabalhadores consiste no aumento de produção por hectare. Este patriótico objectivo impõe duas condições: por um lado, uma assistência técnica capaz de levar às UCPs e cooperativas os conhecimentos necessários para a realização das sementeiras, tratamentos, adubações nas mais aconselháveis condições; e, por outro lado, os créditos necessários à aquisição dos factores de produção e das máquinas e sementes apropriadas, e ao pagamento de salários que permitam aplicar a técnica recomendada.

Depois de ter dado exemplos concretos da necessidade e urgência destas medidas, Manuel do Rosário Moita finalizou a sua intervenção salientando:

Trabalhadores agrícolas, pequenos e médios agricultores, podemos e queremos produzir mais, contribuir decisivamente para a diminuição das importações. É urgente, a tão pouco tempo da campanha da Primavera, que os novos responsáveis governamentais da agricultura assumam a responsabilidade que aceitaram, e se empenhem, com respeito, a corresponder aos verdadeiros problemas dos agricultores e trabalhadores agrícolas, com respeito pela Reforma Agrária e com apoio financeiro indispensável. Nós podemos produzir mais, o tempo é pouco e estamos atentos às medidas dos novos responsáveis.

# O Governo ignorou 33 mil trabalhadores da Previdência

Que confiança pode um Governo, que confiança pode um secretário de Estado, inspirar aos cidadãos quando, fazendo rotações de 180 graus, são capazes de comprometer-se e descomprometer-se com o mesmo à-vontade?

Esta a pergunta que o deputado do PCP Jorge Leite dirigiu à Assembleia da República, criticando o facto do Governo se ter recusado ao diálogo com os trabalhadores da Previdência. Tal aconteceu quando o Governo, regulou unilateralmente as condições de trabalho de 33 mil trabalhadores da Previdência através de uma Portaria de Regulamentação do Trabalho publicada na II Série do "Diário da República". Assim mandou o Governo o diálogo às urtigas...

Narrando os factos, disse o deputado Jorge Leite. No decurso de uma longa luta iniciada antes do 25 de Abril, os 33 mil trabalhadores das Instituições da Previdência concluíram, em Julho de 1976, o seu primeiro contrato colectivo de trabalho, curiosamente assinado pelo senhor secretário de Estado Vitor Vasques. Neste mesmo contrato se previa que a sua revisão deveria fazer-se a partir de 1 de Janeiro de 1977.

Porém, pelo recurso a Instrumentos jurídicos primeiro (decreto regulamentar n.º 68/77 e PRT, publicada no "Diário da República") e mais tarde pelo corte da negociação, este direito dos trabalhadores conquistado na prática e consagrado na Constituição (...) foi pura e simplesmente negado aos trabalhadores da Previdência. E isto, note-se

bem, não obstante o senhor secretário de Estado da Segurança Social se haver expressamente comprometido, em reunião com a Comissão Sindical, havida em Maio de 1977, a negociar o acordo de trabalho, houvesse ou não, sublinho, houvesse ou não regime jurídico.

E o deputado do PCP interrogou. Que confiança podem, de facto, ter os 33 mil trabalhadores da Previdência no senhor Vitor Vasques quando, em Maio de 77, se afirma disposto a negociar o acordo de trabalho com ou sem regime jurídico para, 3 meses depois, romper as negociações com a Comissão Sindical sob a alegação de que não existia regime jurídico?

E que confiança podem ter estes trabalhadores de que não verão unilateralmente regulados outros aspectos das suas condições de trabalho, modificado o seu estatuto, prejudicados os seus direitos adquiridos?

Depois de ter recordado as formas de luta entretanto encetadas pelos trabalhadores da Previdência, às quais o Governo respondeu sistematicamente com a surdez, Jorge Leite terminou a sua intervenção acentuando: Entendemos que neste caso o Governo assumiu especiais responsabilidades. Sabemos que se está a tempo de se remediar os erros. E este erro deve ser emendado através do diálogo franco e aberto entre as entidades governamentais e as organizações representativas dos trabalhadores.

## Fabricantes de material eléctrico e electrónico

O essencial das conclusões do Encontro Nacional dos Trabalhadores do sector de Fabricantes de Material Eléctrico e Electrónico foi revelado ao plenário da Assembleia da República através de uma intervenção do deputado do PCP Joaquim Felgueiras.

De entre essas conclusões avulta a que estima em cerca de 30 mil o número de trabalhadores do sector, dominado por grandes empresas multinacionais que controlam 75 por cento do total de vendas e cerca de dois terços do emprego.

Estas empresas — salientou o deputado do PCP — seguem em grande parte, uma política de pressão, traduzida na ausência de investimentos, o que tem levado à degradação dos equipamentos existentes e à ameaça de despedimentos colectivos.

Seguidamente, o deputado comunista divulgou um conjunto

de medidas que os trabalhadores apontam como necessárias para a urgente reestruturação do sector.

É quase a concluir a sua intervenção, o deputado Joaquim Felgueiras acentuou:

Os trabalhadores fabricantes de material eléctrico e electrónico, analisando a situação, as potencialidades e as acções a emprender por cada um dos subsectores que compõem a gama das produções do seu sector, concluíram que o êxodo de um tal conjunto de medidas pode, a médio prazo, saldar-se pela obtenção e poupança de 3 a 4 milhões de contos de divisas, por uma expansão ainda maior do volume de vendas e pela criação de 3 a 6 mil postos de trabalho. Isto exige a realização dum esforço conjunto das entidades intervenientes no sector. Pelo seu lado, os trabalhadores estão prontos a fazê-lo, assim o estejam também o Governo e as administrações das empresas.

## Programa do Governo hoje na Assembleia

O Governo do PS em coligação com o CDS apresenta hoje, às 15 e 30, à Assembleia da República, o seu Programa. O debate propriamente dito terá lugar nos dias 8, 9, 10 e 11 deste mês, com sessões de manhã e à tarde.

No decorrer do debate, cada partido e o Governo têm direito a usar da palavra durante quatro horas, enquanto que o deputado da UDP o poderá fazer durante uma hora e meia.

## Evocação do 31 de Janeiro

A data histórica do 31 de Janeiro de 1891 foi evocada na passada terça-feira na Assembleia da República, através de uma intervenção do deputado socialista Carlos Lage, a que se associaram seguidamente os representantes dos restantes partidos e o Presidente Vasco da Gama Fernandes.

Intervindo em nome do PCP, o deputado Jorge Leite, depois de ter apoiado as palavras proferidas pelo deputado socialista, afirmou nomeadamente que a melhor maneira de se homenagearem os homens da Revolução republicana do 31 de Janeiro seria lutar na actualidade por uma nova ordem democrática e pela opção socialista consagrada na Constituição da República.

Por proposta do Presidente Vasco da Gama Fernandes, o hemiciclo, de pé, tributou calorosos aplausos aos homens do 31 de Janeiro de 1891.

## O pluriemprego na Comunicação Social Maioria dos deputados revogou a legislação amplamente condenada

A questão do pluriemprego na Comunicação Social voltou a estar em foco na Assembleia da República, na passada semana, no decorrer da discussão do projecto de lei 81/1, destinado a anular as medidas tomadas pelo Governo nesse campo, medidas que, como é do domínio público, foram amplamente repudiadas pelos trabalhadores do sector e pela própria Assembleia da República que, no espaço de dois meses, aprovou por maioria dois votos contra a citada legislação governamental.

O projecto de lei foi aprovado por maioria na generalidade e na especialidade (apenas os deputados socialistas se abstiveram) sendo nulos todos os despedimentos que se verificaram a coberto das regulamentações governamentais.

O Grupo Parlamentar do PCP votou favoravelmente o projecto de lei por considerar — conforme acentuou o deputado António Juzarte em declaração de voto — que o problema do pluriemprego na Comunicação Social estatizada não pode ser encarado isoladamente da reestruturação necessária de todo o sector.

O deputado comunista acrescentou ainda ser injusto fazer recair tal medida unicamente sobre os trabalhadores da Comunicação Social, esquecendo todos os outros casos em que, nomeadamente a nível da administração pública, tal se verifica.

Na declaração de voto, o Grupo Parlamentar do PCP acusou ainda o Governo de, através desta medida, pretender ganhar o apoio para outras medidas que visavam o controlo da Comunicação Social e o desemprego de milhares de trabalhadores.

Condenando ainda a falta de audição dos trabalhadores neste caso, o deputado António Juzarte concluiu que, com esta medida, o Governo pretendia fazer recair sobre os trabalhadores o preço dos erros de que eles não são culpados.

Aliás, no decorrer da intervenção que o deputado do PCP Jorge Lemos proferiu no decorrer do debate, estes aspectos e alguns outros tinham sido explicitados claramente. Nomeadamente, Jorge Lemos referiu que a maior parte dos casos de situações de pluriemprego são, na verdade, situações de subemprego. E a determinado passo, o deputado comunista referiu:

O PCP não pode deixar de considerar demagógica a adopção de uma medida sobre a proibição do pluriemprego na Comunicação Social estatizada. E dizemos que ela é, de facto, demagógica pois que não resolve os graves problemas com que se debate este sector, nem esconde o caos para que o Governo atirou as empresas jornalísticas, não as reestruturando, abandonando-as a uma política de avelas, criando condições que dão pretexto a medidas como a cessação de publicações (como é o caso de "O Século"), desintervenções em importantes órgãos e ameaças de despedimentos do chamado "pessoal excedentário".

Rodney Arismendi

**A REVOLUÇÃO LATINO-AMERICANA**

edições Avante!

**Avante!**  
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Propriedade  
Partido Comunista Português  
Av. António Serpa, 26-2.º Dt. — Lisboa 1 Tel. 769896/7

Administração  
Editorial Avante, SARL  
Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt. — Lisboa 1 Tel. 769744/769751

Direcção e Redacção  
Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt. — Lisboa 1 — Tel. 769725/769722

Distribuição  
CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL  
Central: Rua Pedro Nunes, 9-A — Lisboa 1. Tel. 769744/769751  
Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C — Lisboa 1, Tel. 769705  
Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 — Lisboa 2. Tel. 372238  
Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 57B — Porto, Tel. 28938  
Centro Distribuidor do Centro: Terreiro da E.V.A. 5 — Coimbra, Tel. 28394  
Centro Distribuidor de Santarém: R. Pedro de Santarém, 41 — Santarém, Tel. 24544  
Centro Distribuidor de Setúbal: Rua de Angola, 29-A — Setúbal, Tel. 24411  
Centro Distribuidor do Alentejo: Alcarova de Baixo, 13 — Évora, Tel. 26361  
Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.ª de Dezembro, 23 — Faro, Tel. 24417

Assinaturas  
CDL, Departamento de Venda Directa  
Av. Santos Dumont, 50 — Lisboa 1, tel. 763701

Publicidade  
Lisboa: R. Pedro Nunes, 9A — Lisboa 1, Tel. 41787  
Composto e Impresso na Heeka Portuguesa — R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — Amadora

Tiragem média do mês de Janeiro: 83 187

# JORNADA UNITÁRIA ASSINALOU ANIVERSÁRIO DO 31 DE JANEIRO

Centenas de pessoas participaram numa sessão comemorativa da passagem do 86.º aniversário do 31 de Janeiro, realizada no cinema "Júlio Dinis", por iniciativa de uma comissão integrada por mais de 70 democratas de várias tendências políticas entre os quais se encontravam Oscar Lopes, Edgar Correia, António Abreu, Joaquim Felgueiras, António Macedo, Carlos Laje, Raúl de Castro, Alvaro Ferreira Alves, Artur Sentieiro e Nuno Teixeira Neves.

Nun manifesto divulgado à população do Porto, os promotores da jornada recordavam que as comemorações de algumas datas que foram

importantes momentos da luta do Povo português ao longo da sua história, uniram no passado os antifascistas e constituiram importantes jornadas de luta, assumindo actualmente um significado renovado, sobretudo quando as ameaças ao regime democrático continuam a exigir a unidade e a luta dos antifascistas.

Prossidiu à sessão o prof. Ruy Luis Gomes, ladeado por diversos membros da comissão promotora e que representava o dr. António Macedo, Presidente do Partido Socialista. Atrás da mesa, um grande painel vermelho com inscrições que sintetizavam os objectivos da jornada: "31 de Janeiro — defender a Constituição e as conquistas nela consagradas".

Na sua intervenção a abrir a sessão, o professor Ruy Luis Gomes começou por salientar: **Realizamos esta comemoração, quando já não se trata de reivindicar as liberdades democráticas, nem o termo da guerra (colonial), nem a independência para os povos das antigas colónias. Do que se trata, acrescentou o reitor vitalício da Universidade do Porto, é de conservar as conquistas de Abril, as**

conquistas expressas na nossa Constituição. A terminar, fez um veemente apelo à unidade de todas os democratas e antifascistas.

**Não podemos homenagear hoje os revolucionários do 31 de Janeiro, assinalou o dr. Raul de Castro, sem evocarmos aqueles que continuaram a sua luta e que foram vítimas da sanha da reacção como António Granjo e Machado Santos, na I República, o estudante Branco, o dr. Ferreira Soares, Joaquim Lemos de Oliveira, Militão Bessa Ribeiro e as dezenas de assassinados no Tarrafal durante os negros anos do fascismo, Maria Rosinda Teixeira, de S. Martinho de Campo, os dois funcionários da Embaixada de Cuba e todas as vítimas do bombardeo fascista,** concluiu o membro da Câmara Municipal do Porto, que propôs um minuto de silêncio em memória daqueles lutadores e vítimas do fascismo.

Por seu turno, Nuno Teixeira Neves, jornalista, salientaria que a revolução vencida do 31 de Janeiro deve ser um alerta para os perigos actuais que corre a revolução portuguesa. Sublinhou que a derrota do mascaramento do fascismo.

Após um breve intervalo,

foi lida por Virginia Moura uma moção dirigida aos órgãos do Poder 31 de Janeiro se deveu à falta de unidade, apelando para o desrepudiando a presença de fascistas no aparelho de Estado e propondo que o 31 de Janeiro seja feriado municipal. De seguida usou da palavra António Galhardos.

A encerrar a série de intervenções falou o camarada Oliveira Dias que, a dado passo da sua intervenção, acentuou que o significado do 31 de Janeiro já não é apenas o da luta antifascista, pois essa luta só pode entender-se se lhe atribuímos actualmente o conteúdo de defesa da Constituição, e das principais conquistas nela consagradas. Oliveira Dias denunciou ainda a escalada fascista, designadamente a penetração lenta e dissolvente no aparelho de Estado.

# EM DEFESA DE ABRIL

## Em número crescente, milhares de portugueses de Norte a Sul do País condenam a coligação PS/CDS e apontam os perigos de um Governo com homens que votaram contra a Constituição

### ● Sociedade Filarmónica da Amadora

Centenas de pessoas presentes numa sessão de esclarecimento, no dia 28 de Janeiro, repudiaram vigorosamente, em moção, a formação de um governo de coligação com o CDS pois tal partido tentaria repetir, no Governo, a política que o Povo português duramente suportou durante 48 anos.

### ● Conselho de Moradores do Barreiro

Apelando ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista, para que atenda o seu eleitorado, este órgão coordenador e representativo das Comissões de Moradores do Barreiro, em reunião plenária de 23/1/78, aprovou uma moção onde sublinhou a traição da Direcção do PS as suas garantias de política de não alianças e definiu o Governo de coligação com o CDS como uma grave ameaça para as grandes conquistas da Revolução de Abril.

### ● UCP "Pedro Soares"

Os 175 trabalhadores desta UCP aprovaram, por unanimidade, em 19/1/78 e num Plenário de emergência, uma moção onde afirmam ser contra a coligação com o CDS, partido que votou contra a Constituição, e exigem eleições gerais antecipadas.

### ● Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Mineira do Sul

Em dois considerandos, onde denunciam que "o 1.º Governo Constitucional levou a cabo uma política que lesou os interesses dos trabalhadores através do aumento brutal do custo de vida, do congelamento da contratação colectiva, do bloqueamento dos salários, da liberalização dos despedimentos, do ataque à Reforma Agrária e a outras conquistas da Revolução" e que "a formação de um Governo com a participação do CDS, partido que representa o patronato mais reaccionário e que votou contra a própria Constituição" apenas poderá vir agravar essa política antipopular, os operários mineiros das empresas Pírites Alentejanas, Sociedade Mineira de Santiago e delegados sindicais da Mina de Lousal, reunidos em plenário no dia 21/1/78 apresentaram uma moção que foi aprovada por unanimidade e concluiu afirmando a disposição dos mineiros em lutar firmemente contra qualquer política que seja contrária aos interesses dos trabalhadores.

### ● Comissão de Acção dos Reformados e da Terceira Idade da Freguesia de Moscavide

"Repulsa pela inclusão do CDS no novo Governo" constitui a reacção de reformados reunidos em 19 de Janeiro numa iniciativa da Organização Popular de Base de Moscavide, pois tal partido, que votou contra a Constituição, alberga activos cooperantes e responsáveis de toda a estrutura antinacional e fascista do antigo regime.

### ● Rodoviária Nacional E.P., CEP-6 de Bucelas

Os Delegados Sindicais e Comissão de Trabalhadores desta Empresa, em reunião de trabalho no dia 23/1/78 aprovaram por unanimidade uma moção de repúdio pela aliança PS/CDS, apelando a todos os democratas e progressistas a maior unidade desde já, para a formação duma frente de defesa das conquistas de Abril.

### ● Comissão de Trabalhadores da SAPEC - Setúbal

Embora manifestando apreensão face à coligação PS/CDS, a CT da SAPEC concluiu, numa moção aprovada em 26/1/78, em Setúbal, "que a unidade da classe operária e dos trabalhadores em geral não permitirá a concretização duma política de recuperação capitalista".

### ● C.T. do Centro de Produção Fabril da Portucel

A 24 de Janeiro estes trabalhadores repudiaram a concretização dum governo PS/CDS numa moção onde se considera que "é necessário um Governo que se debruce sobre os graves problemas nacionais e tenha em linha de conta as conquistas de Abril".

### ● Cintura Industrial de Setúbal

Com um alerta a "todos os trabalhadores, todos os democratas com ou sem partido para a necessidade de reforço da organização e unidade, no sentido de combater firmemente todas as tentativas de destruição das conquistas do 25 de Abril", o Secretariado das C.T. da Cintura Industrial de Setúbal pensa que "um Governo com 'personalidades' do CDS só pode prosseguir o caminho do anterior Governo, ou seja continuar com a recuperação capitalista, incentivar os ataques contra a Reforma Agrária — em suma: tentar a destruição das principais conquistas dos trabalhadores, agravando cada vez mais as condições de vida do Povo português. Uma tal política já foi firmemente rejeitada pelos trabalhadores durante a vigência do anterior Governo".

### ● Comissão de Emigrantes do Essone (França)

"Nós, emigrantes, preocupados pela nova situação criada, apelamos para os capitães de Abril que ainda fazem parte do Conselho da Revolução, aos Srs. Presidentes da República e Assembleia da República, partidos progressistas, a todos os verdadeiros democratas e à CGTP-IN, para que encontrem uma outra forma de GOVERNO DEMOCRÁTICO e no espírito do 25 de Abril de 1974 e da CONSTITUIÇÃO PORTUGUESA como foi promulgada e respeitando o sufrágio ao qual o POVO PORTUGUÊS confirmou nas votações anteriores por uma maioria de ESQUERDA. Numa palavra: que todos os democratas civis e militares construam uma esquerda sólida e firme, que garanta

o nosso futuro e se criem condições para o nosso regresso à PÁTRIA". Assim se exprimiram estes portugueses face à coligação PS/CDS, e numa Moção datada de 21/1/78, acrescentando um apelo "para que todos os possíveis sejam feitos para impedir a constituição dum Governo reaccionário sob a capa de 'democratas, independentes ou apatridários' que não será outra coisa que a continuação da política reaccionária e de recuperação capitalista seguida nestes últimos meses".

### ● Comissão Coordenadora da Indústria Naval

Num comunicado emitido em 24 de Janeiro, a CC das Comissões de Trabalhadores da Indústria Naval alerta que a coligação PS/CDS "continuará a não resolver nenhum dos graves problemas do nosso país e fará pagar aos trabalhadores e às classes mais desfavorecidas todo o peso da crise em que vivemos", concluindo que "a unidade e firmeza da classe operária e dos trabalhadores não embarcam em barcos que não lhe ofereçam condições de navegabilidade".

### ● UCP "Nascer do Dia" - Elvas

Os trabalhadores da UCP "Nascer do Dia", em Elvas, manifestaram o seu repúdio pela formação de um Governo PS/CDS.

### ● Operários mineiros da Mina do Cercal

Numa Moção aprovada em 24/1/78, repudiaram a formação dum Governo PS/CDS pelo agravamento das condições de vida dos trabalhadores e manifestam a sua disposição de lutar contra qualquer política que venha a pôr em perigo as conquistas da

### ● Grupo de emigrantes de Bad Kreuznach (R.F.A.)

Num abaixo assinado enviado ao Presidente da República Portuguesa, este grupo de trabalhadores manifesta as suas apreensões pela situação criada pela coligação PS/CDS, perguntando, nomeadamente, como é possível dar-se a tal Governo, quando o CDS é um partido que votou contra a Constituição.

### ● Célula do PCP na Beiersdorf Portuguesa - Queluz de Baixo

Após analisarem contradições evidentes, que não resistem à mais superficial análise, entre o que diz a Constituição Portuguesa e o que caracteriza um partido como o CDS, que votou contra ela e representa um dos epicentros que irradiam acções concertadas contra a Lei Fundamental do nosso país, estes camaradas confiam que as classes trabalhadoras dos campos e das cidades saberão dar resposta correcta às ameaças que se desenharam no horizonte da democracia portuguesa.

### ● Companhia Geral de C. e Cimento CECIL - Setúbal

Ao mesmo tempo que responsabilizam a Comissão Nacional do PS "pela afronta que representa a todos os trabalhadores tal coligação", estes trabalhadores, em plenário de 24/1/78 repudiaram a coligação PS/CDS por "agravar a situação social existente no País".

### ● C.T. de Setúbal da Lito-Sado

Na perspectiva de que a aliança PS/CDS "é repudiada pela grande maioria dos trabalhadores que votaram por uma maioria de esquerda", esta Comissão de Trabalhadores apresentou uma moção de total discordância por tal acontecimento.

### ● Vila Nova da Baronia

Trabalhadores agrícolas desta zona, reunidos em Plenário no dia 26/1/78, na Casa do Povo, manifestaram a sua disposição de defenderem a liberdade, a Reforma Agrária e todas as conquistas da Revolução de Abril, ameaçadas por tal coligação, que visa o regresso dos capitalistas sabotadores às empresas e dos grandes agrários às terras que deixaram abandonadas.

### ● Trabalhadores Agrícolas de Albernôa

"Traição aos trabalhadores por parte da Direcção do PS", assim classificam os trabalhadores de Albernôa a coligação PS/CDS, ao mesmo tempo que se dispõem a "lutar firmemente em defesa das conquistas da Revolução de Abril e sobretudo em defesa da Reforma Agrária", em plenário do dia 26/1/78.

### ● 3 Moções do MDM: Alhandra, Alenquer e Alverca

Os núcleos do MDM destas 3 zonas, reunidos, respectivamente, em 24, 22 e 25 de Janeiro de 1978, manifestaram o seu vivo repúdio pela coligação PS/CDS, pois tal Governo necessariamente trará (e apenas) o agravamento das condições de vida do Povo português.

### ● C.T. Rodoviária Nacional CEP-6 Sub-Centro de Caneças

Em Plenário e a 24 de Janeiro estes trabalhadores manifestaram o seu repúdio pela formação de um Governo a que pertença o CDS.

Para além destas manifestações de veemente desacordo pela coligação PS/CDS, muitas outras Moções e Protestos foram endereçados à Imprensa diária, nomeadamente dos Sindicatos do Distrito de Porto, dos Transportes Rodoviários do Distrito de Setúbal, dos Electricistas do Norte, dos Metalúrgicos do Distrito de Santarém, dos Trabalhadores da Indústria Açucareira, dos Trabalhadores Gráficos do Sul e Ilhas, dos Metalúrgicos de Lisboa, do Sindicato Livre do Norte dos Trabalhadores de Armazém, da União dos Sindicatos de Lisboa e da Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários.



com esperanças no Governo PS/CDS

# ARROGÂNCIA SOBE DE TOM ENTRE OS SEPARATISTAS DOS AÇORES E DA MADEIRA

Enquanto nos Açores são postos em liberdade presumíveis bombistas que no princípio do mês de Janeiro se amotinaram na cadeia e são soberbamente conhecidos pela suas ligações com a FLA, enquanto no Funchal de novo rebentam petardos; enquanto, enfim, as liberdades democráticas continuam a não ser respeitadas nas Ilhas, os caciques têm, para eles e para as suas actividades inconstitucionais, toda a liberdade e mesmo a complacência das autoridades regionais.

Com efeito sobe de tom a arrogância dos separatistas e dos reaccionários de todos os matizes, apoiados nas Ilhas pelo clima de terror que eles próprios fomentam e pelas facilidades concedidas pela reacção legal que, tendo-se apossado do aparelho do Poder regional, os acoberta. O clima de tensão aumentou nos Açores e na Madeira nos últimos dias, já que cresceram as esperanças da reacção postas na formação do Governo central em cujo seio entrou o CDS e através dele as concepções e os interesses do imperialismo.

O fagocitado José de Almeida, um separatista ligado aos interesses americanos e director do pasquim "O Milhafre" foi arengar, há poucos dias, até à Praia da Vitória, na Terceira. O separatismo foi a tônica das palavras que proferiu face a cerca de 300 pessoas que o escutavam. Mas decerto que as esperanças que levava murcharam quando começou a ouvir os protestos que muitos dos presentes levantaram. O Almeida foi tentar melhor sorte realizando nova sessão desta vez em São Miguel. Mas os protestos dos populares que se encontravam presentes foram o resultado. Apesar da arrogância das direitas, a consciência da necessidade de defenderem a democracia ganha, também nas Ilhas, força e ânimo.

Mas não é apenas através dos petardos e dos discursos abertamente reaccionários que os que defendem o regresso ao passado e a entrega do país ao imperialismo se manifesta. Até as entrevistas em que se advoga o separatismo são radiodifundidas pelo emissor privado "Asas do Atlântico", tendo o próprio emissor regional noticiado estas provocações.

Por outro lado, na Madeira, a respectiva Assembleia Regional

promove uma intensa actividade, produzindo diplomas contra a Constituição. Certas propostas enviadas à Assembleia da República são de facto abertamente anticonstitucionais. Uma delas pretende que os diplomas aprovados pela Assembleia da República sejam suspensos de aplicação regional até decisão de eventual protesto dos órgãos regionais da Comissão Constitucional. Pretendem também que os diplomas que, pela sua urgência davam ser de aplicação imediata, mencionem, sob pena de nulidade, a participação na sua elaboração dos órgãos das regiões autónomas. Como se vê não é a autonomia que estes senhores

## Violência fascista nos liceus

# O PAÍS EXIGE DAS AUTORIDADES A PUNIÇÃO DOS RESPONSÁVEIS

Tal como aconteceu no passado ano lectivo, bandos de arruaceiros, ostentando orgulhosamente os emblemas do MRP e do CDS, ou da "Juventude Centrista", tentaram (e continuarão a tentar) paralisar as actividades escolares no Ensino Secundário.

Esta nova onda, que encontrou pela frente a firmeza de largas centenas de estudantes democratas foi iniciada no Porto, mas rapidamente se estendeu a outras localidades, como Lisboa.

Apesar de se terem aplicado a fundo, os meninos dos srs. Kaúza e Freitas do Amaral não conseguiram alcançar aquele objectivo principal: a paralisação do Ensino.

No entanto, perante a estranha passividade das entidades oficiais (MEIC, PSP, etc), instauraram climas de terror que acabaram por impedir o funcionamento normal de alguns estabelecimentos escolares, como sucedeu, por exemplo, nos liceus D. Dinis, Padre António Vieira e Pedro Nunes (Lisboa) e Garcia da Orta e António Nobre (Porto).

Da vaga de violência fascista nos liceus e do "combate" que lhe (não) foi dado a nível oficial, um

pretendem consolidar, mas a separação autêntica. Outras "iniciativas de legislação" que se apresentam contrárias à Constituição são, por exemplo, a regulamentação da greve que os separatistas se apressaram a projectar para melhor servirem os interesses do patronato das Ilhas em detrimento dos trabalhadores. Neste sentido também se enquadra a criação do "Instituto de Bordados" que pretendem colocar na sua dependência as cooperativas, forçando a prática de preços mínimos.

A mais fresca das notícias é sobre um já famoso Regulamento que visa permitir que a Secretaria de Estado Regional

decida, com uma simples portaria, de um acordo em caso de conflito de trabalho.

É claro que todos sabemos que, se estas e outras iniciativas fossem aprovadas, contra a própria Constituição, elas iriam beneficiar exclusivamente o patronato reaccionário das Ilhas e os interesses do imperialismo que ali encontram melhor campo que noutras zonas do país, nas Ilhas os trabalhadores não estão dispostos a maiores sacrifícios para beneficiar o patronato, os democratas não estão dispostos a ceder às pressões da reacção, os patriotas não estão dispostos a que uma parte de Portugal seja entregue ao imperialismo.

facto se pode desde já denunciar: a mesma autoridade que participa na aniquilação das UCP's e de muitas empresas geridas pelos trabalhadores, espantando-os selvaticamente; a mesma autoridade que promove despejos, espantando, se necessário, os moradores pobres; a mesma autoridade que, a pretexto das leis fascistas, impede o livre exercício das liberdades democráticas, prendendo pessoas que colam cartazes ou distribuem comunicados de organizações progressistas — revela-se passiva perante o terrorismo nos liceus, que atinge alunos e professores e põe em causa a democracia e a própria legalidade constitucional. Porque age assim? Por falta de elementos? Por isso não é de certeza! Vejamos: no princípio de Janeiro, o jovem neonazi José Paulo Baltazar, que já no ano lectivo transacto foi expulso do PAV por ter desencadeado uma onda de violência, conseguiu envolver algumas dezenas de estudantes em confrontos enquanto se votavam os estatutos da Associação do D. Dinis; um dos alunos do mesmo liceu, que tem

decida, com uma simples portaria, de um acordo em caso de conflito de trabalho.

É claro que todos sabemos que, se estas e outras iniciativas fossem aprovadas, contra a própria Constituição, elas iriam beneficiar exclusivamente o patronato reaccionário das Ilhas e os interesses do imperialismo que ali encontram melhor campo que noutras zonas do país, nas Ilhas os trabalhadores não estão dispostos a maiores sacrifícios para beneficiar o patronato, os democratas não estão dispostos a ceder às pressões da reacção, os patriotas não estão dispostos a que uma parte de Portugal seja entregue ao imperialismo.

Em dois considerandos, onde denunciam que "o 1.º Governo Constitucional levou a cabo uma política que lesou os interesses dos trabalhadores através do aumento brutal do custo de vida, do congelamento da contratação colectiva, do bloqueamento dos salários, da liberalização dos despedimentos, do ataque à Reforma Agrária e a outras conquistas da Revolução" e que "a formação de um Governo com a participação do CDS, partido que representa o patronato mais reaccionário e que votou contra a própria Constituição" apenas poderá vir agravar essa política antipopular, os operários mineiros das empresas Pírites Alentejanas, Sociedade Mineira de Santiago e delegados sindicais da Mina de Lousal, reunidos em plenário no dia 21/1/78 apresentaram uma moção que foi aprovada por unanimidade e concluiu afirmando a disposição dos mineiros em lutar firmemente contra qualquer política que seja contrária aos interesses dos trabalhadores.

"Repulsa pela inclusão do CDS no novo Governo" constitui a reacção de reformados reunidos em 19 de Janeiro numa iniciativa da Organização Popular de Base de Moscavide, pois tal partido, que votou contra a Constituição, alberga activos cooperantes e responsáveis de toda a estrutura antinacional e fascista do antigo regime.

Os núcleos do MDM destas 3 zonas, reunidos, respectivamente, em 24, 22 e 25 de Janeiro de 1978, manifestaram o seu vivo repúdio pela coligação PS/CDS, pois tal Governo necessariamente trará (e apenas) o agravamento das condições de vida do Povo português.

Para além destas manifestações de veemente desacordo pela coligação PS/CDS, muitas outras Moções e Protestos foram endereçados à Imprensa diária, nomeadamente dos Sindicatos do Distrito de Porto, dos Transportes Rodoviários do Distrito de Setúbal, dos Electricistas do Norte, dos Metalúrgicos do Distrito de Santarém, dos Trabalhadores da Indústria Açucareira, dos Trabalhadores Gráficos do Sul e Ilhas, dos Metalúrgicos de Lisboa, do Sindicato Livre do Norte dos Trabalhadores de Armazém, da União dos Sindicatos de Lisboa e da Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários.

# A POLÍTICA DO PCP NA SITUAÇÃO ACTUAL

(...)

Haverá muito brevemente uma reunião do nosso Comité Central em que iremos discutir toda a situação que resulta da formação deste novo Governo PS-CDS.

No que respeita ao Governo, para fazermos um juízo definitivo do que realmente ele vai fazer, ainda esperamos que haja uma concretização do seu programa e a designação dos secretários de Estado. Mas desde já algumas coisas merecem o nosso reparo e a nossa crítica.

Uma é o facto de aparecerem no Governo não as tais «personalidades» do CDS mas dirigentes do CDS, como o secretário-geral que aparece no Governo como ministro. E aparece no Ministério dos Negócios Estrangeiros um outro dirigente do CDS. A representação externa, ou seja, a porta aberta sobre Portugal democrático, com um dirigente do CDS! Assim, depois do 25 de Abril, Portugal será representado na vida internacional, nas relações com os outros Estados e os outros povos por um partido que votou contra a Constituição e que diz querer destruí-la. Isto não é dignificante para a democracia portuguesa nem para o nosso País.

Por outro lado, aparece sem dúvida uma ou outra alteração que até pode ser positiva. Seja qual for a razão que determinou essa mudança, consideramos positivo que o sr. Barreto tenha saído do Governo. Já devia ter saído há muito tempo, não faz lá falta nenhuma.

Sem conhecermos ainda o significado disto, admitimos que o novo ministro, que parece perceber mais de pescas que de agricultura, possa ter uma política um bocadinho diferente. Mas se vem um secretário de Estado igual ao do ministério Barreto, acaba o secretário de Estado por fazer uma política igual à do Governo anterior.

☆☆

Uma coisa é a política que o Governo quer fazer, outra é a política que ele pode fazer. É que para os dirigentes do PS, por muito cegos que estejam para as realidades, há uma realidade que cada vez lhes pode escapar menos: é que na medida em que se aliam aos representantes do grande capital e dos grandes latifundiários; na medida em que conduzem uma política que lese os interesses vitais dos trabalhadores; na medida em que nas negociações com o FMI aceitarem condições gravosas para a nossa independência; na medida em que continuem a sua aliança com os partidos reaccionários e a sua luta contra os comunistas, eles podem talvez ter um pouco alargada a maioria na Assembleia da República, mas estamos certos que terão cada vez mais reduzida a sua base de apoio popular. Haverá milhares e milhares de socialistas que até agora poderiam ter apoiado a política dos dirigentes do PS e que, perante os últimos passos desta política, se chegam aos comunistas ou se chegam às outras forças democráticas, de forma a actuarmos em conjunto e de forma a salvarmos em conjunto as conquistas da Revolução.

☆☆

O grande fracasso do Governo PS sozinho foi o fracasso da sua própria política. Se o Governo PS-CDS vai prosseguir essa política, estará também condenado a um novo fracasso.

Lembramos que quando o Governo PS sozinho afirmou que ia governar até 1980, nós dissemos que com essa política não chegava lá — e não chegou. O mesmo se passa com o Governo PS-CDS, que já afirma que tem uma plataforma e uma política até 1980. Se praticar a mesma política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista, também lá não chegará.

☆☆

Os problemas nacionais não se resolvem, como têm procurado resolvê-los, contra os trabalhadores, mas com os trabalhadores. E em Portugal quem diz «com os trabalhadores» tem que dizer «com o PCP». Não pode realizar-se em Portugal uma política com os trabalhadores sem ter em conta o PCP, que é o Partido dos Trabalhadores, que é o Partido da classe operária deste país.

☆☆

Nós, os comunistas, sabemos bem que sozinho não podemos resolver as dificuldades. Mas a nossa política de unidade não é uma política de alianças sem princípios. A nossa política de unidade parte da ideia fundamental de que para resolver os problemas do nosso País é necessário que os trabalhadores, e os democratas, estejam unidos, e que nós, comunistas, sozinhos, não temos força para modificar a política do nosso País.

Queremos unir-nos a todos os que também querem unir-se a nós para contribuir para a solução dos problemas nacionais. E daí toda a importância que damos à política de unidade e à insistência que fazemos no entendimento, na aproximação, na discussão e no acordo com democratas de outras tendências, designadamente com os socialistas.

Se porventura dirigentes de um partido como o Partido Socialista não compreendem a política unitária do nosso Partido estamos seguros de que a grande massa dos militantes socialistas e dos eleitores socialistas compreenderão finalmente que a nossa política corresponde aos seus interesses, aos interesses do nosso Povo e da nossa Pátria.

Do discurso do camarada Álvaro Cunhal na I Assembleia da Organização da Covilhã

## A desagregação do PS não é motivo de alegria para os comunistas

Já aqui referi de passagem, camaradas, o mal-estar, o descontentamento e a indignação que se registam nas fileiras do PS, convergindo em novos indícios de desprestígio, quebra de influência e desagregação daquele partido.

E se disto falamos, camaradas, é apenas porque tal realidade está à vista e todos os dias tem clara expressão pública.

Mas gostaríamos, camaradas, de deixar bem clara a nossa posição perante esta realidade, gostaríamos, nomeadamente, de aqui reafirmar que tal situação longe de ser um motivo de alegria tem de ser para os democratas portugueses um motivo de preocupação e devia ser para os dirigentes do PS um motivo para uma reflexão séria que conduzi-se à urgente revisão da sua política e das suas alianças com a direita.

E gostaríamos também, camaradas, de voltar a insistir que um PS forte e unido, mas em defesa dos trabalhadores e não contra eles, em defesa da recuperação económica e não promotor da recuperação capitalista, em defesa das conquistas da revolução e não chefe de fila da ofensiva da sua destruição, seria da maior importância para o prosseguimento da democracia portuguesa tal como está definida na Constituição da República.

Há dirigentes do PS que tentam fazer crer que, aliando-se ao CDS, estão por um lado a agravar contradições dentro do PPD, dentro do próprio CDS e entre estes dois partidos, mas escondem que estão a conduzir aceleradamente o seu próprio partido para o abismo da divisão e da desagregação, em que a própria direita está, mais do que ninguém, interessada, como forma de enfraquecer aquilo que podia e deveria ser uma das linhas de defesa da

democracia portuguesa.

Ao contrário do que nos acusa o PS, o PCP não tem uma visão estreita da realidade nacional, nem pauta a sua acção política pelo exclusivo objectivo de engrassar as suas fileiras e aumentar a sua influência política e social. Exactamente porque tem confiança nos trabalhadores e nas massas, exactamente porque somos portadores de ideias justas, exactamente porque temos raízes fundas nos problemas do País e nas aspirações do nosso povo, sabemos que o alargamento crescente da nossa influência, autoridade e prestígio é o traço mais relevante da evolução do quadro político nacional e que o futuro não deixará de confirmar e acentuar essa tendência.

Mas, o que determina a nossa acção política é sempre a preocupação fundamental de dar resposta aos problemas nacionais, de assegurar o caminho para a construção duma vida melhor, mais justa e mais feliz a que os portugueses têm direito. E se sabemos que sem os comunistas tal objectivo não pode ser alcançado, também sabemos que esta não é uma tarefa só para os comunistas mas antes uma tarefa que precisa do contributo de milhões de portugueses. E por isso, continuaremos a tudo fazer para que dirigentes e militantes do PS compreendam, quanto antes, que é preciso mudar de rumo, que é preciso trazer o seu partido para o lado dos trabalhadores, que é preciso trazer o seu partido para a cooperação e entendimento com o PCP, na base do respeito mútuo e na base do respeito das novas realidades que a revolução do 25 de Abril ergueu em Portugal.

Do discurso do camarada Octávio Pato na I Assembleia da Organização do Sector Público da ORL

## A administração pública «reformada» pelos alunos de Marcelo Caetano?

A entrada do CDS para o Governo, se representa perigos consideráveis para o regime democrático e para as conquistas de Abril, representa, em particular, perigos muito nitidos no que toca ao aparelho de Estado.

As forças reaccionárias que ainda aí detêm importantes posições, não deixarão de entender a coligação do PS com o CDS como a luz verde para a intensificação das suas manobras, para a ampliação das suas posições, para a utilização partidária da Administração Pública como instrumento de reforço da influência e poder dos caciques em muitas zonas do País, e como protecção oficial das suas prepotências e arbitrariedades.

Os esforços e a luta pela democratização do aparelho de Estado encontrarão assim ainda maiores resistências e sabotagens, sendo neste quadro preocupante a entrega a um alto dirigente do CDS de um novo Ministério; o da Reforma Administrativa.

Os trabalhadores da função pública foram, são e serão os primeiros a considerar necessária e imperiosa a reestruturação do aparelho de Estado, mas com o objectivo de o colocar ao serviço do regime democrático, dos interesses do nosso povo e do desenvolvimento da nossa Pátria, sempre com base na indispensável participação e contribuição dos próprios trabalhadores.

Mas não é disso que se trata, por exemplo, com a recente reestruturação do Ministério da Indústria e Tecnologia em que se desmantelam estruturas positivas com a única finalidade de reforçar o controlo político e cupulista da actividade de departamentos técnicos e científicos, e em que fundadas razões de ordem técnica e fundadas razões de interesse nacional e de apoio ao desenvolvimento económico, são desprezadas e esmagadas em favor de soluções arbitrárias e burocráticas.

E também não é da reestruturação efectivamente necessária, que irá tratar o ministro da Reforma Administrativa — Rui Pena do CDS — que, aconselhando-se com Freitas do Amaral, ou seguindo as directrizes deste, terá certamente enorme facilidade em reproduzir as concepções administrativas de Marcelo Caetano mas não poderá evidentemente orientar tal reforma administrativa no sentido que convém ao regime democrático que obrigou Marcelo Caetano a mudar de S. Bento para o Brasil.

Os problemas do Portugal democrático podem resolver-se com os portugueses que lutaram para que houvesse o 25 de Abril, que o fizeram, que até hoje o defenderam e defendem, que têm no coração as grandes conquistas democráticas, que estão ligadas pelo sofrimento, pela luta, pelo entusiasmo e pela alegria, à causa da liberdade e do progresso social da nossa Pátria.

Mas nunca com os homens que viram o 25 de Abril com medo, que assistiram à revolução contra ela conspirando, que pelas conquistas de Abril têm ódio, e pelos trabalhadores têm desprezo.

Do discurso do camarada Octávio Pato na I Assembleia da Organização do Sector Público da ORL

## Um Governo de costas voltadas aos interesses do povo

Os dirigentes do PS, ao fazerem uma coligação com o CDS, agiram como se as grandes conclusões a tirar do fracasso do seu anterior governo, como se as grandes conclusões a tirar da evolução da situação política, económica e social durante o ano de 1977, fossem exactamente as opostas às da realidade nacional, as contrárias dos sentimentos dos trabalhadores e de amplas camadas do nosso povo.

Os dirigentes do PS agiram como se a grande reivindicação dos trabalhadores tivesse sido a de maior desemprego, mais despedimentos, mais devoluções de empresas ao patronato sabotador; agiram, como se os trabalhadores rurais do Sul tivessem apoiado ferverosamente a Lei Barreto; agiram, como se as mulheres portuguesas reclamassem um crescente e galopante aumento do custo de vida; agiram, como se os pequenos e médios comerciantes e industriais levantassem a voz por taxas de juros mais altas e para que viessem falências ainda mais rápidas; agiram, como se os rendeiros do Norte estivessem felizes com a Lei dos senhorios ricos; agiram, como se para o povo português fosse motivo de reconhecimento e alegria ter havido um partido que votou contra a Constituição; agiram, como se os militantes do PS estivessem desejosos de colaborar exactamente com os caciques e fascistas do CDS que lhes fazem a vida negra em muitas zonas do País.

Os dirigentes do PS agiram como se as grandes manifestações do 1.º de Maio, de 22 de Junho e 18 e 19 de Novembro, tivessem sido jornadas de regozijo pela recuperação capitalista, agrária e imperialista.

Agiram como se o seu anterior governo tivesse sido excessivamente de esquerda e fosse necessário, do seu ponto de vista, dar agora uma guinada para a direita.

O Governo de coligação com o CDS que está anunciado, nasce de costas voltadas para a realidade nacional, para os verdadeiros problemas do País, para os interesses e aspirações dos trabalhadores. Nasce de

costas voltadas para a grande aspiração nacional, que se foi fortalecendo crescentemente à medida que o fracasso do Governo PS sozinho, em aliança de facto à direita, se ia tornando mais evidente, a grande aspiração nacional de ver concretizada uma política democrática e formado um governo democrático, fiel ao regime democrático e à Constituição, identificado com as novas realidades económicas, sociais e políticas criadas pela revolução.

E é por nascer divorciado das lições da vida e da experiência, e é por resultar de malabarismos e habilidades e não de um empenho sério em encontrar soluções ajustadas aos problemas do povo e do País, que este Governo de coligação do PS com o CDS não tem credibilidade, não provoca nenhuma expectativa favorável, não aquece nenhuma esperança, a não ser no campo da reacção. Pelo contrário, contra os perigos que tal Governo representa para a democracia portuguesa e para as conquistas de Abril, contra as ameaças muito sérias de acrescido agravamento de todos os problemas nacionais, exprime-se já hoje no País um larguíssimo movimento cívico de protesto, que na sua amplitude e diversidade, testemunha bem o isolamento de tal Governo e a indignação popular que provoca o acesso ao Poder de um partido de extrema direita legal.

E se isto não bastasse, bastaria ver que os próprios promotores e participantes da coligação comparecem perante a opinião pública de olhos baixos, sem convicção e moralmente vencidos e deprimidos, bastaria ver que, apesar de dispor de poderosos meios de comunicação e de propaganda, são os próprios cronistas e comentaristas oficiais que exprimem desilusão, desencanto e amargura, para não restarem dúvidas de que este Governo só promete novas dificuldades e fracassos, só torna ainda mais evidente o carácter imperioso e patriótico de uma alternativa democrática.

Do discurso do camarada Octávio Pato na I Assembleia da Organização do Sector Público da ORL

## Como fazer unidade

Entre outros aspectos, camaradas, a luta pela unidade impõe como principal direcção de trabalho no momento actual, a intensificação de contactos, de troca de pontos de vista, a procura de acções comuns com os militantes socialistas. Mas esta orientação exige que os militantes comunistas saibam ouvir e respeitar os que têm opiniões diferentes das suas, tenham em conta a sensibilidade, o estado de espírito, a diferente experiência e formação dos outros democratas. Exige, que em caso algum, a justa indignação que possamos sentir pela política da direcção do PS, se transforme em remos aos companheiros de trabalho socialistas, antes pelo contrário, nos leve a debater problemas num clima de compreensão fraternal e de solidariedade democrática. Exige que, onde quer que haja militantes ou «elites» socialistas, a «caírem no desânimo, ou amargura, que sejam nós os primeiros a transmitir-lhes, sem paternalismos nem auto-suficiência, uma palavra de confiança e de estímulo para que continuem a ocupar o seu lugar na defesa da democracia portuguesa.

A luta pela unidade, camaradas, implica que não tenhamos nas nossas relações com outros democratas a pretensão de chegar a acordo em todos os problemas de uma vez só e que, pelo contrário, se não desperdicem nenhuma possibilidade de, em pontos concretos, — mesmo que limitados — se concretizar o entendimento e a acção comum.

A luta pela unidade implica que os sectores de vanguarda tenham em conta os problemas, interesses e aspirações específicos de outras camadas sociais cuja contribuição é da mais alta importância para o prosseguimento do processo democrático.

Do discurso do camarada Octávio Pato na I Assembleia da Organização do Sector Público da ORL



## O CDS é democrata-cristão?

Para justificar as suas alianças com a direita e, concretamente, a sua coligação com o CDS, os dirigentes do PS começaram por querer atribuir ao nosso Partido as responsabilidades do insucesso das negociações de um acordo com o PS. Mas, como é público e notório, já foram obrigados a recuar nessa orientação. Primeiro, porque quando o PCP e, nomeadamente o camarada Álvaro Cunhal, explicou na televisão a milhões de portugueses o que realmente tinha acontecido, os dirigentes do PS tiveram de encoler e cair. E, segundo, porque os dirigentes do PS certamente o compreenderam que a prosseguirem nessa via, dado o estado de espírito dos trabalhadores e das massas, se afundariam tanto mais quanto mais insistissem em desculpas de mau pagador.

Mas, para atenuar o profundo mal-estar existente a todos os níveis nas suas fileiras, os dirigentes do PS concentram agora grandes esforços para dar justificação e naturalidade à sua coligação com o CDS, para reabilitar e dar verniz «democrático» ao CDS. É neste sentido que se tem de compreender as agora constantes referências ao Governo como sendo de «esquerda-centro» e aos membros e dirigentes do CDS como «os democratas-cristãos».

Não vale certamente a pena, camaradas, gastar muito tempo a rebater estas fantásticas malabarismos verbais com que se pretende esconder uma cruel realidade, mas talvez valha a pena pôr alguns pontos nos seus.

Em primeiro lugar, para dizer que é espantoso que, depois de centenas de afirmações — algumas das quais na própria noite em que o anterior governo caiu — qualificando o CDS de partido de direita, haja agora a coragem de vir dizer que é do «centro».

Em segundo lugar, para dizer e afirmar que se compreende que o PS queira punir o CDS para o «centro», já que depois de terem apresentado o PS como partido «charneira entre os dois «extremos» (o PCP e o CDS) ninguém compreendia que a «solução» encontrada pelo PS, fosse exactamente a de meter um dos «extremos» — e logo o da reacção — dentro do Governo.

Em terceiro lugar, para dizer, que, em nossa opinião, os homens do CDS não são democratas e é duvidoso que sejam verdadeiramente cristãos, e para dizer também que chamar «democratas cristãos» à gente do CDS é estar a ofender as centenas de milhares de portugueses que sendo cristãos são democratas e que por isso mesmo não se reconhecem no CDS, pelo contrário, sofreram como o fascismo, saudaram o 25 de Abril com alegria e entusiasmo e estão solidamente com a liberdade e a democracia!

Do discurso do camarada Octávio Pato na I Assembleia da Organização do Sector Público da ORL

## O PCP e os saneamentos no aparelho de Estado

No rol imenso das calúnias que, desde o 25 de Abril, a reacção vem dirigindo contra os trabalhadores portugueses e contra o PCP, figuram tradicionalmente grosseiras deformações e mentiras sobre o nosso comportamento no aparelho de Estado, nomeadamente, quanto ao saneamento de fascistas e quanto a uma pretensa manipulação partidária de órgãos e estruturas da administração pública.

Mas o que os caluniadores nunca dizem é o que verdadeiramente está por detrás das suas calúnias e mentiras. Não têm a coragem de o reconhecer, mas é a verdade indiscutível, que protestaram contra o saneamento de fascistas apenas porque desejaram fazer do aparelho de Estado uma base central da conspiração reaccionária e um ponto de apoio fundamental para a completa sabotagem da aplicação das medidas progressistas, decididas pelos órgãos de poder do regime democrático e conquistadas pela luta de massas.

Hoje sabemos bem o preço que a democracia portuguesa já pagou por terem sido em grande parte conservados no aparelho de Estado métodos, estruturas, pessoas e orientações vindas do fascismo. Mas também podemos calcular o que poderia ter acontecido à revolução portuguesa se não tivesse existido, logo nos dias seguintes à queda do fascismo, a justa preocupação dos trabalhadores e das massas de desalojarem os fascistas das principais posições que a diversos níveis detinham na máquina do Estado.

Não poucas vezes a própria direcção do PS fez coro com a reacção neste assunto. Sabendo hoje que é com a sua complacência que têm regressado ao aparelho de Estado fascistas notórios e que outros são recompensados com chorudas pensões e retroactivos, podemos avaliar bem aonde queria a direcção do PS chegar com tais críticas e acusações.

Mas é altura de dizer que, neste domínio, a direcção do PS não só não tem razão como não tem também autoridade moral e política para criticar o PCP e os trabalhadores. É por preocupação da direcção do PS e dos governos que o PS tem dominado que no Portugal democrático nascido do 25 de Abril acontece o absurdo e a vergonha de no aparelho de Estado enquanto regressam fascistas saem democratas, saneados por motivos ideológicos, por serem homens de esquerda, vítimas de uma intolerância e sectarismo nunca vistos depois do 25 de Abril.

São centenas de trabalhadores, de técnicos, de especialistas, de homens e mulheres de reconhecida competência e de comprovada fidelidade aos ideais democráticos, que têm sido afastados para logo serem substituídos pela legião de protegidos, e arristados e gente de direita, que assalta postos e lugares numa onde de nepotismo, compadrio e favoritismo partidário que não pode deixar de merecer uma severa reprovação moral e uma veemente condenação política.

E, se outras razões não houvesse, bastaria a evidente circunstância de esta política de perseguição e intolerância representar gravíssimos prejuízos para o País (já que impede centenas de cidadãos — muitos dos quais destacados figuras da educação, da ciência, da técnica — de dar à solução dos problemas nacionais a colaboração que a sua capacidade e competência justificaria), para continuarmos incansavelmente a reclamar o fim desta política insensata, imoral e escandalosa.

Do discurso do camarada Octávio Pato na I Assembleia da Organização do Sector Público da ORL



Presença dos Pioneiros na Assembleia

### I Assembleia Concelhia da Covilhã

## ORIENTAÇÕES CONCRETAS PARA O REFORÇO DO PARTIDO E DA SUA INFLUÊNCIA

A realização da nossa I Assembleia Concelhia da Covilhã integra-se no cumprimento das resoluções do VIII Congresso do PCP. Representa um esforço para melhorar o trabalho do nosso Partido, tanto na estruturação da organização existente, como no conhecimento dos problemas que afectam os trabalhadores e a população para melhor os podermos defender. Representa igualmente um esforço para alargar a democracia interna do nosso Partido, facto que tem de ser continuado e ampliado. Pensamos que a nossa I Assembleia reflectirá ainda deficiências no trabalho do Partido na Covilhã, cidade de grandes tradições de luta e de grande influência do Partido. Não escondemos essas deficiências. Retirar dos erros e das deficiências do nosso trabalho as lições necessárias para as ultrapassar no futuro é também um dos objectivos desta Assembleia, é sempre um dos objectivos dos comunistas.

Palavras de Ramiro Reis, operário e membro da nova Comissão Concelhia da Covilhã do PCP, proferidas durante a saudação que dirigiu a todos os amigos e camaradas presentes, entre os quais se encontravam Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido, e José Pedro Soares e Carlos Luis, do Comité Central e da DORB do PCP.

Caracterizada por um ambiente de viva participação e de entusiasmo, a Assembleia reuniu no pavilhão da FAEC, naquela cidade, cerca de 200 delegados, oriundos de todos os pontos do concelho, e ainda algumas dezenas de convidadas, nomeadamente, militantes e simpatizantes do Partido, democratas sem filiação partidária, representantes de outras organizações políticas, membros de sindicatos, comissões de trabalhadores e de moradores, autarquias e colectividades.

No início da primeira sessão, presidida pelo camarada Abílio Fernandes, da Comissão Distrital de Castelo Branco do PCP, foi aprovada a Ordem de Trabalhos e eleitas as mesas da Assembleia e do respectivo Secretariado. Da primeira fizeram parte, além dos camaradas do CC do Partido, Mário Silva Rantio, José Pires, Belarmino Lopes, Belarmino Ribeiro, Manuel Martins Nunes, José Manuel Rantio, Ramiro Reis, José Manuel Mingote, António Luis Almeida, Manuel Almeida, Maria da Conceição Lopes, António Garra e José Neves Dias. O Secretariado foi constituído pelos camaradas Belmiro, José Rantio e Reis.

### A INDÚSTRIA DE LANIFÍCIOS EMPREGA UM TERÇO DA POPULAÇÃO ACTIVA

Os trabalhos prosseguiram com a leitura e apreciação do Relatório da Comissão Concelhia cessante, que viria a ser aprovado por unanimidade. Este documento culminou todo um trabalho colectivo realizado no âmbito da actividade preparatória da Assembleia, actividade que mobilizou largas dezenas de camaradas e amigos em todo o concelho, sendo de salientar a I Assembleia da Freguesia de Tortosendo, que decorreu no passado dia 15, com a presença do camarada Carlos Brito, da Comissão Política do CC.

Segundo os dados que possuímos, a população do Concelho é de 60 915 habitantes, 39,5% dos quais são a população activa. Da população activa 46,5% trabalha na indústria transformadora, 24,2% nos serviços, 18,8% na agricultura, 6% na construção civil e 3,5% nas indústrias extractivas. Daqui se conclui que a actividade predominante no Concelho é a indústria transformadora (lanifícios) que dá origem à concentração populacional nas zonas urbanas e suburbanas — Covilhã, Tortosendo, Aldeia de Carvalho, Teixoso, etc. — lê-se no primeiro capítulo do Relatório que, mais adiante, ao referir-se às múltiplas carências que afectam as populações da região, sublinha:

No campo das vias de comunicação e transportes é de salientar a falta de uma rede de transportes que necessitadas da população — horários e desdobramentos que sirvam os trabalhadores dos lanifícios, etc. — aliada ao mau estado de conservação da rede de estradas no Concelho e à falta de acessos rápidos aos grandes centros do País.

No domínio da assistência médico-medicalmentosa assiste-se a falta de médicos, de pessoal do enfermagem e de farmácias o que dá conta do abandono a que tem sido votada

que a nova Comissão Concelhia dedique especial atenção ao trabalho nestes dois sectores.

Quanto à composição por idades temos: com menos de 20 anos — 4%; entre os 20 e os 30 — 26,2%; entre os 30 e os 50 — 64,0,5%; e com mais de 50 — 29,3%.

O relatório desenvolve, em seguida, importantes questões relacionadas com a actividade das células de empresa e dos organismos de freguesia, e a participação dos comunistas nas comissões de trabalhadores e na luta sindical. O trabalho camponês, autarquias e trabalho unitário, organização das mulheres, dos professores, da juventude, dos pioneiros e dos reformados e do sector de serviços, a importância das colectividades, a Informação e Propaganda, fundos e os Centros de Trabalho — são os outros temas abordados no Relatório.

### AS RESOLUÇÕES DA ASSEMBLEIA

Durante a segunda sessão, presidida pelo camarada José

comunistas nas estruturas sindicais do concelho", "levar à prática formas de trabalho unitário capazes de despertar e trazer à luta um número cada vez maior de mulheres", "aumentar a divulgação e venda do "Avante!" e de "O Militante", "criar um organismo que à escala do concelho coordene e desenvolva, com espírito criador, a actividade de Informação e Propaganda", "melhorar o recebimento das quotizações e promover a sua actualização, já que muitas delas são baixas" e "abrir Centros de Trabalho nas freguesias de maior concentração populacional".

Como última e importante medida para o futuro imediato, a Assembleia decidiu responsabilizar a nova Comissão Concelhia pela realização do Encontro Unitário dos Trabalhadores dos Lanifícios da Corda Serra, no qual deverão ser discutidos os grandes e graves problemas que afectam os trabalhadores da indústria e apresentadas propostas que permitam aos trabalhadores reforçar a sua unidade e a sua luta em defesa dos seus salários

Nos sabemos bem quem são os militantes do CDS e o que é que eles representam. Temos visto o que dizem e o que fazem, todos os dias, por estas freguesias e por outras vilas e aldeias do Norte do País. Os dirigentes do PS chamam-nos, agora, democratas-cristãos e dizem que são do centro. Eu creio que quem fica mais espantado são os militantes sinceros do próprio PS.

Proseguindo a sua intervenção, o dirigente comunista frisou: "Nos recusamos acreditar que os trabalhadores socialistas vão agora aparecer nas empresas ombro com ombro com os patrões e com os lacaios do patronato, a apoiar os despedimentos e a repressão aos activistas sindicais ou a apoiar os cortes de regalias, o atraso ou a baixa de salários, a consentir nas limitações das liberdades sindicais e das Comissões de Trabalhadores."

Nos recusamos acreditar que os socialistas autênticos irão para apoiar as nossas aldeias e vilas de braço dado com os grandes proprietários e os senhores absentistas, com os gordos intermediários, com os parasitas da lavoura contra os pequenos agricultores, apoiando os despejos e as violências contra os rendeiros, apoiando o obscurantismo, a incultura, a miséria e a espolição dos pobres.

Mais adiante, depois de reiterar que os comunistas nunca encobrirão as alianças do PS com a reacção, o grande capital e o imperialismo, o camarada Ângelo Veloso declarou:

Nos não acreditamos que os socialistas irão agora aparecer nas autarquias de mãos dadas com os caciques e os saudosistas do passado, com os que votam contra a condenação das actividades fascistas nos liceus, contra a remoção das estátuas fascistas, etc., etc., isto é, de mãos dadas com os representantes de tudo o que é retrógrado e reaccionário. Em Matosinhos, esta aliança já se fez, quando o Presidente da Câmara nomeou a tempo inteiro um vereador do CDS. Não pode ser socialista sincero desinteressado a sério quem assim procede e a história o demonstrará. Mas estes serão casos seguramente isolados. Nós não acreditamos que os democratas militantes do PS vão agora dar-se as mãos com aqueles que votaram contra a Constituição e agora atacam, atacando o 25 de Abril e os capitães do MFA, sonhando com a revisão de facto da Constituição e a destruição das liberdades e da democracia.

Nos não acreditamos que os patriotas socialistas vão agora enfeudar as alianças e aos

## DUAS MIL PESSOAS NO GRANDE COMÍCIO DE ENCERRAMENTO

No mesmo local onde decorreram os trabalhos da Assembleia — o pavilhão da FAEC — realizou-se, ao fim da tarde, um grandioso comício de encerramento, no qual usou da palavra o camarada Álvaro Cunhal, cuja intervenção referimos separadamente.

Caracterizada do princípio ao fim pelo entusiasmo vibrante de todos os presentes, a sessão reuniu mais de duas mil pessoas, entre as quais numerosos operários têxteis e jovens, e constituiu uma importante jornada de esclarecimento político e uma poderosa afirmação de combatividade e firmeza dos comunistas da Covilhã.

Antes da intervenção do secretário-geral do Partido, que seria calorosamente saudado, usou da palavra o camarada José Pedro Soares, do CC e da DORB do PCP, que sublinhou a importância decisiva da Assembleia para o desenvolvimento e orientação da actividade dos militantes comunistas do concelho, para o reforço da organização a todos os níveis e da influência do Partido entre o povo trabalhador, e para a defesa e consolidação da democracia.

O camarada José Pedro Soares falou ainda do trabalho preparatório da Assembleia, das lutas dos operários e dos agricultores, dos êxitos e das deficiências da organização e das perspectivas que se abrem ao fortalecimento do Partido.

Rantio, foram aprovadas as Resoluções da Assembleia, das quais destacamos: "realizar a curto prazo a 1.ª Assembleia de Freguesia do concelho da Covilhã", "criar organismos nos seguintes sectores de actividade: Construção Civil, Metalúrgicos, Empregados de Comércio, de Escritório e Bancários", "criar o Comité dos Lanifícios, através do qual o Partido possa melhorar o trabalho de direcção e reforçar a sua intervenção no sector", "incrementar a todos os níveis da actividade do Partido o recrutamento de novos militantes", "criar células activas em empresas cujo crescimento do Partido possibilite a sua formação; caso da Decormal, Jerónimo Costa Sena, Cravinos, Luis de Carvalho, F. Mendes Alcáide, etc.", "destacar para o trabalho camponês quadros capazes de organizar os camaradas e alargar a organização e a influência do Partido no sector", "reforçar e desenvolver o trabalho unitário nas colectividades, autarquias e Casas do Povo", "encontrar formas de organização e mobilização que permitam uma mais eficaz intervenção dos

dos seus postos de trabalho hoje fortemente ameaçados. Numa sessão reservada aos delegados, foi eleita a Comissão Concelhia, cuja composição foi alargada de 9 para 31 elementos, dos quais 48,3% são operários, 9,6% camponeses, 16,1% empregados, 6,4% intelectuais e 19,3% vârios. A percentagem de mulheres eleitas para a nova comissão é de 16 por cento. A idade média dos seus membros é de 32 anos.

No decorrer dos trabalhos, chegaram à Assembleia mais de 30 saudações enviadas, nomeadamente, por outras organizações do Partido. Antes do encerramento, os Pioneiros da Covilhã e do Tortosendo dirigiram saudações a todos os presentes, momento que seria vibrantemente assinalado por fortes aplausos e palavras de ordem. Tal como afirmara o camarada Álvaro Cunhal, no comício que se seguiu, a presença dos Pioneiros na Assembleia simbolizou a confiança e o espírito revolucionários dos comunistas na luta pela construção de um futuro de progresso e de paz, um futuro socialista.



Uma Assembleia com grande participação e entusiasmo

## GOVERNO PS/CDS É UMA AMEAÇA REAL PARA OS TRABALHADORES E A DEMOCRACIA

— alertou Ângelo Veloso no Porto

Um Governo PS/CDS é uma ameaça real para os trabalhadores e a democracia portuguesa, alertou o camarada Ângelo Veloso, membro suplente da Comissão Política do CC, durante a sua intervenção no comício-festa, realizado na passada sexta-feira, no cinema da Senhora da Hora, por iniciativa da organização local do Partido, com participação de centenas de pessoas que exprimiram o seu apoio à posição do Partido face à actual situação política.

Durante a jornada, um membro da Comissão Concelhia de Matosinhos, camarada José Luis Gonçalves, anunciou o lançamento de uma campanha de recolha de fundos, a iniciar durante este mês, com o objectivo de contribuir para a existência de um Centro de Trabalho em Matosinhos que irá contribuir para um desenvolvimento ainda mais acentuado da acção e luta do Partido da Verdade, da Esperança e do Futuro. Naturalmente, as pequenas e grandes iniciativas a promover serão anunciadas nas páginas do "Avante!".

Justificando as palavras acima citadas, o camarada Ângelo Veloso acentuou: "Nos sabemos bem quem são os militantes do CDS e o que é que eles representam. Temos visto o que dizem e o que fazem, todos os dias, por estas freguesias e por outras vilas e aldeias do Norte do País. Os dirigentes do PS chamam-nos, agora, democratas-cristãos e dizem que são do centro. Eu creio que quem fica mais espantado são os militantes sinceros do próprio PS."

Proseguindo a sua intervenção, o dirigente comunista frisou: "Nos recusamos acreditar que os trabalhadores socialistas vão agora aparecer nas empresas ombro com ombro com os patrões e com os lacaios do patronato, a apoiar os despedimentos e a repressão aos activistas sindicais ou a apoiar os cortes de regalias, o atraso ou a baixa de salários, a consentir nas limitações das liberdades sindicais e das Comissões de Trabalhadores."

Nos recusamos acreditar que os socialistas autênticos irão para apoiar as nossas aldeias e vilas de braço dado com os grandes proprietários e os senhores absentistas, com os gordos intermediários, com os parasitas da lavoura contra os pequenos agricultores, apoiando os despejos e as violências contra os rendeiros, apoiando o obscurantismo, a incultura, a miséria e a espolição dos pobres.

Mais adiante, depois de reiterar que os comunistas nunca encobrirão as alianças do PS com a reacção, o grande capital e o imperialismo, o camarada Ângelo Veloso declarou:

Nos não acreditamos que os socialistas irão agora aparecer nas autarquias de mãos dadas com os caciques e os saudosistas do passado, com os que votam contra a condenação das actividades fascistas nos liceus, contra a remoção das estátuas fascistas, etc., etc., isto é, de mãos dadas com os representantes de tudo o que é retrógrado e reaccionário. Em Matosinhos, esta aliança já se fez, quando o Presidente da Câmara nomeou a tempo inteiro um vereador do CDS. Não pode ser socialista sincero desinteressado a sério quem assim procede e a história o demonstrará. Mas estes serão casos seguramente isolados. Nós não acreditamos que os democratas militantes do PS vão agora dar-se as mãos com aqueles que votaram contra a Constituição e agora atacam, atacando o 25 de Abril e os capitães do MFA, sonhando com a revisão de facto da Constituição e a destruição das liberdades e da democracia.

Nos não acreditamos que os patriotas socialistas vão agora enfeudar as alianças e aos

compromissos internacionais do CDS, agora instalado no MNE, com a alta finança e os grandes monopólios, com os que sabotaram e bloquearam a economia portuguesa depois do 25 de Abril, com toda a extrema-direita europeia e mundial, com o imperialismo, com os colonialistas e neocolonialistas que tanto conspiraram e conspiram contra Angola, Moçambique, Guiné e, em geral, contra o Movimento de Libertação Nacional dos povos.

Recusamos acreditar em tal aliança dos socialistas sinceros com os reaccionários — e dizemo-lo com toda a convicção e solenidade. A maioria dos militantes socialistas está a reagir com espanto, vergonha e protesto à coligação do PS com o CDS. Os incidentes de ontem, na AR, entre deputados socialistas são bem demonstrativos disso.

### UNIDADE ENTRE COMUNISTAS E SOCIALISTAS É NECESSÁRIA E É POSSÍVEL

Comentando a desagregação do PS, na sequência da coligação com o partido do Prof. Freitas, o camarada Ângelo Veloso considerou que esta desagregação serve as forças da direita, porque o PS é, objectivamente, pela sua composição social e política, um partido de Esquerda. Os comunistas, acrescentou, consideram a existência de um forte Partido Socialista, como força progressista, democrática

e patriótica. (...) Mais do que nunca, crime mais adiante, seria uma duma confundir o grupo dirigente do PS com os milhares e milhares de militantes do PS que são sinceros socialistas. Para nós, a unidade e a cooperação com os socialistas são hoje, mais do que nunca, necessárias para defender as conquistas da revolução e bater as forças reaccionárias.

De seguida, o membro suplente da Comissão Política do CC desmascarou a fraselologia, o verbalismo e o divisionismo promovido pelos grupos esquerdistas, particularmente pela UDP/PCP(r), que combate e combateu descaradamente a unidade e cooperação entre socialistas e comunistas. Depois da queda do I Governo e quanto decorriam negociações para a definição de uma plataforma entre o PCP e o PS, os esquerdistas desenvolveram todos os seus esforços não contra o PPD e o CDS, mas contra o Partido Comunista e contra a intersindical, juntando todos os seus esforços à direita reaccionária para insultar, deformar e dificultar qualquer acordo entre o PCP e o PS.

A propósito das tentativas desenvolvidas pelos esquerdistas para empurrar os trabalhadores para lutas aventureiras, precipitadas e impulsivas, Ângelo Veloso denunciou que o verbalismo dos esquerdistas se vira contra os trabalhadores e o povo, frisando seguidamente: "É preciso recorrer a todas as formas de acção para unir todos os trabalhadores honestos, convencer à luta os hesitantes

ou medrosos, desgastar o patronato, organizar e consolidar as disposições de luta dos trabalhadores.

É preciso combater a luta na empresa com a luta sindical, as concentrações com as manifestações de rua, os abaixo-assinados com a acção nos tribunais, as paralisações com os plenários, etc.

Para fazer frente à exploração e às pretensões do patronato e à política da direita reaccionária, os trabalhadores têm que aprender com as suas vitórias e as suas derrotas.

Cada derrota pode transformar-se numa vitória se for uma fonte de ensinamentos e de experiência para todos os trabalhadores.

Isolar e desmascarar os esquerdistas, combater o aventurelismo e o verbalismo, denunciar o divisionismo e o vanguardismo — é essencial para alargar e desenvolver a acção dos trabalhadores e dos patriotas.

O isolamento e o combate ao esquerdismo tem tanto maior importância, quanto um governo PS/CDS inevitavelmente agravará as tensões e conflitos sociais.

No comício também usaram da palavra os camaradas Margarida Taveira, membro da Comissão de Freguesia da Senhora da Hora, e José Luis Gonçalves, membro da Comissão Concelhia de Matosinhos. Antes da sessão actuaram Pioneiros da Senhora da Hora, e no fim das intervenções Alberto Viilaverde, Augusto Teixeira da Silva e o conjunto "1.º de Maio".

## DOMINGOS ABRANTES NO PORTO

O Governo PS-CDS não resolverá nenhum dos problemas nacionais, salientou o camarada Domingos Abrantes, membro do Secretariado do Comité Central, durante um comício-sessão de esclarecimento realizado no Cine Vitória, em Campanhã, no sábado à noite, com a presença de cerca de 400 pessoas. No decorrer da sessão, um militante socialista leu uma saudação manifestando a sua disposição de contribuir para a unidade com os comunistas e de combater os que fazem do anticomunismo a sua arma mais comum.

Domingos Abrantes começou por denunciar que o CDS é herdeiro do fascismo, votou contra a Constituição e sempre se opôs às transformações revolucionárias verificadas depois

do 25 de Abril. Depois de ter alertado para a hipótese do PS vir a fazer novas cedências à direita no que se refere à Presidência da Assembleia da República, o dirigente comunista fez um sumário-balanço das principais medidas adoptadas pelo grupo dirigente do PS e pelo anterior Governo, que se traduziram em contra-revolução legislativa, no agravamento das condições de vida dos trabalhadores e da situação económica, no aumento do desemprego, no ataque às conquistas da Revolução e na devolução de terras e empresas aos sabotadores.

Como denunciou Domingos Abrantes, embora os srs. Barreto e Nobre da Costa não façam parte do novo gabinete, entraram para o Governo, de uma assentada, três destacados dirigentes do CDS. O novo Governo, disse, tem condições para ser ainda pior que o anterior.

O Partido Socialista queria amarrar-nos a um acordo e ficar com as mãos livres para nos atacar, dizia o dirigente do nosso Partido a propósito das negociações para a assinatura de uma plataforma. Como ralçou Domingos Abrantes, uma solução democrática para a crise passa pelo PS, mas também passa por uma mudança da política do PS.

No fim da sua intervenção inicial houve um animado período de perguntas e respostas, durante o qual o membro do Secretariado do PCP expôs a posição do nosso Partido acerca de variados aspectos da realidade política nacional.

## No Pavilhão da Romeira ASSEMBLEIA DE CÉLULA DA LISNAVE

A célula da Lisnave reuniu no passado dia 28, no Pavilhão da Romeira, Cova da Piedade, com o objectivo de proceder à entrega dos cartões para 78/79.

No decorrer da Ordem de Trabalhos, que compreendia a análise da situação política e dos problemas que afectam os trabalhadores da empresa, o camarada Ravez, da Comissão Concelhia de Almada, depois de saudar todos os militantes e os convidados presentes e, na pessoa do camarada José Maia, o grupo parlamentar do nosso Partido, referiu-se concretamente à situação que se vive na empresa e às manobras que a administração pretende levar a cabo no sentido de isolar os técnicos da Lisnave dos restantes trabalhadores. Ainda as manobras esquerdistas mereceram as atenções dos camaradas, tendo sido



Os camaradas da Lisnave reunidos

sublinhada a necessidade de reforçar a unidade dos trabalhadores em torno dos seus órgãos representativos. No final da Assembleia teve

lugar um almoço de confraternização, seguindo-se a projecção de um filme e a actuação de um conjunto musical.

## A actividade do Partido

### JOAQUIM GOMES EM LEIRIA E CALDAS DA RAINHA

O camarada Joaquim Gomes, do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central, participou no passado fim-de-semana em duas sessões de esclarecimento que tiveram lugar em Leiria e nas Caldas da Rainha. Na primeira estiveram presentes mais de um milhar de comunistas e outros democratas, reunidos nas instalações da Escola do Magistério Primário, que escutaram e aplaudiram as palavras que o camarada proferiu.

sublinhando a confiança que o povo português empenhará para vencer as dificuldades que hoje, com a formação do Governo PS/CDS, se lhe deparam. Na sessão das Caldas da Rainha, o camarada Joaquim Gomes falou também na situação que se vive actualmente no país, fazendo um relato em pormenor das negociações havidas entre o PCP e o PS durante o processo que levou à formação do Governo já empossado.

### SESSÃO NO VASCO SANTANA

Conforme fora anunciado no número anterior, realizou-se com extraordinário êxito o debate que reuniu no Teatro Vasco Santana muitos democratas que assistiram às intervenções dos camaradas Abóim Inglês, membro do Comité Central, Manuel Gusmão, António Teodoro e Rui Pinheiro.

sessão pública que o Sector Intelectual da DORL promoveu e que deixou muitos dos que pretendiam assistir sem lugar na sala que se encontrava repleta. A finalizar seguiu-se a audição de "O Oiro e o Trigo" — que contou com a participação do camarada Rui Pinheiro — e ainda a projecção de um diaporama.

### REÚNEM ASSEMBLEIAS DE FREGUESIA

A 1.ª Assembleia da Organização da Freguesia de São José, Lisboa, realizou-se no Teatro da Graça, no passado dia 22. A discussão do relatório de actividades e perspectivas para o futuro preencheram a primeira parte dos trabalhos, tendo o relatório sido aprovado por unanimidade e aclamação. Verificaram-se ainda algumas

intervenções sobre os temas apresentados, seguindo-se a eleição da nova Comissão de Freguesia que foi apresentada a seguir. Depois interveio o camarada Jorge Cordeiro, do Comité Local de Lisboa, após o que se seguiu um convívio, a projecção de um filme e ainda Canto Livre. No dia 29 de Janeiro teve lugar

uma intervenção do camarada Manuel Pedro, do Comité Central.

Um almoço de confraternização e a actuação de artistas comunistas culminaram mais uma jornada cujo objectivo foi reforçar o Partido na freguesia para que, cada vez mais actuante, continue as suas tarefas na defesa dos interesses dos trabalhadores.

### 300 PESSOAS EM SAMORA CORREIA

No passado domingo, em Samora Correia, uma sessão de esclarecimento levada a efeito na Casa do Povo, pelas 21.30 horas, contou com a presença do camarada Joaquim Gomes. Cerca de 300 pessoas assistiram à sessão, revelando depois as perguntas, envolvendo o vivo interesse que a sessão despertou

na assistência. Aliás a sessão viria a encerrar porque a hora tardia o impôs, não tendo esmoracido a vivacidade até final.

A terminar foi aprovada por unanimidade uma moção de repúdio pela formação do actual Governo com a participação do CDS.

### ESCLARECIMENTO NO ALGARVE

Cerca de 1.650 pessoas assistiram no passado fim de semana a 11 sessões de esclarecimento, um espectáculo e 2 convívios realizados em várias localidades do Algarve.

Vila Real de Santo António, Fuzeta, Faro, Quarteira, Pademe, Albufeira, Portimão, Chão das Donas, Monchique e Silves foram as localidades onde se realizaram as sessões que se distinguiram pelo debate vivo dos problemas nacionais ligados à formação do Governo actual, sendo de sublinhar a presença em algumas de elevado número de trabalhadores socialistas, de pessoas sem partido e de muitas

mulheres. Entretanto, no passado sábado, o encontro anunciado entre os camaradas deputados José Viórano e Carlos Brito com os vereadores e membros de Assembleias Municipais algarvias, da FEPU, caracterizou-se pela discussão profunda dos problemas da região, nomeadamente as questões do ensino e a das obras dos portos de mar.

I Assembleia do Sector Público da ORL

A LUTA POR UMA SOCIEDADE NOVA PASSA PELA DINAMIZAÇÃO DO SECTOR PÚBLICO

Com a presença de 386 delegados e mais de mil convidados, realizou-se no passado domingo, na Voz do Operário, a I Assembleia de Organização do Sector Público da Organização Regional de Lisboa do PCP.

Verdadeiro congresso dos trabalhadores comunistas da região de Lisboa do sector público, a Assembleia contou ainda com a presença de um milhar de convidados. Entretanto, na mesa da presidência e além dos militantes que compunham o organismo de direcção cessante, tomou lugar uma delegação da Direcção do Partido, composta pelos camaradas Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP, Maria Júlia Cabral e Armando Morais, ambos membros do Comité Central.

Al longo do dia e no decorrer das várias sessões da Assembleia, foi bem patente o entusiasmo, a dedicação e o empenho dos trabalhadores comunistas do sector público, bem expressa numa palavra de ordem escrita por cima da tribuna da Assembleia: "Por uma sociedade nova, dinamizemos o sector público".

A realização desta Assembleia culminou um intenso trabalho organizativo realizado no sector a partir das decisões do VIII Congresso do PCP, trabalho esse traduzido na realização de muitas dezenas de plenários subsectoriais e de um número conjunto de reuniões várias.

No centro dos trabalhos da Assembleia, estiveram dois documentos de grande importância para o prosseguimento da actividade dos militantes comunistas no sector público: um Relatório de mais de 100 páginas e um projecto de Resolução.

O Relatório, que veio a ser aprovado por unanimidade

regular e normal do Partido; melhoramento do trabalho administrativo; melhorar o conhecimento do perfil do sector; elevar o nível de preparação ideológica dos militantes.

Quando aos fundos, foi decidido: aumentar a percentagem de militantes que paga regularmente as quotas; organizar a tarefa da recolha de fundos entre amigos do Partido; melhorar a organização do trabalho de fundos.

A nível do Centro de Trabalho e da informação e Propaganda foram também tomadas algumas decisões, bem como a nível do trabalho de massas.

No decorrer da Assembleia, foram ainda aprovadas numerosas moções, entre as quais avulta a que repudia a constituição de um Governo de coligação do PS com o CDS. No final, foi eleito por unanimidade o novo organismo de direcção.

INTERVENÇÃO DE OCTÁVIO PATO

A Assembleia da Organização do Sector Público da ORL do PCP terminou com um comício, em que interveio o camarada Octávio Pato.

Este dirigente do PCP, depois de transmitir a todos os delegados e convidados as calorosas saudações do CC do PCP, referiu-se à luta dos trabalhadores do Sector Público, antes e depois do 25 de Abril, afirmando nomeadamente: Creio, camaradas, que os trabalhadores da função

destacou seguidamente algumas razões de fundo que tornaram possível o balanço extremamente positivo a que chegaram os trabalhos da Assembleia os quais, fixando com lucidez as deficiências e as dificuldades ainda existentes, comprovam indiscutivelmente grandes êxitos. E Octávio Pato acentuou, do conjunto dessas razões de fundo:

Em primeiro lugar, a importância decisiva da organização dos

HÁ DOIS ANOS A COLIGAÇÃO DO PS COM O CDS...

No decorrer da intervenção que proferiu no comício de encerramento da I Assembleia da Organização do Sector Público da ORL do PCP, o camarada Octávio Pato recordou o processo de luta pelo direito à negociação e contra o aumento de 15 por cento empreendido pelos trabalhadores da Função Pública. E recordou que em Fevereiro de 1976, há dois anos, os trabalhadores tiveram oportunidade de ver quem na Assembleia da República levantava a sua voz em defesa desses direitos e quem estabelecia alianças para calcar esses direitos.

A e camarada Octávio Pato acentuou: Tiveram oportunidade de a dois anos de distância, ver os resultados da coligação do PS com o CDS

quando estes dois partidos juntaram os seus votos para derrotar a proposta do PCP de rejeição da ratificação do Decreto dos 15 por cento.

Octávio Pato recordou ainda que, no decorrer do debate, o deputado do CDS Rui Pena, agora indicado para ministro da Reforma Administrativa, procurou envolver a luta dos trabalhadores da Função Pública e ridicularizar o abaixo-assinado de mais de 60 mil assinaturas, tendo a propósito algumas grosserias, mentiras e provocações.

Pois é este homem do CDS que, pela mão do PS, vai ocupar um ministério cuja actividade se prende directamente com a organização do aparelho de Estado...

trabalhadores e da capacidade demonstrada pelas suas estruturas, unitárias e representativas de interpretar as aspirações correctas, os sentimentos dos trabalhadores do sector.

Em segundo lugar, a intensa participação dos trabalhadores nos problemas que directamente os afectam e na vida dos seus sindicatos e CTs como condição essencial para a definição de uma justa orientação e para o sucesso das suas lutas.

Em terceiro lugar, uma brilhante capacidade de escolher e adoptar formas de luta mais adequadas a cada momento e a maleabilidade táctica e uma justa compreensão e momentos particularmente complexos

têm um papel relevante na resposta aos problemas vitais das populações, confirmam uma vez mais que os interesses dos trabalhadores correspondem aos interesses nacionais e que os trabalhadores são a classe social mais activa e empenhada na transformação e progresso do País.

Em quinto lugar, a importância decisiva de uma aberta e sincera política de unidade, visando aproximar e unir todos os trabalhadores, fazendo prevalecer os interesses comuns sobre reservas e desconfianças, combatendo com firmeza o sectarismo e o divisionismo que são responsáveis ainda hoje por gravíssimos prejuízos à luta dos trabalhadores.

OS COMUNISTAS DA LOURINHÃ AVANÇAM COM A 1ª ASSEMBLEIA

Os comunistas da Lourinhã trabalham e vivem em situação difícil. Numa zona onde as liberdades democráticas não romperam a barreira que os caciques puderam conservar depois do 25 de Abril, o trabalho de esclarecimento não encontra as condições mais favoráveis para se desenvolver e a organização de militantes e simpatizantes avança de modo mais lento. Apesar, porém, do clima de terror em que a população é mantida, apesar do obscurantismo em que os senhores da CAP pretendem manter os camponeses, apesar de ter sido há muito destruído o Centro de Trabalho do Partido, os comunistas encontraram a força e a determinação que só a razão pode dar. Organizam-se, lutam, vencem, alargam a sua influência. Prova do que dizemos foi a realização da 1.ª Assembleia da Organização Concelhia da Lourinhã do Partido Comunista Português, a que o "Avante!" assistiu no passado domingo.

Fora da vila, já que nenhuma sala seria lá cedida aos comunistas, em instalações que um democrata pós à disposição dos camaradas, realizou-se, pois, sem a propaganda que a anunciava com a antecedência normal nestas iniciativas do Partido, a Assembleia para a qual contribuíram com o seu trabalho preparatório camaradas que não desistiram. Na ampla sala, além dos delegados achavam-se presentes muitos simpatizantes do Partido convidados e ainda delegações de Comissões Concelhias vizinhas.

Os trabalhos da Assembleia duraram toda a manhã. Eleita a mesa, na qual se encontravam camaradas responsáveis da organização local e ainda o camarada Martins Coelho, da DORL, a intervenção de abertura coube ao camarada Hernâni Mergulhão, que presidiu.

Coube ao camarada Carço ler a saudação aos delegados, simpatizantes e delegações convidadas. Saudação calorosa foi a que o camarada dirigiu aos democratas que, não sendo membros do Partido, se têm revelado bons amigos e colaboradores, tendo já realizado

alguns trabalhos conjuntos, assim como o combate n.º 1 do anticomunismo e tendo uma concepção progressista do mundo e da vida, defendem a democracia e os interesses da população trabalhadora, às vezes arriscando a sua própria integridade física e vivendo sob as ameaças daqueles que ainda não se convenceram que o fascismo e o terror já não têm lugar no Portugal de Abril.

A camarada Regina Silvério foi quem tomou seguidamente a palavra, falando da importância da presença de mulheres no decorrer da Assembleia.

Num conselho essencialmente agrícola - disse - a maioria dos elementos do sexo feminino desenvolve o seu trabalho no campo, tendo ainda a seu cargo a casa, a educação dos filhos e outras tarefas. A sua vida é dura e difícil, desde crianças que foram marginalizadas, que não tiveram acesso à educação e à cultura, a maioria são analfabetas ou semi-analfabetas, mas sentem as injustiças, embora não lhes saibam as causas, sabem que as coisas estão erradas, embora ainda não tenham descoberto a forma de as modificar.

Muito aplaudida a intervenção desta camarada. Aliás, desde o princípio que o calor do entusiasmo dos camaradas envolveu cada uma das intervenções com os aplausos de quem reconhece nos textos a análise de uma realidade conhecida.

Falou depois um camarada do Cadaval, que se saudou a Assembleia. O camarada João Miguel aproveitou o ensejo para falar das lutas que os comunistas no concelho do Cadaval travam hoje. E dos avanços que se registam.

Já reabrimos o nosso Centro de Trabalho - sublinhou, referindo depois as dificuldades que ainda enfrentam. E disse ainda:

Muitos dos que a reacção mais negra conseguiu arringir para tudo o que foi feito em Julho de 1975, hoje são nossos amigos, conversam e discutem connosco os seus problemas, vão ao nosso



Reunião da Comissão Central da UJC

A SITUAÇÃO POLÍTICA E AS TAREFAS DOS JOVENS

Reunida no passado fim-de-semana, a Comissão Central da UJC debateu a actual situação política e as tarefas da juventude em defesa dos interesses e aspirações dos jovens. Foi aprovado um documento no qual se sintetizam os pontos fundamentais debatidos na reunião, e no qual se afirma, nomeadamente:

1) A coligação do Governo do PS com o CDS significa a criação de condições para o agravamento da situação política e económica das suas grandes aspirações. A juventude vê tornarem-se mais difíceis as suas condições de vida, sente mais duramente os efeitos das discriminações salariais agravadas, é sujeita mais intensamente à exploração e à agudização da repressão patronal; os jovens trabalhadores estudantes vêem as suas conquistas e as suas estruturas associativas mais seriamente ameaçadas pela ofensiva geral contra a democratização do ensino; a juventude vê prosseguir a política dirigista e arbitrária no campo do desporto, da cultura e do recreio e o consequente aumento da degradação social e moral dos jovens.

Os jovens trabalhadores repudiarão firmemente tal política. Não permitirão que aumentem os despedimentos e o desemprego, que diminua o valor real dos seus salários, que sejam reprimidos pelo patronato, que sejam obrigados a abandonar os seus estudos, se vejam afastados do desporto e da cultura, que aumente a droga, a pornografia e a criminalidade.

Os jovens trabalhadores não permitirão, sentindo-se encorajados pela nova situação, sentindo-se encorajados pela entrada do CDS no Governo e por se manter Cardia no MEIC, os membros do MIFN, do CDS e do PPD imponham pelo terror organizado, pelos espantamentos e perseguições, um clima de violência nas escolas, não permitam o seu funcionamento normal, destruam o seu património e, impregnando os estudantes de estudar...

UNIDADE COM OS SOCIALISTAS E OS CATÓLICOS

3) - A Comissão Central da UJC considera a direcção fundamental da acção das organizações e militantes, o reforço da unidade combativa da juventude nas fábricas, nos campos, nas escolas nocturnas, na luta contra o agravamento da política antijuvenil por motivo da coligação PS/CDS, contra o desemprego, contra a agudização das condições de vida, contra as discriminações e repressão patronal, contra

a ofensiva reaccionária no Ensino, na Cultura e no Desporto. A Comissão Central da UJC considera que a acção das Comissões Juvenis dos Sindicatos tem dado um importante contributo para as vitórias do movimento sindical e para o reforço da gloriosa CGTP-Intersindical Nacional.

A acção das Comissões Juvenis em defesa dos interesses e reivindicações dos jovens trabalhadores nos Contratos Colectivos de Trabalho, contra os despedimentos e o desemprego, a realização regular de iniciativas desportivas, de convívio e culturais, têm desempenhado um importante papel na mobilização da juventude para a vida sindical e para o reforço da unidade dos jovens trabalhadores.

A Comissão Central da UJC analisando os progressos da luta dos trabalhadores estudantes na acção pela criação de estruturas associativas defensoras dos seus interesses, considera que existem condições para um rápido crescimento do movimento associativo.

É necessário prosseguir a luta pela participação activa dos TES na gestão, pela redução de duas horas diárias no horário de trabalho sem perda de remuneração, contra a imposição de faltas com carácter de exclusão, pela abertura das cantinas, pela resolução do problema dos transportes. É necessário continuar a reforçar a ampla unidade dos TES na luta pelo ensino democrático, adequado às necessidades da democracia e do país.

A Comissão Central da UJC fez o balanço dos progressos registados no movimento juvenil ligado às associações, colectividade, clubes e outras estruturas unitárias que activamente contribuem para a ocupação dos tempos livres e para o desenvolvimento de actividades desportivas e culturais entre amplas camadas da juventude.

Apesar da política antijuvenil do ex-FAOJ e DGD muito ter contribuído com a suspensão de apoio para o desaparecimento ou estagnação de numerosos grupos de teatro, culturais e desportivos, outros se têm constituído reforçando a grande corrente do movimento juvenil no campo

cultural, do convívio e do desporto.

4) A Comissão Central da UJC considera positivos os progressos de entendimento e cooperação entre diversas organizações da juventude e manifesta-se pronta ao encontro da estabilidade e do aprofundamento do diálogo, aproximação, cooperação e acção comum com a Juventude Socialista, com as organizações da Juventude Católica e outras organizações. A UJC buscará o diálogo com as que não respeitam as liberdades, a democracia e a Constituição, com as que promovem uma prática neonazi com base na violência e no terror organizado!

A Comissão Central da UJC saúda a UEC, pelo êxito do seu 1.º Congresso, sob o lema "A Escola e a Vida no Caminho de Abril", grande jornada de unidade e de organização dos estudantes comunistas para a construção de uma UEC mais forte e influente.

A Comissão Central da UJC saúda todos os militantes e organizações pela actividade desenvolvida nos últimos meses em todas as frentes de acção e de luta pela defesa dos interesses e aspirações da juventude trabalhadora, pelo contributo, que, ao lado de todos os trabalhadores, deram à defesa da democracia e da Revolução.

A Comissão Central da UJC apela ao empenhamento de todos os seus militantes nas tarefas de reforço da ligação às massas da juventude e manifesta a confiança de que as dezenas de Encontros Concelhias em

preparação serão passos importantes para a construção de uma UJC mais forte e influente. Ao atingir os 20 mil militantes, com a entrada de 2500 novos membros desde o último balanço de organização, a Comissão Central manifesta a confiança de que a vanguarda revolucionária da juventude trabalhadora - a União da Juventude Comunista - saberá unir e mobilizar as vastas camadas da juventude na luta pela satisfação dos interesses e aspirações juvenis e contribuirá firmemente para a defesa da democracia e das grandes conquistas de Abril, na construção de um Portugal mais livre e mais feliz a caminho do socialismo.

XI FESTIVAL DA JUVENTUDE

O XI Festival, com sede em Havana, será o 1.º a ser realizado num país de América Latina e no 1.º país socialista do Hemisfério Ocidental, a República Socialista de Cuba.

Centenas de milhares de jovens em todo o mundo são mobilizados para os preparativos do XI Festival através dos Comités Nacionais Preparatórios e das organizações juvenis estudantis que os compõem, na base dos princípios do lema: "Pela Solidariedade anti-imperialista, a Paz e a Amizade".

Os jovens comunistas saudam entusiasmadamente a realização do XI Festival e manifestam a confiança de que será uma brilhante manifestação política, cultural e desportiva e um sólido contributo da juventude e dos estudantes à luta que, no mundo inteiro, os povos travam pela paz, a segurança, a cooperação e o progresso social, contra o imperialismo, o colonialismo, o racismo e o "apartheid".

Amplas camadas da juventude portuguesa estão profundamente interessadas em contribuir na luta pela concretização dos Ideais do XI Festival - o 1.º em que a juventude portuguesa pode participar em condições de liberdade.

A Comissão Central da UJC considera que o trabalho preparatório do XI Festival é um terreno favorável ao desenvolvimento do diálogo, aproximação, cooperação e acção comum entre as organizações democráticas e progressistas da juventude, empenhadas na luta pela paz e cooperação, a democracia e o progresso social para os povos e a juventude do mundo inteiro.

A Comissão Central da UJC tomou conhecimento do trabalho de cooperação já realizado entre diversas organizações democráticas de juventude, entre as quais a UJC, para a constituição de um Comité Nacional Preparatório e aprovou os passos já efectuados nessa direcção.

A Comissão Central da UJC alerta contudo que a constituição de um CNP se torna urgente e que a UJC fará para isso todos os esforços que considere necessários. As dificuldades que surgem na criação de um CNP amplo e representativo não podem continuar a impedir o avanço dos trabalhos de preparação nem comprometer o êxito da representação juvenil portuguesa na maior jornada de unidade e luta da juventude mundial.

CINEMA ROMENO

Termina amanhã, na Biblioteca Nacional de Lisboa (Campo Grande), o Ciclo de Cinema Romeno promovido pela Embaixada da República Socialista da Roménia. Hoje será exibido o filme "O

Muro", de Constantin Vaeni, e ainda algumas curtas metragens de animação. Amanhã será a vez de "A Rota", de Mircea Daneliuc. As sessões realizam-se no anfiteatro da Biblioteca com início às 18 e 30.

CINEMA SOVIÉTICO

De 20 a 26 de Janeiro decorre, num cinema de Lisboa, a Semana do Cinema Soviético, iniciativa de relevante carácter cultural e no decorrer da qual foram apresentadas algumas obras representativas do moderno cinema soviético.

Organizada pela "Sovexportfilm", esta iniciativa permitiu revelar aos espectadores portugueses e, principalmente aos cinéfilos, as obras de alguns dos mais importantes autores do cinema soviético. Foram exibidos os seguintes filmes: "Amanhecer Tranquilo", de Stanislav Rostotsky; "Dersu Uzala", de Akira Kurosawa; "Ivan o Terrível", de V. Derbenev; "O Último Assalto", de Iuri Bondarev; "A Noite sobre o Chile", de S. Alarcón e A. Kossarev; "Ascensão", de Larissa Cheptiko e "O Sol Branco", de Vladimir Motyl.

O SECTOR PÚBLICO E OS SEUS DELEGADOS

O sector público da ORL do PCP abrange os trabalhadores comunistas da Função Pública, os trabalhadores comunistas da Câmara Municipal de Lisboa e ainda os trabalhadores das seguintes empresas: EPAL, EPUL, Marconi, TLP, CTT e EDP.

Dos 386 delegados presentes, 291 (75,4 por cento) foram eleitos em 19 plenários sub-sectoriais.

Dos 386 delegados, 59 eram operários, 188 empregados, 97 intelectuais e técnicos e 42 desempenham várias ocupações. 104 dos delegados, isto é mais de 26 por cento do total de delegados, eram mulheres.

Quando à divisão etária, 2 tinham menos de 20 anos; 111 tinham entre 20 e 30 anos; 214 entre 30 e 50 anos; e 59 tinham mais de 50 anos.

e aclamação - bem como o projecto de Resolução - foi previamente discutido no sector em mais de 70 reuniões, com a participação de 913 militantes, o que representa 33 por cento do total de militantes da organização. No decorrer desse debate, foram apresentadas 93 propostas de alteração das quais 56 (60 por cento) vieram a ser contempladas na versão final aprovada por unanimidade.

Por sua vez, a Resolução adoptada aponta um conjunto de medidas a serem adoptadas e de que damos seguidamente uma ideia sucinta.

Assim, quanto ao trabalho de organização, os comunistas do sector público da ORL apontam como tarefas essenciais: o persistente e progressivo alargamento do Partido; a melhor preparação, divulgação, discussão de relatórios e realização de Assembleias de Organização; a elevação do nível de trabalho de direcção; a adequação das estruturas organizativas às necessidades e à experiência; o enquadramento de todos os militantes no funcionamento



A Voz do Operário foi palco de momentos de grande vibração

Oeste e Ribatejo

# UMA PRESENÇA ACTIVA NA PREPARAÇÃO DA CONFERÊNCIA PARA O SECTOR NACIONALIZADO

Na sequência das entrevistas já publicadas com camaradas do Norte e de Setúbal, o «Avante!» ouve hoje o camarada Vítor Fernandes da DOROR, que nos dá um panorama da preparação da Conferência das Organizações do PCP para a Dinamização do Sector Nacionalizado, nos distritos de Santarém e Leiria.

— Há muitas empresas nacionalizadas nos distritos da DOROR?

— O número não é elevado, mas algumas têm uma importância económica considerável. No distrito de Santarém situam-se a Companhia das Lezírias, a Unicer (cervejeira, ex-Copeja), a Rodoviária Nacional, que possui em Torres Novas uma importante central com centenas de trabalhadores, além da CP, no Entroncamento, onde trabalham mais de 3000 ferroviários. No distrito de Leiria, as fábricas cimenteiras da Cimpor, com sede em Maceira-Liz e em Pataias, têm significativa importância no sector dos cimentos. Mas para além destas empresas nacionalizadas outras existem nos dois distritos (Santarém e Leiria) com estatuto diferente, mas em larga medida controladas ou ligadas ao sector público. Empresas mistas, controladas pela banca ou por outras empresas nacionalizadas e públicas, tais como a Compal, Alimentares António A. Serrano, Lusofene, Ipetex, Mendes Godinho (no distrito de Santarém) e Fábrica Escola Irmãos Stephens, Companhia Industrial Vidreira, Anibal H. Abrantes, Proalmentar, Valverde Plásticos (no distrito de Leiria) estão nessas condições. Directa ou indirectamente integradas no sector público, há ainda outras empresas nesses dois distritos que, pela sua importância económica e pela situação particular em que se encontram, também incluímos no trabalho que estamos a desenvolver. Estão nesse caso a Metalúrgica Duarte Ferreira, no Tramagal, a Tomé Feteira, em Vieira de Leiria, e Manuel Pereira Roldão, da Matilha Girade.

— As tarefas a desenvolver na preparação da Conferência abrangem já algumas dessas empresas que referiste?

— Na larga maioria delas estamos a trabalhar

e a recolher elementos para intervenções na Conferência.

— Com a participação dos trabalhadores?

— Sim. E também com a participação de quadros técnicos, que tem vindo a crescer à medida que os trabalhos vão avançando.

— Há interesse por essas tarefas?

— Cremos poder afirmar que se sente já hoje um grande interesse pela nossa Conferência e pelo papel que vai desempenhar na defesa do sector nacionalizado.

— Estão bem claros os objectivos e as tarefas a desenvolver?

— Inicialmente desenvolvemos um amplo trabalho de sensibilização à volta da Conferência e da sua importância política. Reunimos com quadros de todas as empresas que já referi, discutimos a metodologia de trabalho e a necessidade de o tornar amplamente participado pelos trabalhadores e quadros técnicos e lançamos as bases orgânicas para o cumprimento da tarefa que nos propomos.

— Criaram-se grupos de trabalho?

— Foi a fase seguinte. Hoje há grupos de trabalho em cada uma dessas empresas. Responsabilizamos quadros pelo acompanhamento directo do trabalho em todas elas. Além do responsável da DOROR ( Direcção da Organização Regional do Oeste e Ribatejo do PCP) em ambos os distritos há um camarada responsável pela tarefa, bem como nos secretariados das células do Partido das empresas em causa.

— E as células têm correspondido?

— É de salientar que os secretariados estão a imprimir um bom ritmo ao trabalho e a desempenhar um importante papel na dinamização dos trabalhadores das respectivas empresas.

— São significativas as ameaças ao sector

nacionalizado nos distritos de Santarém e Leiria?

— Os casos mais flagrantes de recuperação capitalista são os da MDF (Metalúrgica Duarte Ferreira) no Tramagal, com tentativas de despedimento colectivo de 600 trabalhadores por acção de uma Comissão Administrativa altamente comprometida com o grande capital, a Companhia das Lezírias cuja má administração põe em risco o emprego de centenas de trabalhadores, a Rodoviária Nacional onde a todo o instante se lançam os boatos mais desmobilizadores e se visa desacreditar a eficiência e as vantagens das nacionalizações.

— Por detrás disso estão os ex-patrões?

— É certo e sabido que a má administração que se verifica tem tudo a ver com os administradores actuais, homens de confiança do grande capital, que tudo fazem para levar a crer que o regresso dos patrões sabotadores é que resolveria os problemas estruturais da RN.

— Mas há outros casos?

— Para além desses há ainda a referir os casos da Manuel Pereira Roldão e da Tomé Feteira que estão a ser alvo de intenções e manobras claras com o fim de as devolver ao patronato sabotador.

— Isso será fácil?

— A resistência dos trabalhadores é tenaz e firme. Até agora têm impedido que se concretizem as intenções recuperadoras dos grandes capitalistas.

— E a gestão?

— Os trabalhadores organizados têm demonstrado pelo seu esforço que a sua gestão é muito mais vantajosa e eficiente que a gestão de ruína dos antigos patrões que conduziram essas empresas à beira do caos económico.

— Poderá a Conferência para a dinamização do sector nacionalizado contribuir para melhorar a situação nessas empresas?

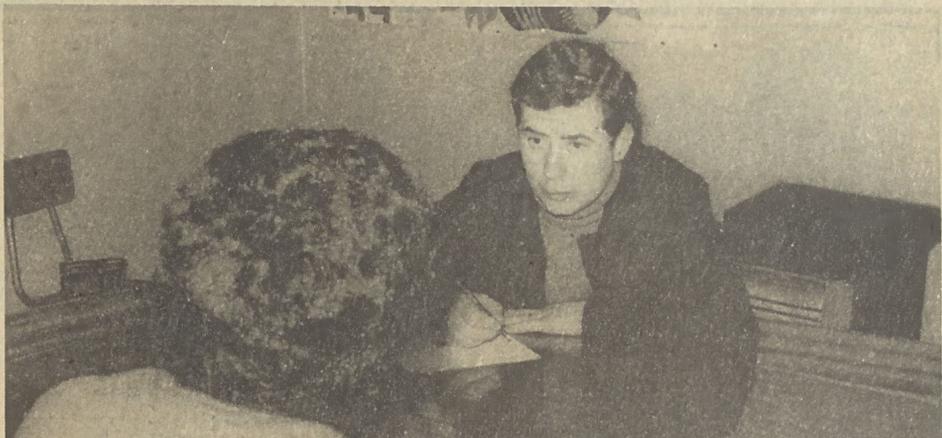
— A Conferência vai desempenhar um importante papel na luta pela defesa das conquistas da revolução, nomeadamente das nacionalizações.

— Com propostas concretas?

— Sem dúvida. Vai apresentar propostas concretas dos trabalhadores e técnicos comunistas e não comunistas no sentido da participação determinante do sector nacionalizado na resolução da crise económica. Além disso, como a Conferência Nacional do PCP realizada no ano passado, esta importante realização vai mostrar que só com os trabalhadores e nunca contra eles é possível sair da crise.

— Acabaste de falar na participação de trabalhadores e técnicos não comunistas. É significativa essa participação?

— Como já sucedera com a Conferência Nacional (Conferência Económica) de que falei, é muito relevante a contribuição activa que técnicos e trabalhadores não comunistas estão a dar a esta realização. Isso ilustra claramente o papel e o significado da Conferência que estamos a preparar. Os seus objectivos transcendem o próprio Partido e dizem respeito a todos os trabalhadores das empresas nacionalizadas e aos trabalhadores e democratas em geral. A medida que os trabalhos preparatórios se vão desenvolvendo e que cada vez maior número de trabalhadores e técnicos não comunistas vão sendo solicitados para darem a sua opinião e o seu contributo, maior vai sendo o interesse e a atenção por esse número sempre crescente de pessoas que reconhecem a importância fundamental do sector nacionalizado na economia do País. Penso que esta Conferência vai constituir um marco importante na consolidação e na defesa do sector nacionalizado.



O camarada Armando Nogueira falando ao «Avante!».

## Uma tarefa imperiosa

# DEFENDER, ALARGAR E CONSOLIDAR A UNIDADE DOS TRABALHADORES

Entrevista com o camarada Armando Nogueira, do Comité Central e da Direcção da Organização Regional do Norte.

As lutas a travar devem ser devidamente estudadas e planificadas salvaguardando sempre a unidade dos trabalhadores e a necessidade dela se fortalecer cada vez mais como factor fundamental para garantir o êxito, sublinhou o «Avante!» o camarada Armando Nogueira, membro do Comité Central e da Organização Regional do Norte, durante uma entrevista a propósito da actual ofensiva do patronato e das acções a desenvolver no sentido de a fazer gorar, nomeadamente no Norte.

«Avante!» — O patronato tem desenvolvido uma ofensiva contra os direitos, conquistas e regalias dos trabalhadores. Quais os seus aspectos mais significativos?

Armando Nogueira — No momento actual assiste-se a uma grande ofensiva do patronato nas empresas e nos vários locais de trabalho, com particular incidência nas fábricas metalúrgicas. Já há tempo que o nosso Partido vinha alertando em vários documentos dos comités metalúrgico e têxtil para a repressão desencadeada nas empresas, a qual assumia variadas formas, intimidações, ameaças de despedimento, levantamento de processos disciplinares, tentativa de impedimento do exercício das liberdades de expressão, de propaganda e sindical, etc.

Hoje, a vida confirma as nossas preocupações, com prejuízo para os trabalhadores, para a democracia e para os interesses nacionais. Há vários exemplos a referir que traduzem essa situação, culminando num processo desencadeado, desde há tempos, pelos capitalistas. Entre outros podemos citar, o despedimento de um operário da «Alumínia» por ter recusado uma ordem de serviço interna que pretendia obrigar os trabalhadores a avisarem os chefes de secção para onde se deslocavam. A luta encetada pela sua readmissão levou a administração a suspender com intenção de despedimento 19 dos operários combativos. Na «Oliveira e Ferreirinha», foram despedidos dois delegados sindicais e um membro da Comissão de Trabalhadores por denunciarem, numa entrevista ao órgão da Federação dos Sindicatos dos Metalúrgicos, as más condições de higiene e de segurança existentes na empresa. Na «Alberlino Sousa & Sá» foram despedidos 20 trabalhadores por exigirem o pagamento do subsídio de férias e de cinco meses de salários em atraso. Na «Santos e Barreto», verificou-se também uma tentativa gorada de despedimento de um delegado sindical. Na «Garagem Sá da Bandeira» há ameaças de despedimento, enquanto na «EF» existe uma tentativa de «pôr no armário» mais de uma centena de trabalhadores e de também colocar centenas deles na mesma situação, na «Metalúrgica Duarte Ferreira».

Noutros sectores existe uma situação semelhante à dos metalúrgicos. Por exemplo, na «Lionesa» foram despedidos cinco operários a pretexto de faltas injustificadas, o que não deixa de ser uma prepotência, na medida

em que o patronato recusou os documentos da Caixa como justificação dessas faltas. Exigiu atestado médico com assinatura reconhecida. Trata-se de uma ilegalidade que os próprios técnicos se recusam a aceitar, como já se tem verificado. Na «Têxtil das Guardelinas» foram despedidas cinco trabalhadoras mais tarde readmitidas como eventuais. Na «VERACA» os patrões despedem trabalhadores e admitem eventuais, estando a maioria dos operários a laborar nessa situação.

É de salientar ainda o facto de se continuarem a verificar numerosas situações de não cumprimento das PRT dos metalúrgicos e têxteis, em particular destes, além de não serem pagos os retroactivos, subsídios de férias, 10.º mês e haver casos de salários em atraso. A título de exemplo, veja-se o que se passa na «J.Gonçalves», falta de pagamento do 13.º mês de 76, de subsídio de férias, de 50% dos retroactivos da Portaria dos Metalúrgicos de 75, dos retroactivos de Janeiro e Junho da PRT de 77, de atraso em cerca de um mês dos ordenados pagos sistematicamente em prestações. Além disso, a empresa deve enormes somas à banca, à Caixa de Previdência e ao Fundo de Desemprego. A dificultar ainda mais o panorama, surgiu a tentativa de desagração da empresa, com o aparecimento de novas firmas: «COMEVA», «MART», «MA».

Entretanto, não podemos deixar de denunciar o facto deste movimento repressivo e desestabilizador ser desencadeado nas empresas por elementos afectos aos partidos reaccionários (PPD e CDS) que mostram assim a verdadeira cara destas organizações, cujos dirigentes procuram, através dos meios de comunicação social, fazer-se passar por democratas, chegando ao cúmulo de terem o descaradamente de falar em nome dos trabalhadores.

«Avante!» — A política do governo PS contribuiu para esta situação?

Armando Nogueira — Sem dúvida. Um dos factores que mais contribui para a situação vivida actualmente foi precisamente a política praticada, durante 16 meses, pelo Governo PS. sozinho do facto aliado à direita. A sua política de conciliação com o grande capital materializado pelo congelamento dos salários, pelo aumento do custo de vida, pelos numerosos documentos conhecidos da contra-revolução legislativa, aprovados na Assembleia da República em conclusão com o PPD e CDS, que

apoiaram e facilitaram a acção das entidades patronais e de outras forças interessadas na desestabilização do país e no regresso ao passado.

Na actual situação, é difícil a resolução dos conflitos, devido à falta de abertura do patronato quanto ao diálogo e negociações, inclusive em reuniões efectuadas no Ministério do Trabalho, procurando canalizar os processos para os tribunais, cuja máquina extremamente burocratizada e lenta atrasa consideravelmente a resolução dos processos. Há casos em que se espera anos até que seja tomada uma decisão.

«Avante!» — Como tem respondido os trabalhadores a esta situação?

Armando Nogueira — Os trabalhadores têm revelado uma grande sensibilidade relativamente a esta grande ofensiva. Contrariando as acções divisionistas da direita reaccionária, do patronato e dos grupos esquerdistas, os trabalhadores organizados em torno do seu Partido de vanguarda e das suas organizações de classe souberam defender a unidade, não obstante as ameaças e perseguições do patronato. Desencadearam dezenas de pequenas e grandes acções, de protesto junto das administrações, dos delegados e dirigentes sindicais, das Comissões de trabalhadores, plenários e paralisações.

Entretanto, é de realçar que certas formas de luta têm sido desenvolvidas com um certo espontaneísmo, designadamente algumas paralisações. Esta situação deve ser profundamente analisada, caso contrário pode trazer consequências negativas para os trabalhadores no que respeita à sua unidade e ao próprio sucesso das lutas a travar por questões justas. Nunca é demais repetir que existem várias formas de luta a utilizar. A grave deve sempre ser a última força de luta a adoptar.

«Avante!» — Além de uma adequada escolha das formas de luta, que outros factores contribuem para os êxitos?

Armando Nogueira — Penso que se deve ter em conta uma previsível agudização da situação social, sobretudo com a formação de um governo de coligação entre o PS e o CDS que, actualmente, é grandemente contestado pelos

trabalhadores. Sabem à partida que tal governo irá desenvolver uma política contrária aos seus interesses, de recuperação capitalista, da confiança do patronato, através do congelamento dos salários, do aumento do custo de vida, em prejuízo da independência nacional e das conquistas de Abril.

Por isso, esta política encontrará uma firme resposta dos trabalhadores. É necessário que essa atitude seja uma resposta consciente dos factores positivos e negativos. As lutas devem ser devidamente estudadas, planificadas, procurando sempre salvaguardar a unidade dos trabalhadores, assim como, a necessidade dela ser cada vez mais fortalecida, como factor fundamental para a garantia do êxito.

É necessário combater firmemente as acções esquerdistas, pseudo-revolucionárias e verbalistas de elementos afectos aos grupelhos esquerdistas, nomeadamente à UDP/PCP(r), cuja acção se desenvolve no sentido de destruir as organizações de classe dos trabalhadores (comissões sindicais e de trabalhadores sindicados, etc.), de destruir a própria unidade dos trabalhadores, de combater o Partido e as suas organizações através da apologia demagógica de formas de luta condenadas à derrota, tentando criar assim um amplo terreno favorável ao inimigo de classe.

O combate aos esquerdistas tem de ser feito no concreto. A experiência acumulada pelos trabalhadores durante o nosso processo revolucionário relativamente à acção e participação dos esquerdistas nas CTS, nas CSs e nos próprios sindicatos, onde o seu verbalismo e irresponsabilidade têm conduzido a várias derrotas, tem de estar sempre presente para os isolar e desmascarar.

Estamos certos que os trabalhadores saberão encontrar as formas adequadas para traduzir o seu descontentamento face à política anti-popular, para defender tenazmente os direitos e regalias conquistados, para fortalecer a sua unidade, para prosseguir a luta em defesa das liberdades democráticas e das conquistas de Abril, consagradas na Constituição.

## Iniciativa da DORS

# PLENÁRIO DISTRITAL SOBRE A EDUCAÇÃO E O ENSINO

Promovido pela Direcção da Organização Regional de Setúbal (DORS) do nosso Partido, realizou-se no passado sábado, na Sociedade Filarmónica União Artística Piedense, na Cova da Piedade, o 1.º Plenário sobre Educação e Ensino no distrito de Setúbal.

O plenário, que contou com a presença das camaradas Jaime Serra da Comissão Política do CC e António Teodoro do sector intelectual da DORL e da Comissão de Coordenação Distrital do Sector do Ensino junto da DORS, teve por finalidade a realização dum balanço da situação do ensino no distrito e a análise da participação da Organização do Partido na solução das variadíssimas carências com que se debate aquele sector da vida nacional.

O camarada António Teodoro, ao abordar a situação geral do ensino referiu: Mais de 1800000 portugueses frequentam um dos 18 mil estabelecimentos escolares existentes, ou seja, cerca de 20% do total da população estuda numa escola. Se aos alunos acrescentarmos os cerca de 100 mil professores e educadores existentes, o pessoal auxiliar e técnico das escolas e dos serviços centrais, e os pais e encarregados de educação concluímos que os problemas educativos interessam, de uma forma ou doutra, à generalidade dos portugueses.

António Teodoro abordaria ainda na sua intervenção a política de ensino que resultará da coligação PS/CDS acentuando: Em traços gerais, essa política pode vir a traduzir-se em duas direcções fundamentais: o apoio e incentivo ao ensino privado, em detrimento do sistema público, e a revisão dos conteúdos de ensino, tentando retirar aos programas em vigor tudo o que ainda tiverem de democrático e progressista.

Das diferentes intervenções pode concluir-se que no sector do ensino infantil o número de jardins de infância é diminuto. No concelho do Barreiro



Para uma educação ao serviço do povo

existem 11 jardins de infância, seis dos quais surgiram com o 25 de Abril e fruto da iniciativa popular, que apenas albergam 800 das 11000 crianças com menos de 6 anos.

No ensino primário verifica-se que o número de alunos por turma voltou a aumentar. De turmas de 40 e mais alunos, antes do 25 de Abril, passou-se, com a Revolução de Abril, para turmas de 25 alunos. Por directrizes do ministro Gardia o número de alunos por turma aumentou para 30, o que não só piorou as condições de ensino como levou ao desemprego muitos professores.

Ao analisar a situação no ensino secundário o plenário constatou que muito embora a esmagadora maioria dos professores continue a defender o princípio da gestão democrática, presentemente só aceita pertencer a Conselhos

Directivos quem tem uma consciência clara da importância política da defesa da gestão democrática nas Escolas e o espírito de sacrifício suficiente para a defender na prática. Ainda neste ramo de ensino verifica-se que o projecto de unificação do ensino secundário (técnico e liceal), projecto que visava acabar com a segregação escolar, tem vindo a ser esvaziado do seu conteúdo progressista numa tentativa de retorno à via dupla no ensino secundário.

Sobre a educação popular mereceram especial destaque as várias iniciativas que Autarquias, Comissões de Moradores e Colectividades têm organizado no campo da alfabetização. O Plenário analisou ainda a formação profissional e escolar nas empresas, a situação dos trabalhadores-estudantes e a ligação entre as Autarquias e os problemas do ensino. Neste ponto verifica-se ser

extremamente útil uma maior autonomia das Câmaras, para que estas pudessem interferir directamente, sem processos burocráticos demasiado morosos, nos diversos Sectores do Ensino.

O 1.º Plenário sobre a Educação e o Ensino no distrito de Setúbal, que contou com cerca de 300 delegados e convidados e que terminou com uma intervenção do camarada Jaime Serra sobre a situação política, aprovou uma moção em que se denuncia a coligação contranatura entre PS/CDS, se exige o respeito integral pela Constituição e se apoia a luta dos professores pela dignificação da profissão.

## Comité Local de Lisboa

# ENCONTROS DE QUADROS DAS COMISSÕES DE TRABALHADORES

Tratando-se de uma frente de trabalho importante, realizou-se no passado dia 29 o Encontro de Quadros das Comissões de Trabalhadores do Comité Local de Lisboa do PCP, dividindo-se a referida reunião em três secções: organizações das CTS, o controlo operário e o controlo de gestão e, por último, a organização do Partido nas CTS.

Como refere o Artigo 55.º da Constituição, é direito dos trabalhadores criarem comissões de trabalhadores para defesa dos seus interesses e intervenção democrática na vida da empresa, visando o reforço da unidade das classes trabalhadoras e a sua mobilização para o processo revolucionário de construção do poder democrático dos trabalhadores.

O encontro, que decorreu no Centro de Trabalho Vitória,

reuniu cerca de 79 camaradas estando representadas 58 CTS do Comité Local de Lisboa, participando nos trabalhos os camaradas Joaquim Gomes, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC, Georgeete Ferreira e Jaime Félix, membro da DORL e do Comité Central e Jerónimo de Sousa, deputado e membro da DORL.

Este camarada abriu o Encontro com uma intervenção sobre as comissões de trabalhadores, seguindo-se várias intervenções por parte dos intervenientes na sessão plenária, durante as quais foram fornecidas importantes experiências vividas em diversas empresas.

Da parte da tarde decorreu o trabalho das três secções previstas, verificando-se também aí a importante troca de experiências vividas pelas

empresas representadas. A discussão efectuada constituiu, pois, uma valiosa ajuda para o trabalho futuro nesta importante frente de trabalho.

Uma sistematização do trabalho a desenvolver e a participação dos comunistas no mesmo constituiu um balanço positivo deste 1.º Encontro, tendo sido obtidas algumas conclusões sumárias que foram lidas no final da reunião. Entretanto, uma Comissão de Redacção nomeada para o efeito ficou encarregada de elaborar as conclusões finais.

Encerrando o Encontro, o camarada Joaquim Gomes fez a síntese dos aspectos mais importantes da reunião, referindo-se por último à presente situação política, abordando neste ponto a coligação PS-CDS na formação do Governo.

# INICIATIVAS

**Algarve:**  
Em Castro Marim, hoje, 5.ª feira, reunião geral de militantes no Centro de Trabalho, para análise da situação política e entrega dos novos cartões.  
No dia seguinte, pelas 21.30 horas, no Centro de Trabalho de Lagos, reunião geral de militantes para preparação dos trabalhos da 1.ª Assembleia da Organização Concelhã de Lagos do PCP.  
No próximo dia 5, no âmbito da Campanha dos 500 contos da DORAL, haverá um almoço-convívio no Centro de Trabalho de Oihão, a partir das 13 horas.

**Na região da DORS:**  
No próximo sábado, dia 4, no Pragal, Almada, jornada de agitação, com minicírculos e distribuição de propaganda.  
No Centro de Trabalho do Barreiro, dia 3, pelas 21.30, realiza-se a Assembleia de Célula da MOPOR, para entrega de cartões.  
No mesmo Centro de Trabalho e ainda no dia 3 reúne pelas 21 horas a Célula da Fibrocoop e Elcoop, para entrega dos novos cartões.  
No concelho de Grândola, hoje, em Melides, haverá a entrega de cartões aos militantes das organizações locais de Melides, Carvalhal e Val Figueira. No dia 4, na Comissão Local de Amieiras, entrega de cartões, seguida de um jantar de convívio. No mesmo dia a organização concelhã de Grândola promove a entrega de novos cartões aos militantes da organização de motoristas

e ajudantes do concelho. No dia 5 será a vez da organização de mulheres levar a efeito a entrega dos cartões, pelas 15 horas, no Centro de Trabalho, seguindo-se um convívio.  
No próximo dia 18, está previsto um comício concelhã, em Melides, antecedido por uma caravana gigante. No comício espera-se que participe o camarada José Vitoriano, da Comissão Política do Comité Central.  
No concelho do Seixal, amanhã, dia 3 de Fevereiro, haverá uma sessão de esclarecimento no Centro de Trabalho de Corroios, com a presença do deputado comunista camarada Sousa Marques.

**DORL:**  
No próximo sábado, dia 4, pelas 21 horas, no Centro de Trabalho da Damaia realiza-se uma sessão de cinema com os seguintes filmes: «O Comunista» e «Danças e Cantares da URSS»

## INQUÉRITO AOS CRIMES NO CHILE

A convite da Comissão Internacional de Inquérito aos Crimes da Junta Militar do Chile, o camarada Albano Lima, membro do Comité Central e responsável pela Secção Internacional do CC do PCP, esteve em Argel, onde participou na V Sessão desta Comissão, que decorreu de 27 a 29 de Janeiro.



## Esquerdismo-4

### A UDP CONTRA A UNIDADE DOS TRABALHADORES E DO MOVIMENTO POPULAR

A UDP/PCP(R) tem igualmente no seu historial um sem número de manobras de diversão e de tentativas de divisão do movimento popular designadamente do movimento sindical.

Em palavras, a UDP/PCP(R) chega a condenar o direito de tendência e os divisionistas da «Carta Aberta». No entanto, as suas tentativas para dar vida a organismos paralelos às direcções sindicais — casos das chamadas «Comissões de Unidade Operária» Metalúrgica e da Construção Civil, da chamada Comissão de Controlo da Sorefame (baseada na aliança sem princípios da UDP/PCP(R) com indivíduos do CDS e PPD), das publicações anónimas editadas sob a sua égide na Siderurgia e na Lisnave — representam na prática um comportamento divisionista e desagregador em tudo semelhante ao da «Carta Aberta». A UDP/PCP(R) não esconde aliás os seus intuítos divisionistas quando, ao falar do 1.º de Maio de 1977, fala em «dois sectores da manifestação» um dos quais, o «revolucionário» segundo a UDP/PCP(R) (3 direcções sindicais no conjunto da manifestação), se teria distinguido pelo seu «carácter antifascista» e se teria oposto «aos burocratas da Inter» (Voz do Povo, 5.5.77).

Mas se acaso estivesse esquecido o seu largo passado de iniciativas divisionistas, que são o verdadeiro conteúdo real dos frenéticos apelos da UDP/PCP(R) à «unidade», bastaria o triste espectáculo dado por aquele agrupamento na grandiosa manifestação unitária e popular do 19 de Novembro em Lisboa para o lembrar. Enquanto 400 000 trabalhadores se manifestavam agrupados pelos seus sindicatos ou empresas, unidos em torno das palavras de ordem democraticamente estabelecidas pelas suas estruturas representativas, algumas centenas de esquerdistas da UDP/PCP(R) desfilavam em bloco partidariamente organizado, com palavras de ordem próprias, algumas das quais claramente provocatórias, não respeitando os objectivos unitários e apertados da manifestação. Haverá melhor exemplo do que é a «unidade» para a UDP/PCP(R)? Haverá melhor exibição de isolamento e marginalidade do que isto de pelo meio de uma grande, consciente e poderosa maré humana, um pequeno grupo desfilando à parte, inchado no seu sectarismo e divisionismo e recusando significativamente misturar-se com os trabalhadores?

A UDP/PCP(R) não tem influência que lhe permita prestar ao grande patronato o inestimável serviço de dividir o movimento sindical. Mas faz o que lhe está na mão para tentar dar corpo a essa grande aspiração da reacção, nomeadamente apresentando listas suas às eleições sindicais em concorrência

com listas unitárias de esquerda para evitar o triunfo dessas listas unitárias, o que, num ou noutro caso chega a conseguir. A votação ridícula obtida pela lista da UDP/PCP(R) nas eleições do Sindicato dos Bancários do Sul (cerca de 500 votos num total de 19 000) chegou para entregar ao PPD a direcção do Sindicato a lista unitária perdeu por 88 votos!

Ao mesmo tempo, repetindo o essencial das calúnias da reacção contra a CGTP-Intersindical e o seu Secretariado, a UDP/PCP(R) procura engrassar a campanha reaccionária dirigida contra a direcção do movimento sindical unitário, dando-lhe, também neste campo, cobertura «de esquerda».

Em 1975, tomando os desejos da reacção pela realidade, prometia a UDP em relação ao Secretariado da Intersindical que «antes do fim do ano veremos o povo a correr com esses sabujos» («Voz do Povo», 5.8.75).

Para a UDP/PCP(R) a grande maioria dos dirigentes da CGTP-IN são «dirigentes corrompidos», «traidores», e «conciliadores e servidores do capital» («Voz do Povo», 5.5.77). Para a UDP/PCP(R) o Programa de Acção aprovado no Congresso de Todos os Sindicatos «é um autêntico pacto social que procura oferecer de bandeja o movimento sindical à burguesia em troca de algumas concessões que permitam aos burocratas sindicais manter as suas posições» («Voz do Povo», 10.2.77).

Claro que, dado o grande prestígio e autoridade da CGTP-IN, a UDP/PCP(R) defende a participação nas estruturas do movimento sindical, nomeadamente no Secretariado da CGTP. Mas para «amarrar ainda mais de pés e mãos os dirigentes que transitaram para o novo secretariado dos antigos órgãos dirigentes da Inter» («Voz do Povo», 10.2.77). «Amarrar de pés e mãos» os dirigentes do movimento sindical unitário não é substancialmente diferente de «partir-lhe a espinha»!

### NÃO HÁ ANTICOMUNISMO DE «ESQUERDA»

Para certas pessoas iludidas, a UDP/PCP(R) não será no essencial um grupo anticomunista, mas um partido de esquerda com posições fortemente críticas em relação ao PCP.

Há que esclarecer que não há anticomunismo de «esquerda». O anticomunismo é sempre reaccionário e, vinda de onde vier, serve sempre e só os principais inimigos do nosso povo.

No momento em que a reacção redobra de arrogância na sua ofensiva contra as liberdades e a democracia portuguesa e em que o PCP, para cada vez mais portugueses, se revela como o mais consequente defensor das conquistas

de Abril e o principal obstáculo ao avanço da reacção, a UDP/PCP(R), em coro com as forças mais agressivas da reacção, redobra os seus ataques e calúnias contra o PCP.

Diz hoje a UDP/PCP(R) «Chegou a altura de todos os verdadeiros antifascistas, revolucionários e patriotas, marcarem distâncias em relação ao PCP». (Comunicado do PCP(R), 5.12.1977).

Já no Verão de 1975, no auge da vaga terrorista e reconhecendo embora que a reacção estava a «passar ao contra-ataque descarado» (comício da UDP, 25.7.1975), a UDP/PCP(R) juntava as suas palavras de ordem aos actos da reacção afirmando ser «necessário escorraçar» o PCP (comício da UDP, 11.8.1975) e «lutar para desfazer os cunhalistas» (comunicado da UDP, 7.9.1975). Sobre a vaga terrorista do Verão de 1975, a UDP/PCP(R) defendeu aliás a mesma tese que a reacção, atribuindo os assaltos terroristas não à acção organizada dos fascistas mas «ao descontamento popular em relação à política antidemocrática e antipopular do partido de Cunhal» (Voz do Povo 12.8.1975), o que constituía o alibi das organizações fascistas clandestinas e o pretexto para as não reprimir.

Não estamos pois perante revolucionários imaturos e inconsequentes mas face a inimigos do movimento popular que pretendem desarmá-lo politicamente, combatendo, em acção conjugada com a reacção, a sua força mais organizada e experiente.

De certo que ninguém acredita que o combate à direita e à reacção fascista passa pelo anticomunismo mais violento e grosseiro. Pelo contrário, tal combate não pode dispensar o concurso dos comunistas e do seu Partido.

Também de certo que ninguém acredita que o combate ao imperialismo passa pela provocação contra os países socialistas, pelo anti-sovietismo. Pelo contrário, é do fortalecimento dos países do campo socialista, da unidade e da força combativa da classe operária dos países capitalistas e da luta do movimento nacional libertador que depende a alteração cada vez maior da correlação mundial de forças a favor das forças anti-imperialistas.

Na sua luta pela sobrevivência o imperialismo acrescentou à sua tática o combate ideológico e a provocação contra os ideais e as realizações do socialismo científico a partir de posições pretensamente de «esquerda».

No nosso país essa função destinou-a o imperialismo à UDP/PCP(R), e a outros grupos provocatórios, cuja hostilidade à classe operária internacional, ao movimento comunista, aos princípios e à prática do internacionalismo é manifesta.

(Continua no próximo número)

## Fábrica Militar e de Braço de Prata

### 1.ª ASSEMBLEIA SOB O SIGNO DA UNIDADE

Com a presença de 42 delegados, decorreu no passado sábado a 1.ª Assembleia de Organização da célula do PCP da Fábrica Militar de Braço de Prata.

Além de vários camaradas da DORL e militantes da Organização do Partido da 7.ª Zona, que encheram por completo a sala da Cooperativa de Braço de Prata, participou nos trabalhos da Assembleia o camarada Abílio Martins, membro do Comité

Central, que usou da palavra no final da sessão, tendo abordado a situação política actual.

O Relatório de Actividade, previamente discutido e analisado, foi aprovado por maioria. Alguns dos temas nele tratados foram desenvolvidos nas intervenções que decorreram ao longo dos trabalhos.

Também por maioria foi aprovada a constituição do novo

Secretariado da célula, que passa a contar com 25 camaradas, a maior parte dos quais operários.

Durante a Assembleia, caracterizada pelo entusiasmo e pela determinação de todos os presentes, foram aprovados vários documentos, nomeadamente: moções de apoio à Reforma Agrária e ao Movimento dos Agricultores Rendeiros do Norte (MARN) e de repúdio pela

coligação PS/CDS, uma saudação ao Movimento Sindical unitário e à CGTP-IN e um apelo dirigido a todos os trabalhadores portugueses no sentido de fortalecerem e alargarem a sua unidade em defesa da democracia e das outras conquistas do 25 de Abril. Foi, aliás, sob a palavra de ordem de unidade que decorreram, do princípio ao fim, os trabalhos da Assembleia.

## Encontro de quadros no Porto

### MULHERES COMUNISTAS ANALISAM ACTIVIDADES E DEFINEM TAREFAS

De modo complexo, muito diversificado e profundo, irrompe, exprime-se e generaliza-se nação, na vida e mesmo na mentalidade das mulheres nortenas, um profundo anseio de libertação, de igualdade social e de participação pessoal, que implicam e exigem radicais modificações culturais, jurídicas, económicas, sociais e políticas da vida e da sociedade portuguesa. Vem ao de cima toda a potencialidade de transformação revolucionária da acção das mulheres portuguesas, salienta a declaração final da reunião de quadros mulheres da ORN,

seus movimentos e organizações unitárias, a discussão das perspectivas de trabalho futuro e do desenvolvimento daquelas estruturas, foram os temas dominantes da reunião. Durante quase sete horas, processou-se uma riquíssima troca de informações e experiências, acumuladas pelas camaradas nas mais variadas condições e nas diversas frentes. Foram lidos várias dezenas de relatórios transmitindo aspectos da acção desenvolvida em numerosas localidades dos cinco distritos do Norte, com a participação global de muitos milhares de mulheres.

De registar dois traços salientes: por um lado, um grande ascenso

objectivos em torno dos quais se deve desenvolver a acção, foi sublinhada a importância do desenvolvimento da luta pela melhoria das condições de vida e de trabalho, a participação no Movimento Sindical e reivindicativo do conjunto dos trabalhadores portugueses; a importância da luta contra o aumento do custo de vida, que se entrelaça com a luta contra as condições sociais discriminatórias a que são especificamente submetidas como mulheres.

O reconhecimento do carácter social iminente da maternidade, a concessão a todas as trabalhadoras de 90 dias no período de parto sem perda de quaisquer regalias, a proibição da utilização do trabalho feminino na manipulação frequente de substâncias tóxicas e em ambientes quimicamente viciados, a regulamentação que impede o trabalho manual violento de transporte de cargas excessivas, a possibilidade de interrupção do trabalho por períodos limitados para aleitação dos filhos, são importantes conquistas do Movimento Operário e Popular, no qual as mulheres trabalhadoras assumiram um importante papel.

Como foi sublinhado na reunião, a acção pela aplicação integral destes preceitos, a cada passo violados, e a acção pelo seu alargamento, é uma direcção essencial da acção e da luta das mulheres.

Reiterando posições do Partido, a declaração final do Encontro de quadros da ORN considera, como um factor de grande significado social e político, a diversidade da acção e participação da luta das mulheres na luta do nosso Povo, ao mesmo tempo que se multiplicam e crescem as formas de organização específicas das mulheres, apontando às organizações e militantes do PCP a tarefa de aprofundar o seu apoio ao desenvolvimento e à consolidação das organizações e das lutas das mulheres portuguesas.

## CAMARADAS FALECIDAS

Faleceu o camarada Joaquim Soares Gaião, natural de Cardoso, Arruda dos Vinhos, de 40 anos de idade. Este camarada, que foi vítima de acidente de viação, era operário da Mague, em Alverca e também membro da Comissão de Freguesia de Cardoso do PCP. Foi a enterrar no passado dia 24 de Janeiro, acompanhado de centenas de companheiros de trabalho e de camaradas.

Júlio Branco Xavier, um camarada que foi membro da Direcção do Organismo dos Escritórios do CLL, faleceu em princípios do mês passado, com 33 anos de idade. Tendo sido destacado pela empresa onde trabalhava para Angola veio nesse novo país africano a ganhar as amizades que a sua conduta progressista facilmente granjeou.

Vítima de doença, o camarada foi a enterrar na Nazaré, de onde era natural.

Faleceu na passada terça-feira, dia 31 de Janeiro, a camarada Marina Rosa Carvoeiro Patarra, que contava apenas 22 anos de idade. Membro da célula da Caixa de Previdência, em Setúbal, a camarada era natural de Montemor-o-Novo, para onde seguiu o funeral.

No passado dia 21 do corrente realizou-se o funeral da camarada Maria do Rosário de Oliveira, que faleceu em Santa Justa, Couço, onde era natural. Militante muito dedicada ao Partido, a camarada tinha já 82 anos, idade que não lhe diminuía o entusiasmo e a confiança no Partido.

Em Alcochete, de onde era natural, faleceu o camarada Joaquim Severo Figueiredo. Este camarada que pertencia ao organismo dos reformados, tinha 66 anos e, velho antifascista, participou nas lutas dos salineiros de Alcochete.

As famílias e companheiros de trabalho dos camaradas desaparecidos, o colectivo do «Avante!» transmite sentidas condolências.

## FESTAS DE CARNAVAL

A animação que sempre caracteriza as iniciativas de convívio que os comunistas levam a efeito, não pode nunca separar-se do seu humor vivo e alegre, saudável e contagiante. Muito menos em época de carnaval, em que a tradição do nosso povo manda pôr algum sal e pimenta no quotidiano, por preocupante que ele seja. Assim o humor deste carnaval, carregado também de esperança em melhores dias.

Aqui anunciamos, entre muitas outras que decerto se vão verificar pelo país fora, iniciativas que organizações do Partido promovem e para as quais convidam, além dos militantes, os simpatizantes e os amigos.

Por iniciativa da SIP da DORN do PCP, no próximo sábado, a partir das 21.30 horas, no Pavilhão do Académico, vai realizar-se uma animada festa de Carnaval com a participação de Adriano Correia de Oliveira, Carlos Paredes, Carlos Moniz, dos actores António Montez e António Reis, do conjunto «Resistência» e, ainda, de um conjunto musical que abrilhantará um animado baile que, como habitualmente, se prolongará até às tantas da madrugada.

Os convites para acesso ao recinto deverão ser procurados nos diversos centros de trabalho do Partido no Porto.

Do programa, salientamos: um concurso de máscaras com atribuição de prémios; teatro infantil, folclore, canto livre e a actuação do Grupo de Latas do Aleixo. A entrada é livre.

Em Almada, no dia 4, Sábado, no Pavilhão da Romeira, Cova da Piedade, haverá Baile de Carnaval.

No mesmo dia, no Barreiro, na Cordoaria Nicola, pelas 21 horas, começa a festa com o conjunto Sanaye. Esta iniciativa, promovida pela Comissão Pró-Centro, do PCP, continua ainda no dia seguinte, pelas 15 horas e também terá lugar no dia 7, com início às 21 horas.

A Campanha dos 500 contos que a DORAL prossegue vem aproveitar a quadra carnavalesca para promover novas iniciativas. Assim prevêem-se festas no Centro de Trabalho de Messines, na próxima 2.ª feira, a partir das 20 horas e também no Centro de Trabalho de Portimão, no sábado, também pelas 20 horas. Nesta última haverá um concurso de máscaras de traje «político».

Promovida pela UJC-UEC realiza-se nos próximos dias 4 e 6 pelas 21 e 30, no pavilhão do Instituto Superior de Educação Física (ISEF) uma festa de Carnaval. O baile será animado pelo conjunto «Perspectiva». Os comes e bebes estão assegurados.

No dia 5, no mesmo local, os Pioneiros levam a efeito uma tarde infantil que começará às 15 horas.

Em colaboração com Comissões de Moradores, a Organização dos Pioneiros do Porto, promove na terça-feira de Carnaval uma festa para crianças, que se iniciará pelas 15 horas, nas instalações da ex-Escola Académica, na Rua do Pinheiro, 4.



realizada na manhã e tarde de domingo passado, no Pavilhão da sede de Anibal Cunha, no Porto.

Nos trabalhos participaram 200 mulheres comunistas (operárias, camponesas, domésticas, empregadas e intelectuais) provenientes de todos os distritos do Norte, assim como quadros do Partido responsáveis por esta frente e três membros da direcção do PCP, os camaradas Ângelo Veloso, membro suplente da Comissão Política do CC, Domingos Abrantes, membro do Secretariado do CC, e Helena Medina, membro do CC, os quais no final, fizeram breves intervenções.

O balanço da actividade, luta e problemas das mulheres e dos

da organização e luta unitárias das mulheres da região; por outro, o importante papel das comunistas na preparação, mobilização e catalização dessas acções e movimentos. O primeiro aspecto resulta e influi no desenvolvimento acentuado do movimento operário e popular e das forças progressistas, em particular do PCP, no Norte, quanto ao segundo concluiu-se estar ao alcance das mulheres ampliarem consideravelmente a sua actividade, envolvendo um número ainda mais amplo de mulheres. Foi frisada, a propósito, a urgência de ser explicitada e defendida uma larga política de unidade, independente das opções de voto.

No que diz respeito aos

# O REFORÇO DA UNIDADE CONTINUA NAS ELEIÇÕES SINDICAIS

Conhecidos parcialmente os resultados das eleições para os corpos gerentes do Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito de Lisboa, que deram a vitória à lista da ex-“Carta Aberta” com o apoio das forças mais reaccionárias do País, cumpre aos defensores consequentes da unidade evitar que o divisionismo se instale entre os trabalhadores do sector de serviços que os divisionistas esperam separar irremediavelmente do Movimento Sindical unitário.

O trabalho em defesa da unidade, depois das eleições de há dois anos naquele Sindicato, deu resultados muito significativos, expressos na grande votação obtida pela lista B, a única que aumentou (em cerca de 83 por cento) o total dos votos, passando, segundo os resultados provisórios, de 7372 votos em 1976 para 13544 nas últimas eleições.

Com excepção da lista B (unitária) e da lista vencedora, que teve pouco mais de 200 votos de vantagem relativamente ao número de há dois anos, as duas restantes (C e D) afectas a grupelhos esquerdistas obtiveram votações muito inferiores às das eleições de 1976.

O factor unidade contou muito para esses resultados, como tem sucedido na esmagadora maioria das eleições em sindicatos e comissões de trabalhadores realizadas por todo o País.

Mas a ameaça do divisionismo é clara e precisa. A lista A dos Escritórios, segundo o seu programa, defenderá a criação duma Federação Nacional de Serviços, que os divisionistas do “reformismo” e da “nova prática sindical” do PSD entendem fomentar como embrião de uma central paralela sob o rótulo de um “sindicalismo democrático” oposto à democracia nos sindicatos que orienta a actividade do Movimento Sindical.

A ameaça não é de subestimar. Os trabalhadores sindicalizados têm sabido enfrentá-la, inclusivamente nos sindicatos de serviços. Mas os disfarces “democráticos” dos reformistas, defensores do sindicalismo paralelo e da recuperação capitalista no meio sindical, são ainda susceptíveis de iludir muitos trabalhadores.

Por isso, a arma do esclarecimento tem de aumentar a sua eficácia no trabalho de todos os dias. Esclarecer para unir é cada vez mais uma tarefa imprescindível.

## LISTAS DE UNIDADE GANHAM NAS EMPRESAS

Nas últimas eleições para comissões de trabalhadores, em várias empresas, as listas unitárias têm sido eleitas com vantagens muito reveladoras sobre as correntes reformistas e o esquerdismo. Entre outras,

são de salientar as vitórias da unidade na Quimigal (ex-CUF), Flispe, Fábrica Portugal, Compal, Soda Póvoa, Ecri, Oficinas Gerais de Material Aeronáutico e Ucal (Sete Casas, Loures).

A lista unitária foi eleita também no Secretariado Distrital de Vila Real do Sindicato da Função Pública da Zona Norte.

Na CUF, é de destacar o facto de, nas eleições para o Conselho Geral de Trabalhadores, entre 166 elementos eleitos não haver um único afecto ao grupelho esquerdista da UDP/PCP(R). Em nenhuma secção da grande empresa o seu verbalismo fez carreira.

## ALERTA FERROVIÁRIOS!

Sob o título “Alerta Ferroviários!”, um comunicado do secretariado da célula do PCP na CP do Barreiro desmascara “a acção desagregadora do grupelho UDP/PCP(R)”, que “apesar da capa de esquerda com que se apresenta, leva na prática a que as forças de direita obtenham benefícios que não conseguiriam sem a ajuda destes “revolucionários”.

A célula chama a atenção “para o carácter divisionista da folha UDP-Boletim n.º 1, recentemente distribuída, cuja divulgação se integra no conjunto de acções que visam minar o Movimento Sindical unitário e enfraquecer a luta dos trabalhadores ferroviários pela conquista do seu ACT” (Acordo Colectivo de Trabalho).

Depois de citar alguns actos divisionistas da UDP no campo sindical, o comunicado lembra

que este “Boletim” aparece no momento em que os ferroviários chegam a um ponto decisivo nas negociações do ACT, depois de mercê da sua luta conseguirem vencer os diferentes obstáculos que lhes foram criados por um conselho de gerência às ordens de um governo que não hesita em sacrificar os trabalhadores para indemnizar os grandes capitalistas.

Os nossos camaradas da CP no Barreiro, acentuando que “camufladamente o que a UDP pretende é fazer perder aos trabalhadores ferroviários a confiança na comissão sindical negociadora” (mas que não o conseguirá) apelam para a unidade em torno da CSN, mais necessária do que nunca para o bom termo das negociações do Acordo Colectivo de Trabalho.

## EMBAIXADOR DA RPM VISITA A CUF

O embaixador da República Popular de Moçambique em Portugal, camarada Armando Panguene fez uma visita às instalações do Barreiro da Quimigal-EP (ex-CUF).

Convidado pela direcção do Grupo Desportivo da CUF, que comemorava o seu 41.º aniversário, aquele diplomata participou numa jornada de convívio entre trabalhadores dos dois países irmãos. Recebido pelo presidente da Câmara Municipal do Barreiro, presidente da Assembleia Municipal, representantes da CUT, da CISE, do Grupo Desportivo da CUF, e por numerosos trabalhadores incluindo os estagiários moçambicanos na empresa, o embaixador foi saudado pelo conselho de gerência e pelos operários que lhe ofereceram cravos vermelhos, uma lembrança de Abril.

“Amigos, os povos têm conquistas a defender, mas, para isso, temos que estar atentos porque o inimigo não desarma”, dizia o camarada Panguene respondendo às saudações dos trabalhadores.

Além da recepção e das visitas, uma projecção de filmes de Charlie Chaplin, um jogo de futebol entre trabalhadores moçambicanos e outros trabalhadores da Quimigal e um jantar de confraternização, preencheram uma jornada de convívio solidário, assinalada pela alegria fraternal e pelo estreitamento dos laços de amizade e cooperação.

## PORTUGEL E “REFORMAS”

“Mais uma vez o conselho de gerência, na sequência do que fez com os afastados, vem agravar a descapitalização da empresa à custa dos trabalhadores, da mesma maneira que as empresas nacionalizadas e intervencionadas têm continuado a ser o suporte financeiro da recuperação capitalista”, afirma a comissão de trabalhadores da Portugel, protestando num comunicado contra a decisão de pagar reformas a elementos dos ex-corpos gerentes, pois “ou o sistema instituído serve todos os trabalhadores (...) ou são canceladas imediatamente as reformas concedidas ou a conceder, apenas sendo de considerar o sistema em vigor para todos os trabalhadores, os quais

desde sempre vêm descontando percentagens dos seus salários para a Previdência (coisa que os corpos gerentes nunca fizeram) para garantia de uma reforma cujo montante é de miserável em relação ao que actualmente a própria empresa está a pagar aos antigos patrões cuja remuneração, como representantes do capital, já larga e indevidamente auferiram”.

Apoiada em disposições legais e em tomadas de posição anteriores dentro do respeito pela Constituição e pela vontade manifestada pelos trabalhadores, a CT da Portugel “exige a imediata anulação da decisão do conselho de gerência e que seja continuamente mantida ao corrente da situação”.

## UMA LEI DUAS VEZES CONTRÁRIA À CONSTITUIÇÃO

“Os trabalhadores tomaram conhecimento através do Decreto-Lei n.º 548/77 (Lei Orgânica do Ministério da Indústria e Tecnologia (MIT) de 31 de Dezembro) da extinção do Centro de Coordenação da Indústria Naval. Cumpra a Comissão Coordenadora das Comissões de Trabalhadores da Indústria Naval alertar os órgãos do Poder e a opinião pública sobre o significado desta decisão e sobre as consequências que dela poderão advir. Denunciamos a arbitrariedade desta decisão tomada numa altura em que o Governo estava demitido e denunciamos a sua inconstitucionalidade visto os trabalhadores não terem sido ouvidos sobre matéria que lhes diz respeito”, acentua um extenso comunicado daquela Comissão

Coordenadora, dando conta das atribuições do Centro agora extinto, da sua importância para a economia nacional e da sua disposição de lutar contra esta medida de encerramento.

Encerrado pela mesma lei foi também o Centro de Coordenação da Metalomecânica Pesada. Protestando contra essa decisão arbitrária e prejudicial, a Comissão de Unidade dos Trabalhadores de Equitetal (Barreiro), numa moção enviada aos órgãos do Poder e aos grupos parlamentares do PCP e do PS, considera, nomeadamente, que “por detrás dessa decisão poderão ter estado manobras tendentes a dar continuidade à linha de recuperação capitalista que foi levada a cabo pela equipa demitida do MIT, e decide:

“Alertar todos os trabalhadores

para a gravidade de que se reveste a presente medida; alertar os órgãos de soberania para as arbitrariedades que a equipa demitida do MIT continua a tomar, por as mesmas não serem permitidas constitucionalmente a um Governo demitido; e apelar aos mesmos órgãos de soberania para que seja revogado o Decreto-Lei que extingue o Centro de Coordenação da Metalomecânica Pesada”.

Num comunicado, aquela Comissão de Trabalhadores chama ainda a atenção para os efeitos prejudiciais da extinção de um órgão que poderia desempenhar um papel de relevo na execução do controlo operário, o mesmo sucedendo, aliás, com o Centro de Coordenação da Indústria Naval, extinto pela mesma lei.

## Segurança social

### NOVA LINHA DE ATAQUE AO CONTROLO DE GESTÃO

A nova Lei Orgânica da Segurança Social é duas vezes contrária à Constituição, por não se terem ouvido os trabalhadores organizados e por o Governo demissionário não dispor de competência para legislar sobre aquela matéria que constitui um direito fundamental consagrado na Lei da República. Em conferência de imprensa, a CGTP-Intersindical Nacional afirmou que protestará junto dos órgãos de soberania contra essa arbitrariedade do Governo cessante pedindo a anulação da lei orgânica.

afastar os trabalhadores organizados da gestão e do controlo das instituições da Segurança Social se destina a manter uma estrutura velha e sem eficácia, incapaz de corresponder às necessidades da população, em vez de promover e facilitar a criação de um autêntico sistema unificado de segurança social, de acordo, aliás, com o que percelua a Constituição e como há muito reclamam os trabalhadores.

A situação criada com a saída daquela lei inconstitucional vai ser analisada em reuniões a promover pelas Uniões

Sindicais dos vários distritos do País e os representantes sindicais nas instituições de Previdência e em plenários de empresa e de zona.

A CGTP-IN alerta entretanto a opinião pública para a necessidade de rever a chamada Lei Orgânica da Segurança Social, com a qual se pretende voltar às normas corporativas de triste memória, afastando os representantes dos Sindicatos para funções ocasionais de consulta sem qualquer efeito prático e contrariando os direitos constitucionais do Movimento Sindical em defesa dos trabalhadores e da população.

## Trabalhadores-estudantes AVANÇA A PREPARAÇÃO DO II ENCONTRO NACIONAL

Prosseguem activamente, em vários pontos do País, os trabalhos preparatórios do II Encontro Nacional de Trabalhadores-Estudantes, que decorrerá no dia 5 do próximo mês de Março, na capital.

TE's, a todos os níveis, e da participação da juventude trabalhadora na actividade sindical; o levantamento e sistematização das principais reivindicações dos TE's; a elaboração e aprovação do seu Estatuto; e o balanço do trabalho desenvolvido desde o I Encontro, promovido em Fevereiro de 1975 — são os objectivos essenciais do II Encontro Nacional de TE's, iniciativa que conta com o apoio da CGTP-IN e do Secretariado dos Trabalhadores-Estudantes do Ensino Secundário de Lisboa (STEEESL), entre outras organizações.

Durante a reunião foram

aprovados diversos documentos, nomeadamente um apelo aos trabalhadores-estudantes e a toda a juventude trabalhadora no sentido de reforçar a sua unidade, e uma moção onde se manifestam as apreensões das organizações presentes quanto aos acordos entre o PS e o CDS, que se prevê irão agravar as já difíceis condições dos trabalhadores-estudantes. Foi ainda aprovada uma moção apelando à rápida constituição do Comité Nacional Preparatório do XI Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, que se realizará, no próximo Verão, em Havana, capital da República Socialista de Cuba.

## UMA DATA

De 27 a 30 de Janeiro de 1977 realizava-se em Lisboa um Congresso que marcou data na história do Movimento Sindical português. Subordinado às palavras de ordem “Pela Unidade dos Trabalhadores” e “Pela Reestruturação da Intersindical”, o Congresso de Todos os Sindicatos reuniu no Pavilhão dos Desportos os representantes de um milhão e oitocentos mil associados, cobrindo a quase totalidade dos Sindicatos com actividade no País.

Grande jornada de unidade, cujos resultados foram bem visíveis ao longo do ano passado, nela foram aprovados documentos, como o Programa de Acção, o Caderno Reivindicativo Imediato e o projecto de Lei Sindical, que têm orientado a actividade e a luta pelo fortalecimento dos Sindicatos e pela sua intervenção cada vez mais activa na defesa dos interesses de todos os trabalhadores.

Assinalando a data, a CGTP-IN e a USP (União dos Sindicatos do Porto) saudaram fraternal e calorosamente “todos os trabalhadores portugueses, todos os dirigentes, delegados e activistas sindicais, exortando-os a reforçarem a sua vigilância e combatividade em torno dos ideais que nortearam o Congresso por forma a que possam ser preservadas as conquistas revolucionárias dos trabalhadores e do Povo português que o 25 de Abril tornou possível e a Constituição da República consagrou”.

# LUTAS E TAREFAS DO MOVIMENTO SINDICAL



## FUSÃO NOS SINDICATOS DA PANIFICAÇÃO

Já aprovada nos Sindicatos da Panificação do Alentejo e Algarve, de Leiria e de Santarém, a fusão das associações sindicais da panificação do Sul foi aprovada também no Sindicato de Lisboa. Brevemente, uma assembleia constituirá a nova associação sob o nome de Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Alimentares de Hidratos de Carbono do Sul.

## SEM ASSEMBLEIA CONSTITUINTE DIVISIONISTAS CRIAM ASSOCIAÇÃO ILEGAL

A direcção do Sindicato da Indústria e Comércio Farmacêuticos protesta e actua contra uma associação paralela e ilegal que um grupo de divisionistas tenta fundar com estatutos forjados à revelia dos trabalhadores e já entregues no MT para registo. Os “fundadores” propõem-se admitir apenas na sua “associação” os sócios que entenderem “democráticos”, designadamente tudo o que estiver ligado ou conotado com as forças políticas mais reaccionárias do País.

## 13 MIL DESEMPREGADOS REFLECTEM A OFENSIVA PATRONAL NO DISTRITO DE COIMBRA

Um representante do secretariado da União dos Sindicatos de Coimbra revelou existirem no distrito mais de treze mil desempregados, entre os quais se destacam os trabalhadores despedidos colectivamente da Mondorel, Auto-Vitória, Santix e Agia. A situação exige o reforço da solidariedade, da unidade e da luta dos trabalhadores pelos interesses comuns.

## JORNALISTAS CONTRA DESEMPREGO

O Sindicato dos Jornalistas e o Sindicato dos Trabalhadores na Imprensa tomaram recentemente posições muito firmes contra o desemprego no sector e as ameaças de despedimento colectivo que, segundo assinala a primeira daquelas associações, “é referido em despacho recente da Secretaria de Estado da Comunicação Social, assinado pelo ministro Almeida Santos”. A direcção do Sindicato dos Jornalistas reafirma que recusará qualquer despedimento colectivo e opõe-se, nomeadamente, “à situação de continuada inactividade de mais de uma centena de jornalistas profissionais, em circunstâncias criadas inexplicavelmente pelos órgãos de poder e para as quais os trabalhadores em nada concorreram”. Por seu turno, o Sindicato dos Trabalhadores na Imprensa, em 3 comunicados recentes, trata de assuntos que exigem soluções urgentes, como a contratação e o “pluriemprego”, alertando nomeadamente para o facto de, “legalmente, as entidades patronais poderem recusar-se a aplicar a respectiva Contratação Colectiva aos trabalhadores não sindicalizados”. Numa exposição aos órgãos de poder, o Sindicato dos trabalhadores na Imprensa, pede, designadamente, “a suspensão do afastamento de trabalhadores pluriempregados e a reintegração dos já afastados das empresas”. Pede ainda a “execução de

uma verdadeira reestruturação da imprensa estatizada, com salvaguarda dos justos direitos e interesses dos trabalhadores e do povo português, e com a participação efectiva dos sindicatos e comissões de trabalhadores do sector”.

## EM LEIRIA, CONTRA DIRECÇÃO DIVISIONISTA

Um grupo de associados do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Escritórios do Distrito de Leiria, pediu a convocação de uma assembleia geral extraordinária para analisar a actuação dos corpos gerentes e as medidas a tomar. A direcção é acusada de divisionista e demagógica, de não servir os interesses dos trabalhadores, de não cumprir as deliberações tomadas em assembleias gerais e de levar o Sindicato à degradação económica.

## FUNÇÃO PÚBLICA ALERTA CONTRA SINDICATO PARALELO

um pomposamente chamado “Sindicato dos Auxiliares Clínico-Técnicos” que, “se se chegasse a formar não passaria de mais um sindicatozinho elitista”, é desmascarado pelo Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública da Zona Sul que, num comunicado, alerta contra essa tentativa que “mais não visa do que quebrar a unidade dos trabalhadores e dificultar a resolução dos seus problemas afastando-os dos Sindicatos que efectivamente os representam”.

## PROFESSORES ACTUAM EM DEFESA DOS SEUS DIREITOS

Na sequência da luta pelo respeito dos seus direitos e garantia de reivindicações, os professores da Grande Lisboa paralisam hoje o trabalho. Num comunicado, a direcção do seu Sindicato “alerta todos os professores para se manterem unidos, não se deixando intimidar ou confundir por quaisquer manobras que o MEIC venha a intentar”.

## DIRECÇÃO DOS RODOVIÁRIOS CONTRA A PERSPECTIVA DE DESPEDITOS

A lista unitária eleita há dias para o Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Lisboa afirma que “o Conselho de gerência da RN (Rodoviária Nacional) elaborou um plano para o período de 1978 a 1982 que, no caso de ir para a frente sem alterações e sem rigoroso controlo por parte dos trabalhadores, acarretará, certamente e centenas de despedimentos, mudanças de local de trabalho e também de região, a retirada de direitos conquistados pelos rodoviários depois do 25 de Abril e o congelamento de remunerações dos trabalhadores durante o ano de 1978”. Especificando essas ameaças, a lista vencedora das eleições reafirma a absoluta necessidade do reforço unitário para enfrentar com êxito os perigos que ameaçam os trabalhadores, nomeadamente o desemprego. No período entre 1978 e 1982, afirma, haverá “a mais” na RN, de acordo com o plano “1072 trabalhadores no sector do Movimento, cerca de 300 no sector da Manutenção e 297 na Carga”.

# FIM À SABOTAGEM! AS EMPRESAS DE PESCA NÃO PODEM FECHAR!

A situação das empresas nacionalizadas do sector das pescas tem vindo a degradar-se de tal modo que a Sociedade Nacional dos Armadores da Pesca do Arrasto (SNAPA) e da Sociedade de Reparação de Navios (SRN) correm perigo iminente de ter de fechar as portas lançando no desemprego mais de 1600 trabalhadores.

da República) as “vigâncias feitas pelos grossistas ali mesmo à porta do organismo estatal de comercialização”.

Têm-se pedido medidas urgentes. A sua necessidade está à vista. O Governo não pode deixar que se afundem empresas nacionalizadas que devem estar ao serviço de todo o povo. As pretensas medidas de defesa do consumidor (como a pescada a 24 escudos) não podem servir apenas para “defender” a conta bancária de meia dúzia de parasitas. Estão em causa 1600 postos de

As comissões de trabalhadores e intersindical dessas empresas, perante a situação alarmante a que o Governo anterior deixou chegar essas e outras unidades de produção essenciais para a economia do País, manifestam a firme determinação de continuar a luta “pelo futuro das suas empresas garantindo os seus postos de trabalho, por preços de peixe compatíveis com o já diminuído poder de compra da população e pela definição de uma política para o sector das pescas que tenha em conta a opinião dos trabalhadores”.

Perguntando o que tem feito o Governo, o comunicado afirma que, além de manter a indefinição do sector, sem se ter avançado com a reestruturação e com os apoios necessários, o Executivo cessante, com uma política desastrosa, lesou altamente os interesses nacionais no sector das pescas, “podendo mesmo apelar-se de sabotagem económica” a actividade que desenvolveu.

“E quem lucra com isso?” — perguntam ainda os trabalhadores da SNAPA e da SRN. “Certamente não é o povo consumidor nem as empresas de pesca nacionalizadas, às quais é imposto um preço político para a pescada, que fica por cerca de metade do custo real da produção.” Quem lucra com isso são “os grandes intermediários parasitas que continuam a acumular fortunas fabulosas”.

## A HERANÇA DO TENREIRO

A SNAPA e a SRN pertenciam ao antigo monopólio do Tenreiro. Nos dez anos anteriores ao 25 de Abril, a sua situação agravou-se de tal forma que à data da revolução estavam perto da falência técnica. A ameaça de encerramento da SNAPA era iminente. Para evitá-lo,

financiar essas e outras empresas pesqueiras do sector nacionalizado como a CPP (Companhia Portuguesa de Pesca), PESCRUL, Docapesca e outras.

Como recentemente o PCP afirmou na Assembleia da República, “desde logo as comissões administrativas foram encarregadas de apresentar os projectos de reestruturação das referidas empresas no prazo máximo de 6 meses. Mas a reestruturação, que deveria ter

PREÇO MÁXIMO DE VENDA AO PÚBLICO	
Pescada com cabeça:	Pescada sem cabeça:
Mais de 45 cm ..... 64\$00	Até 0,250 kg ..... 30\$00
de 35 a 45 cm ..... 52\$00	de 250 a 0,500 kg ..... 32\$00
de 20 a 35 cm ..... 32\$50	de 0,500 a 0,800 kg ..... 36\$00
menos de 20 cm ..... 37\$50	de 0,800 a 1,500 kg ..... 40\$00
	de 1,500 a 2,400 kg ..... 48\$00
	mais de 2,400 kg ..... 50\$00

“As empresas nacionalizadas do sector das pescas são obrigadas por lei a vender todo o pescado congelado à CRCB — Comissão Reguladora do Comércio de Bacalhau (organismo estatal) — recebendo em média por cada quilo de pescada 24\$20, enquanto que as empresas privadas não são obrigadas a cumprir tal lei, comercializando da forma que entendem. A CRCB,

por sua vez, vende o peixe a grandes armazenistas que livremente especulam das mais diversas formas, sempre em prejuízo do consumidor”, afirmam as comissões de trabalhadores e intersindical da Sociedade Nacional de Armadores de Pesca do Arrasto e da Sociedade de Reparação de Navios.

## SERÁ O PEIXE VENDIDO A ESTES PREÇOS? RESPONDA QUEM PODE COMPRÁ-LO

# A FORMAÇÃO IDEOLÓGICA TAREFA DE TODO O MILITANTE

«Vigilância e mais vigilância em relação ao inimigo de classe!»  
G. Dimitrov

1. Os teóricos do oportunismo procuravam nos novos fenómenos da época imperialista uma fundamentação para as suas afirmações de que o capitalismo tinha adquirido um carácter «organizado», planificado, tentavam justificar a sua renúncia à revolução. Lenine travou uma luta intransigente contra os defensores do imperialismo. Demonstrou que o imperialismo se mantém todas as características do capitalismo: a propriedade privada dos meios de produção, as relações de exploração dos operários assalariados pelos capitalistas, uma distribuição que leva à riqueza de uns e à miséria de outros, relações antagonistas entre o proletariado e a burguesia. Mantém-se também, ainda que com as suas particularidades, todas as leis económicas do capitalismo: a lei da mais-valia, a lei geral da acumulação capitalista, a lei da concorrência e da anarquia da produção. O imperialismo não é mais

O reforço da reacção política levou ao fascismo. E, de facto, o imperialismo engendrou o fascismo, a ditadura terrorista do capital financeiro, com o seu cortejo de crimes, polícias políticas e campos de concentração, com o terror em massa.

«A subida do fascismo ao Poder não é a vulgar substituição de um governo



burguês por outro, mas a substituição de uma forma estatal de domínio da classe da burguesia (a democracia burguesa), por outra, a ditadura terrorista aberta» — sublinhava George Dimitrov. E acrescentava: «Desconhecer esta situação seria um erro grave, que impediria o proletariado revolucionário de mobilizar as mais amplas camadas dos trabalhadores da cidade e do campo para a luta contra a ameaça da tomada do poder pelos fascistas e de utilizar as contradições existentes no campo da própria burguesia. Mas é uma falta não menos grave e não menos perigosa subestimar a importância de que, para a instauração da ditadura fascista, se revestem as medidas reaccionárias da burguesia, que hoje se estão agravando nos países de democracia burguesa e que reprimem as liberdades democráticas dos trabalhadores, falseiam e deturpam os direitos do Parlamento, acentuam a repressão contra o movimento revolucionário».

(G. Dimitrov, «Páginas de uma vida heróica», Edições «Avante!»).

3. A manifestação mais sinistra do fascismo foi como sabemos o regime hitleriano. Mas o fascismo não é uma simples recordação do passado. Ai, onde os exploradores não conseguem garantir a «ordem» do grande capital nos quadros da democracia burguesa, recorrem frequentemente a regimes claramente terroristas de carácter

fascista. Assim sucedeu em muitos países da América Latina, como por exemplo no Chile. É bom que recordemos Luís Corvalán, «A Revolução Chilena».



(V. Zagladine, «O Movimento Comunista Internacional — ensaio de estratégia e tática» e ainda o artigo de Lenine «Duas Tácticas da Social-Democracia na Revolução Democrática», Obras Escolhidas, vol. I).

anos de terríveis sofrimentos para o nosso povo. O assassinato de milhares de pessoas, a tragédia dos desaparecimentos, as horribes torturas, as prisões em campos de concentração ou em cárceres, os desaparecimentos, as detenções arbitrárias, as operações militares sobre aldeias inteiras, o desterro, a expulsão de operários e empregados do seu trabalho, o afastamento de professores e alunos dos liceus e universidades, os atentados à cultura nacional (...) atingiram centenas de milhares de lugares, milhões de chilenos».

(Luís Corvalán, «A Revolução Chilena»).

4. Tendo demonstrado que o imperialismo significava a reacção em toda a linha, Lenine sublinhou a importância crescente da luta pela democracia, declarando que a classe operária e o seu partido deviam saber unir a luta pela democracia à luta pela revolução socialista.

Na época do imperialismo, em que se agravam de forma extrema as contradições entre o trabalho e o capital, e em que, muitas vezes, a burguesia se decide por um acordo com as forças da reacção, a classe operária é a mais consequente lutadora pela democracia. A hegemonia do proletariado assegura a vitória da revolução democrática e permite que se transforme e posteriormente em revolução socialista. O campesinato, que tem todo o interesse na abolição do grande latifúndio e na liquidação de todas as sobrevivências do feudalismo, deve tornar-se um aliado seguro da classe operária. E é a instauração de um poder democrático revolucionário e não o acesso da burguesia ao Poder, que leva à vitória da revolução democrática.

Mas, nos nossos dias, as revoluções democráticas não são tanto antiféudais, são sobretudo antimonopolistas. Estão mais perto das revoluções socialistas. (...) No processo da luta antimonopolista por transformações democráticas estabelecem-se uma ligação orgânica entre o processo democrático e o processo socialista. Nisto se revela a continuidade da acção revolucionária e do aumento da massa humana que nela participa. No curso da luta pela democracia as massas preparam-se para participar activamente na revolução e criam-se condições para as batalhas decisivas contra a oligarquia monopolista e pela vitória da revolução socialista».

(V. Zagladine, «O Movimento Comunista Internacional — ensaio de estratégia e tática» e ainda o artigo de Lenine «Duas Tácticas da Social-Democracia na Revolução Democrática», Obras Escolhidas, vol. I).

Loures, Sintra, Oeiras, Cascais, Amadora

# O TRABALHO NAS AUTARQUIAS AO SERVIÇO DAS POPULAÇÕES

No âmbito da intensa actividade que vem sendo desenvolvida no nosso Partido pelos camaradas responsáveis pelo trabalho nas Autarquias Locais, a fim de se proceder a uma profunda troca de experiências que permita fazer uma análise objectiva, de forma a corrigir deficiências e a dinamizar a actividade dos comunistas nesta importante frente de trabalho, realizou-se no passado domingo, no Palácio dos Congressos do Estoril, um encontro de quadros dos concelhos de Loures, Sintra, Cascais, Oeiras e Amadora.

O encontro, que entre convidados e delegados contou com a presença de cerca de quinhentas pessoas, iniciou os seus trabalhos em plenário com intervenções dos camaradas Carlos Pereira, Luis Sá e Manuel Fernandes, sobre questões de carácter geral relacionadas com o funcionamento das autarquias e a institucionalização do Estado democrático, que viriam a ser posteriormente aprofundadas no debate por secções.

O encontro, que entre convidados e delegados contou com a presença de cerca de quinhentas pessoas, iniciou os seus trabalhos em plenário com intervenções dos camaradas Carlos Pereira, Luis Sá e Manuel Fernandes, sobre questões de carácter geral relacionadas com o funcionamento das autarquias e a institucionalização do Estado democrático, que viriam a ser posteriormente aprofundadas no debate por secções.

## CONCELHO DE LOURES UMA FLORESTA DE CIMENTO

Com uma área de 193 km<sup>2</sup> e cerca de trezentos e trinta mil habitantes (dos quais 30% são analfabetos), o concelho de Loures divide-se administrativamente em dezasseis freguesias que se repartem por três zonas com traços característicos: zonas de pequenas e médias empresas, comércio e pequena economia agrícola, zonas de dormitório e bastante comércio e zonas de grandes e médias empresas.

Neste concelho, cuja população triplicou nos últimos quinze anos, o problema de maior vulto no vasto campo das carências é sem dúvida o da habitação. Na verdade, como se faz notar na intervenção do concelho de Loures, este está profundamente marcado pela criminosa política habitacional praticada pelo fascismo. Durante anos e anos, empreiteiros, negociantes e especuladores de todos os géneros, com a participação activa da corrupta Câmara Municipal transformaram radicalmente as condições de vida urbana de grande número de freguesias, nomeadamente Moscavide, Odivelas, Sacavém, S. João da Talha, Póvoa de Santo Adrião e Santa Iria da Azóia, transformando-as em florestas de cimento.

O caso de Moscavide, citado como exemplo, dá uma visão global da gravidade das carências no sector da habitação.

Na Vila de Moscavide viviam em 1950 cerca de três mil pessoas. De 1950 a 1976 o aumento populacional foi vertiginoso, passando para quarenta e cinco mil, ou seja, para quinze vezes mais. A própria legislação fascista previa uma área de 70 m<sup>2</sup> por fogo, para zonas livres, equipamento social e zonas verdes; se admitirmos em cerca de mil e quinhentos os fogos existentes, o total de espaço roubado à população é da ordem dos 105 mil metros quadrados, o que conduz praticamente à área total de freguesia.

Cabe acrescentar que neste populoso concelho cerca de setenta e cinco mil habitantes (22% da população) vivem em habitação clandestina e trinta mil pessoas vivem em cerca de seis mil barracas! Como é evidente, esta situação tem que ver, entre outras coisas, com os baixos salários auferidos pelos trabalhadores; em 1973, mais de vinte e dois mil agregados familiares subsistia com menos de seis mil escudos mensais. O carácter de dormitório era também já então bem acentuado pelo elevado número de pessoas que trabalhavam fora do concelho — cerca de sessenta mil!

Segundo um estudo de ordenamento do território recentemente efectuado, estimando-se que em 1985 a população atingirá os quatrocentos mil habitantes, o concelho de Loures necessita de: 374 creches-infantários; 78 centros de acção social; 39 postos médicos; 23 dispensários maternais; 26 mercados; 80 parques infantis; 2 hospitais; 13 liceus; 128 escolas pré-primárias; 622 salas de aulas para o primário; 27 escolas de ciclo preparatório; um instituto superior.

Para já não falar do abastecimento de água, energia eléctrica, estradas e caminhos, esgotos, telefones e correios, estruturas culturais

e desportivas. E, evidentemente, da habitação.

## QUE FAZEM OS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS PERANTE TÃO GRAVES CARENCIAS?

Nas eleições para as autarquias a FEPU elegeu, no concelho de Loures, noventa e três candidatos (40,8% dos mandatos), ganhando sete freguesias, enquanto o PS ganhou nas dez restantes e na Câmara Municipal (5 mandatos contra 4 da FEPU).

Face a tais resultados, estariam criadas as condições, em princípio, para se levar a cabo no concelho uma verdadeira gestão democrática que respondesse na medida do possível aos gravíssimos problemas da população. Mas ao que se assiste na realidade?

Passado pouco mais de um ano da tomada de posse dos novos órgãos de poder local observa-se neste concelho, onde o PS dispõe de margem de manobra para impor a política que mais lhe aprouzer, uma recuperação de práticas do antigamente, visando desprestigiar a actividade das Comissões Administrativas que o precederam; impedir as populações organizadas de intervir nos órgãos de administração local; desprezar as decisões dos órgãos deliberativos; acentuar a prática presidencialista; entregar novamente os serviços aos chefes, desprezando os vereadores eleitos pelo povo; transformar as autarquias locais em meros

Moradores, a Clínica Popular e a Cooperativa de Consumo Unicentral, apesar da deliberação em contrário da Assembleia de Freguesia; ainda em Janeiro, não obstante a Assembleia de Freguesia de Moscavide ter decidido por unanimidade criar um centro para a terceira idade, em instalações devolutas da Câmara, o presidente do município resolve não acatar esta deliberação.

De notar ainda que a Câmara não revela ter o mínimo de respeito pelas Juntas de Freguesia, a cujos ofícios ou não responde ou leva sete e oito meses a pronunciar-se, quase sempre de forma negativa, não obstante exigir que os seus ofícios sejam respondidos no prazo máximo de cinco dias.

## LÁ ONDE É ÚNIDE A POSIVEL

Em Cascais, como ficou claramente demonstrado no Encontro, o município — gerido por um eleito do PS — prossegue uma clara política de recuperação capitalista, muito à maneira do antigamente.

Na Câmara, onde impera o presidencialismo, as populações são pouco apreciadas, evitando-se por isso a sua participação seja no que for. As próprias sessões públicas são realizadas durante o dia, que a maioria autárquica gosta de sossego e nunca se sabe o que poderia acontecer se os trabalhadores a elas pudessem assistir... As opções deste município estão bem claras no Plano de

a expansão e desenvolvimento do sector nacionalizado.

As preferências dos maioritários neste órgão de poder local voltaram a evidenciar-se uma vez mais na proposta apresentada pelo PS sobre as organizações que deverão fazer parte do futuro Conselho Municipal, onde as Comissões de Moradores e de Trabalhadores primam pela ausência, enquanto se procura que nele venham a estar representadas as escolas particulares, a pretexo destas serem originalissimamente consideradas — pasme-se — organizações culturais!!!

Já no concelho de Sintra a situação é substancialmente diferente. Como foi salientando, não obstante a inicial desconfiança dos eleitos pelo PS (maioritário em todos os órgãos), as tentativas de marginalização da FEPU e os ataques à gestão das Comissões Administrativas, foi possível, através de um intenso trabalho unitário e do apoio de todas as medidas que visassem defender o interesse das populações, chegar ao entendimento que hoje se verifica entre as duas forças.

As Comissões Administrativas que geriram as autarquias do concelho de Sintra até às eleições, são hoje apreciadas pelo importante trabalho que realizaram com o apoio das populações (com novas salas de aula, trinta parques infantis, nove creches, arruamentos em sessenta e duas localidades do concelho e mais de cem quilómetros de novas estradas rurais, electrificação total do concelho e total recolha do lixo, para além de estudos de

soluções que não poderão ser encontradas sem o apoio e a participação das populações. O que os vereadores do PS parece não terem ainda percebido, pois continuam fechados a essa participação popular na resolução dos problemas locais.

## BRANDOA — UM IMENSO BAIRRO CLANDESTINO

No concelho de Oeiras e na Amadora muitos foram os problemas que no ano transacto ficaram por resolver devido ao mau funcionamento da Câmara Municipal cuja vereação, contudo, aprovou para o corrente ano um Plano de Actividades que se pode considerar positivo, embora falhe nalguns sectores tão importantes como a assistência social, a cultura e sobretudo, no que se refere à participação e colaboração com as populações.

Espera-se, todavia, que com a recente entrada em vigor da nova lei das Atribuições e Competências, que prevê a descentralização de alguns serviços, seja possível ultrapassar este problema de quase completa dependência em que as Juntas têm vivido em relação à Câmara.

A Brandoa é, como se sabe, um imenso bairro clandestino, cuja legalização implica a construção de infra-estruturas e equipamentos, a remoção de anexos construídos nas traseiras dos prédios sem um mínimo de habitabilidade e a recuperação ou demolição de edifícios sem condições de estabilidade.

## Conclusões

# REFORÇO DA POLÍTICA UNITÁRIA

Na segunda parte do Encontro de Quadros dos concelhos urbanos de Lisboa, os trabalhos funcionaram por secções, muitas concorridas e participadas, onde os diversos grupos de trabalho debateram questões de habitação, urbanismo, transportes, saneamento básico, ensino, cultura e desporto, saúde e segurança social, cooperativas de consumo, legislação sobre autarquias e organização do Partido.

A variada e rica troca de experiências dos participantes nos diferentes grupos, permitiu aprofundar o conhecimento do que se passa em cada um dos concelhos e definir quais as principais conclusões a tirar dos debates que, juntamente com todas as outras tiradas de encontros semelhantes, possibilitarão ao Partido, para além da análise do trabalho realizado, a definição de uma política que permita melhorar mais e mais a intervenção dos comunistas nos órgãos de poder local.

As principais conclusões foram posteriormente apresentadas ao plenário pelo camarada Silva Graça, que começou por referir a importância do trabalho nas autarquias como factor de coesão do Povo português. Com efeito, o facto de nos órgãos de poder local se encontrarem diariamente homens e mulheres de todos os quadrantes políticos permite não só a colaboração entre os verdadeiramente interessados em servir a população que os elegeu, como ganhar para o processo democrático as pessoas honestas que, enganadas ou mal esclarecidas, tenham sido eleitas por forças pouco ou nada interessadas na defesa das instituições democráticas.

Para que tal seja possível é fundamental a política unitária que os comunistas têm desenvolvido no seio da FEPU, apoiando todas as medidas de defesa dos interesses populares, venham elas de onde vierem. Por outro lado, concluiu-se que sem o reforço da organização do Partido para esta frente de trabalho e sem o incremento da actividade da FEPU não será possível alcançar este objectivo. Neste sentido, dever-se-á fomentar a realização de reuniões de coordenação entre os eleitos da Frente, bem como a preparação das reuniões dos diferentes órgãos.

A aprovação da legislação sobre o regime de finanças locais e a rápida institucionalização das Regiões Administrativas foram consideradas também como condição essencial para um real exercício do poder local, tendo o plenário aprovado por unanimidade uma moção nesse sentido.

A constituição dos Conselhos Municipais e formação das Assembleias Distritais foram também considerados importantes passos na consolidação do poder local, tendo-se sublinhado a necessidade de continuar a desenvolver esforços para que nos primeiros estejam representadas as Comissões de Trabalhadores, Moradores, Sindicatos, Pequenos e Médios Agricultores, Comerciantes e Industriais, colectividades e outras organizações populares, conforme prevê a própria lei, e que neles não deverão ter assento organismos do aparelho de Estado.

As conclusões apontam, por outro lado, para o reforço da luta pelo funcionamento democrático dos órgãos autárquicos, nomeadamente através da realização de reuniões públicas a horas que possibilitem a participação das populações, e do seu funcionamento colegial, combatendo todas as formas de presidencialismo. Informar e contactar permanentemente com as massas populares, quer através de boletins, comunicados,

sessões de esclarecimento ou quaisquer outras, viriam a ser também consideradas como tarefas da máxima importância, que nenhum eleito deverá descuidar.

Das conclusões gerais salienta-se ainda a luta pelo reconhecimento dos direitos das Comissões de Moradores, no total respeito da sua autonomia; a luta pela actualização da divisão administrativa, apontando-se de imediato a criação do município da Amadora e a passagem a freguesia da Pontinha; e a luta contra a corrupção nas autarquias, pela isenção dos que nelas desempenham as suas funções.

Um último aspecto que mereceu especial destaque refere-se ao reforço da organização do Partido nesta frente de trabalho.

Para além da criação, a todos os níveis, de organismos responsáveis pelo trabalho nas autarquias, viu-se a necessidade de realizar sempre que possível cursos de reciclagem para actualização de conhecimentos, bem como a recolha e generalização constante de experiências e a criação de um gabinete de apoio técnico.

A coordenação do trabalho entre os cinco concelhos foi também apontada como do maior interesse, devendo por outro lado procurar-se estimular de novo a participação dos candidatos não eleitos no debate das questões autárquicas, preparando-o desde já para a sua eventual participação caso venham a verificar-se quaisquer necessidades de substituição, por impossibilidade de actuais eleitos.

Os participantes no Encontro pronunciaram-se ainda pela necessidade de melhorar a informação para os jornais, nomeadamente para o «Avante!» e para a revista «Poder Local», bem como para outros, como forma de levar ao conhecimento de toda a população o trabalho realizado, as experiências positivas e os erros, permitindo desta forma contribuir para uma real apreciação de quais são, nas autarquias, as forças que defendem os interesses populares.

Os trabalhos do Encontro foram encerrados com a intervenção do camarada Jaime Serra, membro do Comité Central do nosso Partido, que, numa breve apreciação à forma como decorreram os debates, lamentou que o Encontro não se tivesse realizado mais cedo, tal a riqueza das experiências trocadas.

Após salientar a importância fundamental de existir sempre uma interligação constante entre os eleitos e as organizações populares, não só através da prestação de contas e do esclarecimento, mas também para auscultação dos seus interesses e mobilização da sua actividade reivindicativa, o camarada Jaime Serra passou a analisar a actual situação política.

Do significado da formação de um Governo PS/CDS à denúncia das tentativas de Mário Soares para responsabilizar o PCP pelo facto de não ter sido possível a concretização de um acordo, quando a responsabilidade cabe, como é sabido, única e exclusivamente ao Partido Socialista, Jaime Serra passou para a análise da actividade dos grupos esquerdistas. Salientando que, se como alguns afirmam, há um vazio político a preencher, esse vazio existe só para certas camadas da burguesia (porque o partido dos trabalhadores já existe há muito tempo — o PCP), o camarada Jaime Serra alertou para a necessidade de desenvolver uma intensa luta ideológica, esclarecendo quais as verdadeiras intenções dos esquerdistas que, como a experiência tem demonstrado, servem objectivamente os interesses da reacção.

planeamento urbanístico e de recuperação de clandestinos e substituição de bairros de lata) e vêem o seu esforço prosseguido pela actual vereação que, no Plano de actividades para o corrente ano, aproveita grande parte dos planos por elas elaborados.

Não se pense, contudo, que tudo vai bem. Num concelho como o de Sintra, em que 80% da população está concentrada junto da faixa que acompanha a linha férrea Lisboa-Sintra, enquanto na vasta zona rural se encontram os restantes 20%, dispersos por pequenos aldeias, muitas delas com menos de cem habitantes, problemas como os da habitação, infra-estruturas, equipamento, comunicações, exigem

Torna-se, portanto, necessário construir novos edifícios para alojamento, devendo-se salvaguardar as condições destas transferências, quer de forma definitiva, quer quanto ao regime de propriedade e rendas.

Embora as intenções do projecto existente pareçam salvaguardar estas e outras questões de princípio, importa desde já, juntamente com a população organizada, saber encontrar formas de controlar o processo na defesa dos seus interesses, de forma a que ele não venha a ser ganho pela iniciativa privada que, usufruindo da construção das infra-estruturas e dos equipamentos pelos dinheiros públicos, adquire assim mais-valias suplementares à custa dos interesses da população.

**Avante! Militante**

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Janeiro 1978 • N.º 31 • Série IV • Ano 46 • Preço 7\$50

Neste número: Um novo ano • A Promoção foi uma grande vitória • Experiências da Promoção • A importância da propaganda no trabalho do Partido • Uma assembleia de organização que interessou a população de uma freguesia • Encontro de quadros das autarquias e comissões de moradores • Documentos — sobre a formação de um novo governo •

Todos os membros do Partido podem contribuir para melhorar o Militante, como Boletim de Organização do Partido. Para isso, poderão escrever à Redacção de O Militante enviando, através da organização ou do correio, a sua opinião sobre o nosso Boletim, juntando-lhe sugestões, críticas, perguntas e mesmo relatos de experiências de trabalho.

# SEMANA INTERNACIONAL

## Bolívia e Nicarágua

### EM CAUSA O DOMÍNIO DE WASHINGTON

Em 1974 Banzer decretou a "despolitização" da Bolívia, dissolveu a Central Operária Boliviana. Numa resposta de massas às determinações do governo responderam ao apelo de greve geral os mineiros de Catavi, Siglo XX, Huanuni e outras minas. Os estudantes da Universidade de San Andrés, em La Paz, entraram também em greve de solidariedade. Então, e momentaneamente, o movimento popular saiu derrotado.

Hoje — quatro anos depois — e na sequência de um movimento grevista que se estendeu a todo o país durante várias dezenas de dias e de uma greve de fome envolvendo mais de mil pessoas em oito cidades, foi posto fim à proibição que pesava sobre todas as organizações sindicais representativas dos trabalhadores e autorizada a reconstituição legal da Central Operária Boliviana. Os dirigentes mineiros bolivianos, na clandestinidade desde 74, voltaram à vida legal, foi anunciada uma amnistia geral que permite também aos exilados políticos e dirigentes sindicais voltar ao país para a campanha das eleições gerais na Bolívia, em Julho próximo, inicialmente programada como uma farsa eleitoral destinada a dar ao regime a credibilidade que nunca teve. No decurso da greve da fome pela amnistia dos presos políticos, o reitor da Universidade Central do Equador, enviou ao governo da Bolívia uma mensagem em que se declarava solidário com os grevistas.

O governo de Banzer, encontra-se completamente isolado. Falha o apoio da própria Falange Socialista Boliviana, partido de direita, a hierarquia católica ameaçou encerrar as igrejas do país por três dias, se não fosse alterada a prática repressiva do governo. Os jornalistas, assim como a Igreja Católica, protestaram e alertaram contra as rusgas em sedes de jornais, escolas e igrejas usadas como centros da greve da fome que durou três semanas. No Exército surgiu entretanto um documento, assinado por generais e militares da reserva e pelo ministro da Defesa, em que se põe em causa a conveniência de que um militar no activo ocupe a presidência da República.

Também em 1974, pela primeira vez na história da Nicarágua, 7 partidos da oposição e as duas maiores federações sindicais exigiram publicamente o fim imediato da ditadura. Dois mil delegados reunidos numa assembleia de características inéditas assinaram um pacto que criou a União Democrática de Libertação, estabelecendo assim a mais ampla unidade das forças populares divididas.

Hoje, o assassinato por homens de mão do governo do jornalista Joaquim Chamorro, presidente da União de Libertação Nacional, desencadeou uma impressionante greve geral que mobiliza os sectores comerciais, financeiros, bancários, supermercados, bombas de gasolina, construção civil, entre outros, e paralisou já em 80 por cento a actividade do país. As duas maiores centrais sindicais, as organizações populares e femininas, a União Democrática, a Igreja Católica, apoiam a paralisação de protesto. O Conselho Superior da Iniciativa Privada, pronuncia-se também a favor da greve, pagando mesmo os salários dos grevistas.

Os bispos nicaraguenses pediram ao governo para "procurar soluções definitivas e verdadeiras para os problemas do país". A oposição, nomeadamente a legal, pede a demissão de Somoza.

mesas q e s tobsm A e o q i o l i m m a b e t e i n e e s t i o q u i n o s b s i n t o a u t i s e a t e r m i n a t o r s b

A Bolívia e a Nicarágua têm evoluções históricas profundamente diferentes.

Na Bolívia o fascismo foi implantado por Banzer, após o derrubamento do governo progressista de Torres, em Agosto de 1971. O caminho percorrido pela ditadura passou pelo massacre de camponeses, pela ocupação militar das minas, pelo cancelamento dos partidos de centro e direita (os de esquerda têm as suas actividades proibidas desde 1971). É um país imensamente rico em minérios e petróleo e simultaneamente o país mais pobre e atrasado da América do Sul.

A Nicarágua é um pequeno país da América Central, governada pelos Somoza desde 1936. Desde 1910, a Nicarágua é de facto uma colónia dos Estados Unidos.

Nesta diversidade de situações, um importante elemento comum: tanto o regime de Somoza como o de Banzer são de facto controlados pelo imperialismo americano, que domina a economia e a política oficial de ambos os países. No caso da Nicarágua isso manifesta-se até na presença da burguesia organizada nas manifestações antigovernamentais, o que é indicio da consciência, mesmo entre essas camadas da população, dos problemas acarretados pela dominação imperialista, facto que naturalmente virá a influenciar o processo com o seu cunho próprio.

As grandes movimentações dos trabalhadores em ambos os países do continente americano, o profundo isolamento dos regimes fascistas de Banzer e Somoza, são um sintoma e um passo em frente na batalha do continente contra as estruturas reaccionárias impostas por Washington. Outros se seguirão.

## A situação na Tunísia

# REPRESSÃO SOBRE TRABALHADORES EM LUTA PELA CENTRAL SINDICAL

Mais de 400 pessoas presas, incluindo dois membros do Parlamento e o secretário-geral da UGTT, 40 mortos e mais de 300 feridos, é o saldo oficial da brutal repressão desencadeada pelo governo de Bourguiba contra os trabalhadores tunisinos em luta.

Depois de ter reprimido violentamente uma greve geral de 24 horas convocada como protesto contra o encerramento de sindicatos e prisão dos respectivos dirigentes, o governo da Tunísia ordenou a ocupação, por forças da Polícia e do Exército, das instalações da Central Sindical União Geral dos Trabalhadores Tunisinos (UGTT). Por outro lado, foi declarado o estado de emergência e o recolher obrigatório na capital. Os comunicados oficiais tentam apresentar a greve geral como um fracasso, ainda que se saiba que a maior parte das empresas industriais de Túnis, a capital, estiveram encerradas, assim como a quase totalidade do comércio. Alguns jornais, bem como a rádio e a televisão oficiais, iniciaram uma campanha de ataques à direcção da UGTT. Fazem-se esforços no sentido de opor trabalhadores e a população em geral à Central Sindical, e para criar divergências e se possível cisões no seu seio,

acusando a direcção actual, hoje na prisão, de seguir uma linha que chocaria com amplas discordâncias. Deita-se assim mão simultaneamente à violência e ao divisionismo para sufocar a luta de uma Central Sindical que representa 650 mil trabalhadores, tudo dentro dos métodos clássicos para abafar a luta popular.

A Tunísia é governada

desde 1957 pelo Partido Neo-Destour, de inspiração social-democrata e filiado na Internacional Socialista, que reúne de facto partidos de diferenciadas orientações políticas, todos eles, entretanto, provando na prática governativa não corresponder aos interesses populares que geralmente dizem defender. Há alguns anos, o governo de Bourguiba

## CGTP toma posição

A CGTP-Intersindical Nacional, dentro do espírito de solidariedade internacional que caracteriza as organizações de trabalhadores, segue atentamente os acontecimentos na Tunísia, tendo enviado um telegrama de protesto ao presidente da Tunísia, Habib Bourguiba, que transcrevemos:

Senhor Presidente  
Ao tomar conhecimento da greve geral decretada pela UGTT em defesa dos interesses dos trabalhadores tunisinos, e das medidas repressivas do governo tunisino com o assassinato e prisão de milhares de trabalhadores e dirigentes sindicais, a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical Nacional vem reafirmar o seu apoio à UGTT e aos trabalhadores tunisinos no combate pela defesa dos seus direitos legítimos e pela liberdade sindical ameaçados pelo vosso governo. A CGTP-IN e os trabalhadores portugueses protestam com veemência contra estes atentados à liberdade, à democracia e aos direitos dos trabalhadores tunisinos e exigem a libertação imediata de todos os sindicalistas e presos políticos e fim das medidas repressivas contra os sindicatos tunisinos.

## Bomba de neutrões — dar vida à morte

# GRUPO PARLAMENTAR DA URSS CONVIDA S. BENTO A PRONUNCIAR-SE CONTRA ESTA ARMA DE EXTERMÍNIO

A produção da bomba de neutrões pelos EUA desencadeou um clamor de protestos, em todo o Mundo, não só pelas características desta nova arma e que se traduzem numa terrível capacidade de destruição, mas sobretudo pelo que de ameaçador ela representa para a Paz e o Desanuviamento, aumentando imprevisivelmente as possibilidades de um conflito nuclear.

Todavia a «promoção» de tal engenho de morte não se pode desligar das motivações económicas mais profundas do imperialismo, e que assentam, em uma certa medida, nas exigências de mercado dos complexos de indústria militar.

É assim que se compreende o entusiasmo dos dirigentes da NATO pela bomba e o seu interesse em adquiri-la. Como óbice referem um recrudescimento da capacidade ofensiva das forças do Pacto de Varsóvia — panóplia eterna dos círculos mais agressivos do imperialismo e que, invariavelmente, coincide com as necessidades de justificar os seus cada vez mais escandalosos investimentos militares.

Mas os perigos que a produção e o armazenamento da bomba de neutrões circunstanciam, revelam-se tão evidentemente ameaçadores que os protestos

irromperam de todos os quadrantes e até solidarizando gente que, à partida, sustenta visões do mundo bastante diferentes. De facto só loucos ou prevertidos se atreverão a defender a produção de uma coisa que pode levar à destruição do planeta.

A União Soviética tem sido, desde sempre, a defensora intransigente da causa da Paz

e do Desanuviamento, devendo-se-lhe a iniciativa e o paciente desenvolvimento de todas as acções que estão na base dos muitos acordos e convénios internacionais em prol do desarmamento e o desanuviamento no mundo. Face à notícia da produção da bomba de neutrões, o Povo e o Governo soviético imediatamente se

manifestaram em vigorosos protestos por tal medida, que assim vinha comprometer o longo e penoso processo da Paz no mundo, reactivando a possibilidade de um holocausto nuclear.

A este propósito o Grupo Parlamentar da URSS enviou um apelo aos Grupos Parlamentares dos Estados da Europa Ocidental, dos EUA e do Canadá, que a seguir transcrevemos.

«O desenvolvimento da situação internacional nos últimos anos foi assinalado por substanciais mudanças positivas. Estas mudanças, para melhor, observam-se claramente no continente europeu. Passaram, ao todo, pouco mais de 2 anos desde a realização da Conferência de Helsínquia sobre a Segurança e Cooperação na Europa, e hoje pode notar-se o aprofundamento e a ampliação dos contactos construtivos entre os Estados europeus, em todos os campos e a todos os níveis, nomeadamente a nível parlamentar.

«No entanto e contrariamente a estas mudanças positivas no mundo, particularmente na Europa, certos círculos do ocidente fazem de novo tentativas para parar o processo de arbrandamento da tensão internacional e suscitar uma

«antidesanuviamento». O plano dos EUA de começar a produzir armas de neutrões e de as instalar no território de uma série de estados europeus cria uma nova e extremamente perigosa situação na Europa e em todo o Mundo. Em vez de completar o desanuviamento político com o desanuviamento militar, de cerrar direcções particularmente perigosas da corrida aos armamentos tais como a elaboração e produção de novas variedades e tipos de armas de extremínio em massa, a actuação da administração americana pode ser o começo de um novo «round» na corrida aos armamentos. A produção da bomba de neutrões e a sua instalação no território de estados europeus leva à desestabilização da situação estratégica, com todas as consequências daí decorrentes.

«Lembrando a Resolução da 64.ª Conferência da União Interparlamentar o papel dos parlamentos na continuação do arbrandamento da tensão internacional e na obtenção de progresso no campo do desarmamento, incluindo as armas nucleares e novos tipos de armas de extremínio em massa, o Grupo Parlamentar da URSS apela insistentemente para os grupos parlamentares e todos os membros dos Parlamentos dos países da Europa Ocidental, EUA e Canadá, para que usem a sua alta autoridade e influência a fim de impedir o desenvolvimento da produção da nova variedade de armas de extremínio em massa — a bomba de neutrões — e a sua instalação no continente europeu.»

## Moçambique avança na senda do progresso

Em Moçambique continua a lutar-se, com entusiasmo e ampla participação das massas populares, na luta contra a pesada herança colonial, pela concretização do plano económico, marco na construção da base material e técnica do socialismo.

A nacionalização dos bancos, das principais empresas comerciais e industriais, a colectivização progressiva nos campos, tudo isto oferece melhores condições para a exploração dos recursos materiais e financeiros, a melhoria do sistema de planificação.

Para além disto foram constituídas empresas públicas no sector extractivo, na produção da energia eléctrica e no tratamento do petróleo, existindo uma decisão do Conselho de Ministros, pela qual cada empresa deve apresentar o seu «programa de acção», que definirá, formalmente, os seus objectivos no ano em curso.

Por outro lado estão-se desenvolvendo cursos de formação acelerada de quadros para os sectores do Ensino, da Alfabetização e Educação de adultos e da Saúde, o que constitui um dinâmico arranque para obviar as carências que se fazem sentir nestes domínios.

## Massas populares defendem revolução etíope

Na Etiópia combate-se arduamente para fazer avançar este país ainda há pouco sujeito a um regime tipicamente feudal, e luta-se em várias frentes, pois o imperialismo desencadeia sempre os seus ataques dum modo diversificado.

Os trabalhadores etíopes, conscientes dos perigos reais que ameaçam as suas conquistas, organizaram-se em unidades de autodefesa e milícias populares que, nas empresas, nas comissões de moradores, em associações



camponesas, desenvolvem largas operações de limpeza, nas cidades e nas vilas, de bandos contra-revolucionários. Devido a esta mobilização popular já foram desmantelados vários bandos de terroristas e descobertos esconderijos de armas e explosivos, nas fábricas, empresas, instituições do Estado e cooperativas agrícolas realizam-se comícios e reuniões de apoio às conquistas populares e mobilização para a defesa da integridade territorial.

## Carter, os «direitos humanos» e os «Dez de Wilmington»

O descaro do imperialismo norte-americano não tem limites e os seus dirigentes — sejam «Nixons» ou «Carters», republicanos ou democratas — actuem invariavelmente balizados na/pela estratégia capitalista que, como bem se sabe, desconhece, em absoluto, a honestidade e o escrúpulo.

É assim que surge a campanha dos «direitos humanos» com a qual Carter escorou a candidatura presidencial e tem retocado o seu perfil de Presidente dos EUA. Esta campanha pretende e pretende projectar uma imagem de olimpica grandeza do actual ocupante da Casa Branca, apresentando-o como dinâmico e interessado defensor dos perseguidos da Terra, estilo «cowboy» moderno à desfilada por esse mundo, empunhando a Declaração Universal dos Direitos Humanos e zurrindo... os países socialistas.

O pior é o reverso deste mau filme em «Technicolor». Nos Estados Unidos da América há quase uma dezena de milhões de desempregados, corrupção a todos os níveis do aparelho de Estado, conflitos raciais que determinam perseguições selváticas às minorias étnicas, crime organizado e que bate todos os recordes do planeta, uma estrutura económico-social onde o ser humano é triturado pela mais alienadora exploração de que há memória... Todavia é no campo das «liberdades» que a contradição da propaganda lanque mais se atola. Agressiva defensora da «liberdade política» nos países socialistas, a administração Carter não perde um único «dissidente» para relançar a estafada rábula do perseguido político em terras «bolchevizadas». Todavia apodrecem nos cárceres norte-americanos milhares e milhares de seres humanos acusados de «subversão», normalmente pertencentes a minorias étnicas; invariavelmente encarcerados sem culpa formada.

É o caso dos «Dez de Wilmington». Nove negros e uma branca encarcerados há quase três anos (o elemento branco foi libertado há um ano, sob palavra) apesar da acusação de lhes fora feita — processo político vagamente em relação com um atentado à bomba contra um armazém de mefocérias pertencente a brancos — se ter provado sem fundamento.

Este é um exemplo, que nem sequer se pode considerar típico, pois a perseguição política e o racismo, nos EUA, atingem tal amplitude que se torna impossível sistematizá-los. Funcionará apenas como amostragem da parte emersa do monstruoso «iceberg» que é a violência e a mistificação nos EUA.

## Comunistas holandeses realizaram o 26.º Congresso

Encerrou recentemente, em Amsterdão, o 26.º Congresso do Partido Comunista Holandês, onde foi reafirmada a fidelidade dos comunistas holandeses aos princípios do marxismo-leninismo.

Neste congresso foi dada a máxima importância à questão do desarmamento e à luta pela paz, tendo-se defendido vigorosamente a luta contra a bomba de neutrões bem como a necessidade de combater as campanhas anti-soviéticas desenvolvidas pelos dirigentes da NATO.

No plano interno, os comunistas holandeses apontaram para a luta contra o governo de direita do país, de democratas cristãos, que se encontram enfileirados à democracia cristã da RFA. Por outro lado foi descrita a situação de crise do capitalismo, os prejuízos de adesão à CEE e o agravamento da situação nacional que o actual Governo, necessariamente, acentuará.

Foi, enfim, sublinhada a importância da solidariedade internacional e reafirmada a necessidade de se reforçarem os contactos do PC Holandês com os outros partidos irmãos.

## A paralisação dos estivadores da RFA

Os estivadores da Alemanha Federal entraram em greve nos últimos dias de Janeiro, greve essa que envolveu cerca de 20.000 trabalhadores dos sete portos do mar do Norte e do porto de Luebeck, no Báltico, em apoio a exigências de aumentos salariais na ordem dos 6%.

De referir que a última greve oficial dos estivadores destes portos da Alemanha Federal ocorreu em Fevereiro de 1897, há, portanto, 81 anos. Este pormenor é elucidativo e denunciador das crescentes dificuldades com que se debatem os trabalhadores do «paraíso» social-democrata da RFA, conduzindo-os a formas de luta que não iludem: o capitalismo está em crise e, como tal, cada vez menos capaz de corresponder às necessidades, ainda que mínimas, das massas laboriosas.

## ESPAÑA: OS TRABALHADORES NA VIDA POLÍTICA DO PAÍS

A cena política espanhola, que os fazedores apressados de democracias e sociedades livres consideram um exemplo para toda a Europa, caracteriza-se entretanto pela sua complexidade. Por um lado um processo eleitoral e de institucionalização aos vários níveis — realizam-se neste momento as eleições sindicais, estão previstas para este ano eleições municipais, está em elaboração uma Constituição que será posteriormente sujeita a votação popular. De outro lado avolumam-se os problemas: a violência policial que será posteriormente sujeita a votação popular. De outro lado avolumam-se os problemas: a violência policial que será posteriormente sujeita a votação popular. De outro lado avolumam-se os problemas: a violência policial que será posteriormente sujeita a votação popular.

A economia de Espanha continua a ser uma economia em crise, em nada tendo melhorado. A paralisação agrícola e a recessão no sector industrial, saldou-se num fraco crescimento do produto nacional bruto: 2 por cento. Os preços dos artigos de consumo subiram 24,2% nos dez primeiros meses do ano: 27,6% na alimentação, 25,2% nos transportes e comunicações e 12,2 por cento nas rendas de casa. A inflação — cerca de 30% — teve um grande incremento, registou-se uma diminuição dos investimentos. O desemprego atinge actualmente 5,8% da população activa. O consumo interno sofreu uma contracção significativa.

O terrorismo é, neste momento, uma realidade que se destaca no quotidiano da vida política espanhola. Durante o ano de 1977, foram assassinadas em ataques terroristas em Espanha 30 pessoas. O maior ataque partiu de um grupo terrorista da extrema-direita e vitimou cinco pessoas no escritório de um advogado de esquerda, o que deu origem a poderosas manifestações de protesto. Mas então como agora, as acções terroristas prosseguem, localizando-se quer na direita, quer da parte de e a agrupamentos esquerdistas, frequentemente reivindicadas pelo MPAIC, que se denomina movimento de libertação das Canárias, um

arquipélago do Atlântico oferecido no Século XV ao rei Henrique III de Espanha pelo seu descobridor. O terrorismo mantém-se, assim, como um elemento de instabilidade, ou de acentuação da instabilidade (como aliás noutros países da Europa, como a França e a Itália, embora diferenciado nas origens). Um elemento que tem pouco a ver com a propaganda estável democrática.

No panorama dos partidos políticos espanhóis destaca-se, pelo seu peso numérico e pela sua influência em amplos sectores da população, o Partido Socialista Operário Espanhol, PSOE, de facto um partido com posições e ideologia social-democrata, que se esforça entretanto por conquistar implantação entre os trabalhadores, e que assume algumas posições positivas no que respeita a diversos problemas respeitantes à Espanha. Quando da sua visita à URSS, o secretário-geral do PSOE, Felipe Gonzalez, declarou que o seu partido é pela neutralidade da Espanha e, como tal, considera que esta não deve aderir à NATO.

Entre os partidos políticos da direita, registam-se algumas dificuldades e divisões. Recentemente, foi formado um novo partido de direita, a Acção Cívica Liberal (ACL) que diz pretender «modernizar a Espanha sem destruir os seus valores culturais», o que dá uma imagem bastante clara

da sua linha política. A ACL nasceu de uma cisão no seio do bloco que apoia o actual primeiro-ministro, quando da organização do partido hoje no poder: a União do Centro Democrático (UCD). Por outro lado, o partido neofranquista espanhol Aliança Popular, chefiado por Fraga Iribarne, sofre actualmente graves tensões internas, em vésperas do congresso que deve aprovar a sua linha política, de que discorda a ala mais jovem e menos radical daquele partido.

Na complexidade da vida política espanhola destaca-se neste momento um elemento, positivo e significativo da vontade dos trabalhadores, do seu empenhamento na solução dos problemas da sua pátria. Decorrem em Espanha as primeiras eleições depois da guerra, que permitirão aos trabalhadores escolher livremente os seus delegados sindicais. Esta votação, que se prolonga por Fevereiro, destina-se a eleger os conselhos de trabalhadores das fábricas e firmas industriais com mais de cinco trabalhadores, que se irão encarregar de negociar mais de 200 mil contratos colectivos que se encontram suspensos. As «Comissões Obreras» estão em primeiro lugar na votação, com uma larga margem de maioria, seguida da União Geral dos Trabalhadores, apoiada pelo PSOE. A votação nas restantes centrais sindicais

não é significativa. Uma votação massiva nas «Comissões Obreras», central sindical da esquerda, não só testemunharia, uma vez mais, da consciência de classe dos trabalhadores espanhóis, como constituiria um elemento positivo na cena política do país.

Entretanto, do lado de fora das fronteiras de Espanha, e naturalmente com os seus apoios e raízes internos, a NATO esforça-se por agarrar o país, não só como uma posição estratégica no plano militar, como é declarado, mas de facto, e também, como uma base que interessa conservar das posições do capital na Europa. Uma Europa rebelde onde, a despeito das múltiplas contradições, a despeito das ameaças e da ingerência descarada do imperialismo, se desenhava cada vez como mais nítidos os traços de um futuro em que a esquerda sairá vencedora. Os planos da NATO, que nada têm a ver com os interesses dos povos da Europa, só viriam agravar, se concretizados, os problemas que hoje vive o povo espanhol. As pretensões de instalação de uma base militar nas Canárias, localizadas a noroeste do Saara, não são de molde a contribuir para a solução de qualquer questão em Espanha, e pesam como uma ameaça no Norte de África.

No confronto com os planos do capital, o operariado espanhol está desde já a dar a sua resposta.



# QUADROS DO PCP DO SECTOR DA REFORMA AGRÁRIA: UM ENCONTRO NECESSÁRIO NO MOMENTO NECESSÁRIO

Quando Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, iniciou a intervenção de encerramento do Encontro de Quadros do PCP do Sector da Reforma Agrária, realizado em Évora, no passado domingo, já oito horas de trabalhos haviam decorrido: oito horas de intensa participação em que 46 militantes falaram da ofensiva e da necessidade de avançar na organização unitária dos trabalhadores e de reforçar a organização do Partido e muitos deixaram de intervir por falta de tempo. Oito horas de trabalhos vividos com uma notável contribuição dos mais de 300 militantes presentes vindos, na maioria, de longe, dos distritos de Beja, Santarém, Setúbal, Portalegre e de vários concelhos de Évora: mais de 300 presenças confirmando a determinação de milhares de comunistas da zona da Reforma Agrária, falando a sua voz, expressando as suas dificuldades, os seus desejos, a sua coragem, a sua esperança no futuro, a sua confiança no PCP em cujo fortalecimento eles são aliciança das mais importantes.

Encontro que nas palavras do camarada Álvaro Cunhal se realizou no momento necessário, momento da coligação PS-CDS, trazendo mais uma vez a rica experiência de defesa da Reforma Agrária dos comunistas e dos demais trabalhadores das UCPs e Cooperativas que ao cabo de dois anos de dificuldades e de brutal ofensiva souberam com a sua determinação, capacidade e coragem, manter no essencial, a Reforma Agrária.

Abordando os perigos sobre os quais é necessário estar prevenido, Álvaro Cunhal analisou algumas das posições que o esquerdismo tenta infiltrar, sem êxito, no conjunto dos trabalhadores da Reforma Agrária, através da apologia de acções extremas que a serem seguidas há muito teriam desembocado na destruição da Reforma Agrária. Insistindo na importância das acções de massas, o secretário-geral do PCP salientou a necessidade

da unidade e do trabalho colectivo, da democracia e da disciplina na organização e fortalecimento das UCPs e Cooperativas, a urgência de maior reforço da aliança com os pequenos e médios agricultores tendo em consideração o seu modo específico de encarar as questões e os problemas. Sobre o reforço da organização do Partido na zona da Reforma Agrária, Álvaro Cunhal sublinhou a sua importância fundamental para vencer as dificuldades e alcançar novas vitórias quer no campo da produção quer da organização unitária, insistindo na necessidade da prática de profunda ligação das células e demais organizações do PCP às massas trabalhadoras. Expressando a confiança nas forças das massas trabalhadoras, guiadas pelo partido de vanguarda, o PCP, Álvaro Cunhal afirmou que se é verdade que os trabalhadores têm enfrentado sérias dificuldades na defesa da Reforma Agrária, maiores ainda são as dificuldades dos seus adversários para destruir esta vital conquista da Revolução.

## ORGANIZAR, ESTRUTURAR E DEMOCRATIZAR SEMPRE MAIS A VIDA DAS UCPs/COOPERATIVAS

Depois de, na abertura dos trabalhos do Encontro, António Murteira, membro da DORA, ter traçado as linhas fundamentais da ofensiva desencadeada pelo Governo PS e algumas questões relativas à Organização das UCPs e Cooperativas, ao trabalho unitário e à organização do Partido, seguiram-se vinte intervenções através das quais foram denunciados aspectos concretos da acção desencadeada por Barreto e Portas contra as UCPs e Cooperativas.

Na segunda parte dos trabalhos procedeu-se ao debate sobre o reforço da organização do Partido e da organização unitária dos

trabalhadores. Relativamente ao reforço da organização das UCPs/Cooperativas e das estruturas unitárias, salientou-se a necessidade de melhorar o trabalho colectivo, de estruturar melhor as UCPs, de organizar e disciplinar o trabalho, dividindo-o e planeando-o. Em síntese das vinte e seis intervenções sobre este ponto, concluiu-se como condições necessárias para o fortalecimento da organização das estruturas da Reforma Agrária:

— uma participação mais activa e democrática de todos os cooperantes na sua cooperativa e uma maior participação de mulheres e de jovens, nomeadamente em órgãos directivos;

— funcionamento regular e democrático dos órgãos das unidades colectivas, como comissões directivas, conselhos fiscais, mesas da Assembleia Geral e outros órgãos. Manter todos os cooperantes informados da vida da sua cooperativa;

— reforçar a disciplina democrática no trabalho das UCPs e Cooperativas combatendo tendências anarquistas e individualistas;

— reforçar os Secretariados Distritais e os Secretariados e Unões Concelhias, criando-se Secretariados Concelhias onde ainda não existem. Promover periodicamente plenários distritais e concelhios para a troca de experiências e encontrar linhas de acção comuns em defesa da Reforma Agrária e da cooperação entre as diversas Unidades Colectivas e Cooperativas.

Cabe aos Secretariados e Unões Concelhias ajudar a resolver problemas muito importantes como:

— desenvolver a criação de Cooperativas de Comercialização que assegurem o escoamento de grande parte da produção das Unidades Colectivas e dos pequenos e médios agricultores, e assegure a aquisição de produtos e materiais necessários à agricultura — adubos, pesticidas, forragens, cimento e outros;

— desenvolver a formação de oficinas mecânicas, mercados da Reforma Agrária, postos de venda, talhos e outras;

— contratar quadros técnicos quer para a contabilidade, quer para a produção agro-pecuária, abrir cursos elementares para a formação de muitos quadros,

são tarefas extremamente importantes que os Secretariados e Unões têm pela frente. Sem quadros técnicos gestores, as UCPs e Cooperativas não poderão sair de imensas dificuldades e obter novos avanços no campo da produção e da sua organização;

— contribuir para o reforço da aliança e da cooperação com os pequenos e médios agricultores e suas organizações de classe;

— cabe ainda aos Secretariados a representação das UCPs e Cooperativas junto do Governo e das autoridades;

— o Encontro reafirmou ainda o importante papel dos Sindicatos Agrícolas na defesa da Reforma Agrária, na organização e unidade dos trabalhadores e na luta pela melhoria das suas condições de vida e de trabalho.

## REFORÇAR O PCP FORÇA DETERMINANTE NO AVANÇO DA REFORMA AGRÁRIA

Relativamente à organização do Partido Comunista Português, cujo papel o Encontro considerou determinante na defesa da Reforma Agrária contra a ofensiva do MAP, pelo aumento da produção, pela criação de estruturas unitárias das UCPs, e cujo reforço é fundamental para vencer as deficiências, debilidades e obter novos avanços no campo da produção e da organização unitária dos trabalhadores, os militantes comunistas, reunidos em Évora, reafirmaram que:

“estamos conscientes de que o 2.º Governo de coligação PS/CDS não irá possivelmente, defender a Reforma Agrária, mas prosseguir a sua ofensiva. Porém, com a luta organizada, unida e firme dos trabalhadores da Reforma Agrária, dos restantes trabalhadores do campo, dos pequenos agricultores, de todo o povo alentejano e ribatejano, com o apoio e a solidariedade activa dos trabalhadores das fábricas e dos escritórios, dos intelectuais e técnicos progressistas — de todo o povo português — seremos capazes de defender a Reforma Agrária e as outras conquistas da Revolução Portuguesa. A reacção não passará! As forças do progresso são mais fortes! A Democracia e o Socialismo triunfarão irremediavelmente em Portugal!”

## No Encontro de quadros do PCP do Sector da Reforma Agrária, os comunistas das UCPs e Cooperativas, interpretando as aspirações de todos os trabalhadores, salientaram:

Na luta consequente pela defesa da Reforma Agrária, pelo aumento da produção, por uma agricultura moderna e florescente, os trabalhadores continuam a insistir nas seguintes reclamações:

— Suspensão da ofensiva negociando-se cada caso com os trabalhadores e as suas organizações.

— Reexame das reservas arbitrarias e ilegais e restituição às UCPs e Cooperativas das terras respectivas assim como de todas as terras entregues como reservas que tenham ficado abandonadas e por cultivar.

● Pagamento imediato às UCPs e Cooperativas das indemnizações por investimentos em benfeitorias, máquinas, gados, sementeiras e outros trabalhos feitos em terras entregues como reservas;

● Suspensão da Lei Barreto (77/77) e da lei da cortiça (206/76). Não aplicação retroactiva às expropriações e reservas dos critérios de pontuação da Lei 77/77 (Lei Barreto).

● Entrega aos trabalhadores e pequenos e médios agricultores das terras expropriadas ainda em poder dos agrários, organizando-se nelas novas UCPs e Cooperativas;

● Anulação das medidas de restauração dos latifúndios das Fundações, cujas terras abandonadas antes da Reforma Agrária foram desbravadas e cultivadas pelos trabalhadores;

● Respeito pela viabilidade económica das UCPs e Cooperativas e pela sua autonomia. Dar às Unidades Colectivas preferência no arrendamento das reservas. Que os CRRA não interfiram na vontade dos proprietários que desejam arrendar as suas terras às Unidades Colectivas;

● Reabertura do Crédito Agrícola de Emergência para salários para todas as Unidades Colectivas. Uma política de crédito de investimentos com juros baixos. Que o Estado pague as dívidas e os subsídios de motomecanização às Unidades Colectivas e efectue a transferência das verbas do CAE gastas em investimentos, para linhas de crédito a médio e a longo prazo;

● Garantia de gestão autónoma das UCPs e Cooperativas;

● Garantia pelo Estado pelo escoamento dos produtos a preços justos definidos antes das sementeiras com a participação dos trabalhadores;

● Reestruturação dos CRRA pondo-se ao serviço da Reforma Agrária e da agricultura portuguesa;

● Participação dos trabalhadores e dos pequenos e médios agricultores, através das suas organizações de classe e organizações económicas, na definição e execução da Reforma Agrária conforme estipulado no art.º 104.º da Constituição;

● Assegurar o direito de antena na RDP e na RTP de acordo com a Constituição.

## Os resultados da acção do MAP

No Encontro de Quadros do PCP do Sector da Reforma Agrária foi veementemente denunciado através de várias intervenções o resultado dos 16 meses do Governo PS ao nível da Reforma Agrária: em síntese, o que a acção da dupla Barreto-Portas, sob a cumplicidade da direcção do PS e o apoio das forças reacçãoárias, deixou de herança a combater nos cinco distritos da zona de intervenção;

● Entrega ilegal de terras a agrários sabotadores num total de 40 000 hectares;

● Já depois do Governo demitido, Barreto e Portas, nomes de tão má memória para os trabalhadores, desencadearam 125 casos de notificações para entrega de reservas e devoluções, totalizando 37 500 hectares nos distritos de Beja, Évora, Portalegre, Santarém e Setúbal;

● Tentativa de reconstrução dos antigos latifúndios das Fundações “Casa de Bragança”, “Godinho de Carpos”, “Eugénio de Almeida”, abrangendo 17 000 hectares, atingindo 15 unidades colectivas, duas das quais seriam destruídas;

● Corte de crédito agrícola procurando estrangular economicamente as UCPs, destruindo-as assim de uma forma menos “chocante” porque menos visíveis aos olhos da opinião pública: actualmente 101 UCPs e Cooperativas, abrangendo 15 000 trabalhadores têm o crédito cortado para salários. Em Beja, o CAE para factores de produção foi aberto teoricamente: na prática, dizem não haver verba para a concessão desse crédito;

● Atraso injustificável na transferência de 1 milhão de contos (que foi investido pelos trabalhadores nas UCPs à custa de verbas do crédito agrícola de emergência, CAE), para linhas de crédito a médio e a longo prazo, conforme o acordado com o MAP. Se esta transferência se fiz, como é justo, a generalidade das UCPs e Cooperativas deixariam de ter dívidas vencidas ao CAE. Por exemplo, no concelho de Montemor-o-Novo, as dívidas das UCPs/Cooperativas ao CAE rondam os 40 000 contos. O Estado deve a estas UCPs 27 500 contos e as verbas que aguardam transferência para crédito agrícola a médio e a longo prazo atingem 130 000 contos!

● Roubo de máquinas, gados, cortiça e outros produtos. 100 tractores foram tirados às UCPs/Cooperativas; 600 máquinas diversas, 20 000 cabeças de gado; milhares de arbores de cortiça; extorsão de diversas instalações das UCPs/Cooperativas;

● Ausência de apoio técnico e financeiro;

● Política de repressão violenta, acompanhada por muitas centenas de GNRs com metralhadoras, matracas, cães-polícias, cavalos, autometralhadoras, helicópteros e aviões, causando mais de 400 espancamentos, centenas de feridos e dezenas de presos;

● Descapitalização do sector agrícola: não somente através da falta de apoio financeiro e dos cortes de crédito mas ainda na prática de juros altos (11,5 % em relação ao CAE), no não pagamento de dívidas do Estado (27 500 contos) às UCPs/Cooperativas; da carestia dos factores de produção (adubos, pesticidas, gásóleo, etc.), prática de baixos preços para os produtos agrícolas, do não pagamento dos subsídios de motomecanização, num total de cerca de 10 mil contos e das indemnizações por investimentos em benfeitorias, máquinas, gados, sementeiras e outros trabalhos;

● Inoperância dos circuitos de comercialização estatais que têm estado ao serviço de todos menos das UCPs/Cooperativas e dos pequenos e médios agricultores.

## Foi dito nas intervenções

### É urgente incentivar a participação de mulheres na organização

As mulheres, que participaram no movimento de ocupação de terras para formação das UCPs e Cooperativas, as mulheres que têm, quantas vezes à frente dos homens, enfrentado as forças da GNR quando da concretização pela força da entrega de terras a agrários, as mulheres que constituem mais de 1/3 dos trabalhadores nas unidades colectivas, não têm ainda o lugar que o seu trabalho e dedicação impõem a nível de órgãos directivos. Em muitos casos em que se observa a sua fraca participação a nível de reuniões e do trabalho interno da organização das UCPs, há que criticar não elas próprias mas os trabalhadores do sexo masculino que pouco ou nada fazem (isto quando não contrariam) para incentivar a sua participação. A militante do PCP, Jacinta Silvéria, da UCP “1.º de Maio”, de Avis, Portalegre e a militante Alzinda Ramalho, do Couço, puseram o dedo nesta ferida da organização no Encontro de Quadros do PCP na Reforma Agrária, realizado no passado domingo. Mas muitas mais questões há a pôr em relação a este assunto: justifica-se que

a nível de direcções sindicais, a participação de mulheres se conte pelos dedos de uma mão? Justifica-se que sejam pouquíssimas as delegatas sindicais? Justifica-se que as sócias dos Sindicatos Agrícolas sejam pouco mais do que 50% do total de trabalhadoras da Reforma Agrária? Será que a correcção da decisão, em algumas UCPs, tomada nos primeiros meses após a constituição das UCPs, das mulheres não participarem em órgãos directivos (e em alguns casos até de não votarem), não passou de teoria?

As mulheres da Reforma Agrária, que tanto da sua coragem deram à luta antifascista, que tanto dão à construção da democracia, que têm sido uma alavanca mobilizadora dos próprios homens na resistência às reservas, têm de ocupar o lugar que merecem, não em virtude de paternalismos balofos, mas por mérito próprio, que tem sido, na generalidade, ignorado. Por isso, urge levar à prática uma das conclusões do Encontro:

“Uma maior participação das mulheres e jovens, nomeadamente em órgãos directivos.”

### A comercialização, campo onde é possível reforçar a aliança com o campesinato

Este foi um dos pontos mais salientados no decorrer dos trabalhos do Encontro. A este respeito salientou um militante da Cooperativa Agro-Campo Maior:

“Não pode uma Cooperativa vender batatas a 5000, outra a 6000 e outra a 7500 na mesma zona. Isto é prejudicial e o Secretariado concelhio ajuda a resolver tais coisas.

Concorrem para uma melhor aliança entre os trabalhadores e os pequenos e médios agricultores. No que respeita ainda a comercialização deveríamos formar a nível da zona de intervenção da Reforma Agrária, um órgão que representasse as Cooperativas e pequenos agricultores, que previamente discutissem os preços dos produtos e que só depois fosse debater com o Governo esses problemas. Aproxima-se a campanha do regadio e das culturas de Primavera e não podemos mais uma vez ficar nas mãos dos grandes intermediários e industriais, como tem acontecido até agora.

### UCP «12 de Maio»: um caso da política «exemplar» de Barreto e Portas

Entre as muitas denúncias das formas concretas de que se revestiu a ofensiva contra a Reforma Agrária em 16 meses do

### «Estrela do Mar»: antes existia um gato; hoje existem 800 cabeças de gado

No Encontro de Quadros do PCP, interviu, pela primeira vez, um trabalhador da UCP «Estrela do Mar» de S. Teotónio, Odemira, numa das mais vivas participações do Encontro. Ocupando 1450 hectares, nos quais trabalham 21 trabalhadores, a «Estrela do Mar» é um exemplo da capacidade de construção dos homens e mulheres da Reforma Agrária. Quando os trabalhadores ocuparam a terra, está há 18 anos que não recebia semente; nela apenas existia um gato «se calhar melo bravo, o qual, por sinal, ainda veio a dar prejuízo porque comeu um borrego». Hoje existem 700 ovelhas com borregos; 72 vacas e 50 bezerros, 2 mulas. Onde outrora não havia uma máquina, há hoje 1 ceifeira, 1 ceifeira gadanhêira, 5 tractores. Onde antes havia mato semeou-se na última campanha de Outono: 300 sacos de trigo (80 quilos por saco), 60 sacos de aveia (50 quilos por saco), 6 sacos de centeio (80 quilos por saco), 200 de ervilha concedida pela Junta Nacional das Frutas, 100 de ervilha dos trabalhadores, e 4 hectares de morango cuja plantação é fruto do trabalho de solidariedade das mulheres trabalhadoras da Estrela do Mar, que deram um dia de trabalho sem retribuição.

Interessante salienta que em relação a esta UCP, o MAP entregou uma reserva a um proprietário das terras ocupadas sem este sequer a pedir. «Esse proprietário, contou o trabalhador comunista presente no Encontro, apareceu lá uma vez com um papel da reserva no bolso e disse-nos: «Eu trabalhar a terra não sei, nem quero. Vocês vejam lá quanto isso vale para me darem uma renda». A gente assim fez. E depois ele ainda nos disse que quando houvesse uma festa o convidássemos e ainda nos ofereceu 1000\$000.

Governo PS, citamos o caso da UCP «12 de Maio», de Montargil, Portalegre, na qual a GNR, a mando do MAP, teve uma das mais fortes actuações. A esta UCP foram retirados 1350 hectares de terra; nessa terra só em searas ficaram 4850 contos de riqueza; foram roubadas 15 000 arbores de cortiça, pelo CRRA à força das armas; em 580 dos hectares, que retiraram à UCP, existiam anteriormente 103 cabeças de gado bovino; à data da desocupação levaram 130 cabeças. Esta UCP deve 30 000 ao CAE mas entretanto o Estado deve-lhe 40 000 contos...

## Apesar da brutal ofensiva a Reforma Agrária prossegue!

Mesmo com esta brutal ofensiva, no fundamental a grande conquista da Revolução que é a Reforma Agrária mantém-se: de um milhão e 100 mil hectares trabalhados colectivamente, em UCPs e Cooperativas, a dupla Barreto-Portas atacou 100 000 hectares o que, se demonstra por um lado os intulos destrutivos do MAP, revela também como a resistência dos trabalhadores, a sua extraordinária mobilização impediram a vasta operação de extorsão de terras planeada pelo ex-ministro do MAP, obedecendo aos desejos mais caros da CAP e de outras forças reacçãoárias.

Mesmo com esta brutal ofensiva, os trabalhadores da Reforma Agrária, «conscientes da sua responsabilidade e do seu espírito patriótico levaram a campanha de 1977/78, 250 000 hectares de cereais praganos e forragens e estão decididos a iniciar uma boa campanha das culturas de Primavera.»

Mesmo com o prosseguimento da ofensiva que pôs em causa a produção no actual ano agrícola na zona da Reforma Agrária, os trabalhadores estão decididos a dar tudo por tudo para produzir mais, pois a defesa da Reforma Agrária desenvolve-se também e de modo fundamental na conquista de mais trabalho e pão para todo o País. Nesse sentido, o Encontro de Quadros do PCP salientou que:

“O Estado em vez de orientar a sua política para a importação maciça de produtos agrícolas estimule o aproveitamento dos recursos nacionais. Para tal é necessário apoiar técnica e financeiramente as UCPs e Cooperativas Agrícolas e os pequenos e médios agricultores.

“A garantia de aumento da produção agrícola nacional e consequente diminuição das importações passa pela intervenção activa dos trabalhadores e das suas organizações como a experiência e os resultados obtidos na zona da Reforma Agrária têm demonstrado.”

